O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 29 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47676
estadão.com.br

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Reflexiva, mais do que imersiva: a mostra sobre Dalí e o surrealismo em SP

Exposição na Faap supervisionada pela Fundação Gala-Dalí exibe diferentes fases do ícone do surrealismo, movimento que celebra 100 anos. Além de reproduções e projeções, há relato em podcast e viagem de realidade virtual pelas obras. __C1 e C8

E&N Política monetária __B1 e B2

Piora fiscal e cenário externo põem em xeque previsão de taxa de juros com um dígito

__ Média de projeções indica taxa Selic de 9,5% no fim do ciclo de distensão, mas vários bancos a revisaram para 10% ou mais

Com o aumento da tensão fiscal, deflagrado pela mudança nas metas para as contas públicas, e a perspectiva de que o Fed (banco central dos EUA) retarde o corte nos juros americanos, os economistas reveem previsões para o País. Embora a média das projeções dos bancos aponte uma taxa básica de juros (Selic) de 9,5% ao ano no fim do atual ciclo de relaxamento monetário promovido pelo Banco Central (BC), instituições como Citi, XP e JP Morgan já revisaram suas estimativas para 10% ao ano ou até mais. Também devem pesar na decisão do BC a aceleração da economia e a alta do dólar, que geram pressões inflacionárias. Para analistas, isso não deve impedir o Comitê de Política Monetária (Copom) de efetuar cortes na taxa, hoje de 10,75%, mesmo que em ritmo mais lento.

“Se a gente não mostrar compromisso de todos, incluindo todos os Poderes, com o ajuste fiscal, isso vai afastar o investidor”
Mansueto Almeida
ex-secretário do Tesouro

Incorporada à rotina __A16

IA garante maior eficiência em hospitais

Gestão de leitos e centros cirúrgicos, análise de exames e monitoramento a distância estão entre as aplicações.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Área de ressonância no Sírio-Libanês

Redes sociais __A7
Exército vai moderar perfis e excluir ‘discurso de ódio’

Estados Unidos __A10
Polícia já prendeu mais de 800 ativistas em universidades

Discriminação __A15
Atriz Samara Felippo denuncia racismo contra filha em escola

Código Civil renovado __C6 e C7

Mudança nas leis que mais afetam o cotidiano atinge família e tecnologia

Senado discute itens como criação de imagens por IA, conceito de família, direitos de pets e doação de órgãos.

E&N Dívida de 4,1 bi __B12

Casas Bahia entra com pedido de recuperação extrajudicial

Operação foi acertada antes com principais credores, que detêm 54,5% dos débitos, e será estendida aos demais. Haverá carência de 24 meses para pagamento de juros.

“Tínhamos pagamento de juros todos os anos. Era R$ 1,5 bi este ano e quase R$ 1 bi nos próximos”
Renato Franklin, CEO

‘Renovação’ __A13

Mais da metade do público da Cracolândia muda todo mês

Pesquisa com base em 28,8 mil atendimentos comprova que frequência se renova e há alto fluxo de fora da capital.

E&N Urbanismo __B9

Condomínio alto e pouca área de lazer desvalorizam prédios nos Jardins

Imóvel em edifício sem piscina ou academia, mas com condomínio caro, vale até 50% menos do que em outros bairros.

Notas e Informações __A3

Precisamos falar de Defesa

Para ser fiel à sua tradição pacífica, o Brasil precisará de uma melhor Defesa.

Petróleo como combustível da sustentabilidade

Carlos Pereira __A9
Menos fragmentação, mais fidelidade

Thomas L. Friedman __A12
Israel precisa fazer uma escolha: Rafah ou Riad

Henrique Meirelles __B3
Para além da reforma tributária

Tempo em SP
24° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Carlos Siqueira diz que aliados não têm como dar conselhos ao governo: 'Não quer ouvir'

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, diz que o conselho político do governo Lula "nunca funcionou" e que não vê o Palácio do Planalto aberto a sugestões da base aliada. "Ninguém pode dar conselhos a quem não quer ouvir conselhos. O PSB está aqui para ajudar. Na hora que o presidente achar que deve ouvir alguém, ele chama. É mais importante para ele do que para a gente", afirmou o correligionário do vice-presidente Geraldo Alckmin ao *Broadcast Político/Coluna*. Para Siqueira, o atual mandato de Lula é "uma repetição dos anteriores", enquanto o eleitor quer novidades. "Era preciso pensar um pouco em algo que pudesse ser surpreendente para o eleitor. A esquerda carece de uma atualização para que ela possa retomar seu protagonismo", avalia o dirigente.

● **ELE SIM.** Apesar do tom crítico em relação ao governo, Siqueira tece elogios ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Ele é uma boa surpresa no governo, tem dado rumo à economia. Muitos duvidavam que pudesse dar."

● **MISTÉRIO.** Siqueira evita cravar apoio à reeleição de Lula. "É cedo demais. Hoje, nossa preocupação deve ser para que o governo melhore, dê certo e seja um sucesso. Essa decisão só tomaremos em 2026", declarou.

● **TROCAS.** Ainda sobre PSB, o partido perdeu na semana passada a senadora Ana Paula Lobato (MA), que herdou o mandato de Flávio Dino, hoje no STF. Ela se filiou ao PDT. Em fevereiro, o senador Cid Gomes (CE) fez o caminho contrário: trocou o PDT pelo PSB. "Foi uma coincidência reversa", afirmou Cid à *Coluna*, descartando qualquer movimento casado com Ana Paula. O líder do PSB, Jorge Kajuru, afirmou que o PSB "continua forte".

● **FIM...** A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) acabou com as superintendências no Rio e em São Paulo apenas um ano após serem criadas. O comando da estatal foi centralizado em Brasília, em mudança referendada pelo ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, pasta à qual a estatal é vinculada.

● **...DE LINHA.** Em nota, a EBC afirmou que a medida evita "distorções". "As atribuições dessas superintendências eram apenas administrativas. A decisão foi de extinguir os dois cargos e transformá-los em gerência executiva vinculada à área administrativa."

● **SALDO.** Na prática, porém, a centralização das regionais em Brasília é uma vitória interna de Antonia Pellegrino, diretora de Conteúdo e Programação da EBC, que rivalizava com o ex-superintendente paulista José Américo. Ele queria emplacar conteúdos na programação a partir de São Paulo, mas a Antonia resistia.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Carlos Siqueira,
presidente do PSB

● **PENDÊNCIAS.** O MDB conseguiu definir 13 pré-candidatos a prefeitos de capitais. O desafio, agora, é decidir como será a distribuição do fundo eleitoral. A prioridade é a campanha à reeleição de Ricardo Nunes à Prefeitura de São Paulo.

● **BASES.** A sigla tem um forte viés municipalista e listou critérios para priorizar os repasses, que também valem para vereadores: mulheres; candidatos à reeleição; candidatos com mais chance de vitória e candidatos novos.

COLABORARAM IANDER PORCELLA, SOFIA AGUIAR, VINÍCIUS VALFRÉ E ELIANE CANTANHÊDE

PRONTO, FALEI!

Rui Falcão
Deputado federal (PT-SP)

"É revoltante assistir ao comandante da Marinha chamar João Cândido de 'abjeto'. Será que ele gostaria de ainda ter uma chibata para punir os marinheiros?"

CLICK

TWITTER/MICHELE ASSUNÇÃO

Alceu Collares
Ex-governador do RS

Recebeu em sua casa os ex-governadores do Estado: José Ivo Sartori, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Olívio Dutra, Tarso Genro, Jair Soares e Pedro Simon.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Precisamos falar de Defesa

Gasto militar aumenta em todos os continentes, batendo recordes históricos. O mundo está mais perigoso, e para ser fiel à sua tradição pacífica o Brasil precisará de uma melhor Defesa

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri, na sigla em inglês), em 2023 o mundo bateu um recorde histórico de despesas militares: US$ 2,4 trilhões, quase 7% a mais do que em 2022, a maior elevação desde 2009. Pela primeira vez em 15 anos, as despesas cresceram em todos os continentes.

A alta foi turbinada pela guerra na Ucrânia. A Rússia aumentou seus gastos em 24%; a Ucrânia, em 51%. As despesas cresceram na maioria dos membros europeus da Otan e seguem crescendo na China – 75% em 10 anos –, desencadeando uma corrida armamentista nos vizinhos. Os conflitos no Oriente Médio abasteceram em 2023 o crescimento mais agudo da última década: 9%. Na América Central e Caribe, a repressão militar ao crime organizado provocou 54% de aumento em 10 anos.

Em fóruns internacionais, o presidente Lula da Silva costuma lamentar que o mundo, em vez de matar a fome de milhões de pessoas, gasta trilhões de dólares para "alimentar a máquina de guerra". É mesmo lamentável. Num mundo ideal não existiriam armas nem guerras. Mas o fato é que o mundo real está cada vez mais perigoso. O Brasil não pode se furtar a essa realidade e também precisa alimentar sua máquina de guerra.

O País tem vantagens comparativas. Com técnica e habilidade diplomática, consolidou suas fronteiras pacificamente. A América do Sul está distante das grandes zonas de conflito. O Brasil tem uma reputação na busca de soluções pacíficas de controvérsias e apoio ao multilateralismo. Em meio às rotas de colisão de grandes blocos, é do interesse nacional manter uma autonomia estratégica. Mas esse *soft power* precisa estar respaldado por um *hard power*.

O problema é que o dividendo da paz, ao invés de ser otimizado com inteligência, deu azo à complacência. As defesas nacionais estão defasadas. Neste ano, por exemplo, está programada a revisão quadrienal da Política Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, mas este não é um tema de atenção nos centros de poder e nas mídias.

O máximo que se tem debatido é sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) para fixar um piso de 2% do PIB para gastos em Defesa. Mas, como já dissemos neste espaço, a PEC da Defesa é uma solução equivocada para um problema real. O engessamento do Orçamento já é excessivo, minando a capacidade do País de discutir politicamente suas prioridades e a consequente alocação de recursos para realizá-las.

Ainda assim, as preocupações que motivam os autores da PEC são legítimas. O porcentual de 2% é um padrão internacional. Mas nos últimos 30 anos os gastos do Brasil com Defesa caíram de 1,8% do PIB para 1,2%. Reverter essa trajetória é crucial num momento em que o mundo não só está se armando mais, mas combatendo com tecnologias disruptivas.

Prioritário é rever a qualidade do gasto: 85% são para salários e benefícios, e só 5% para investimentos. Entre os 29 países da Otan, só 9 gastam mais de 50% com pessoal, e só 3 gastam menos de 20% com investimentos. Nas três fronteiras da inovação militar – cibernética, nuclear e espacial –, o Brasil parou no tempo. A base industrial de Defesa é pequena para as necessidades nacionais e dependente de importações – o que, ao contrário das cadeias de valor em geral, no caso da Defesa representa um risco estratégico grave.

Se não há perigo iminente de ataque de outro país, em áreas críticas como a proteção das fronteiras da costa e da Região Amazônica, especialmente contra organizações criminosas transnacionais, o País precisa de contingentes especializados e qualificados, equipados com arsenais de fácil deslocamento e intervenções ágeis. Quanto a eventuais ameaças de grandes potências, o País não tem condições de se defender sozinho, e dependeria de cooperação internacional. Mas nos últimos governos a diplomacia foi errática, ideológica e frequentemente contrária aos interesses nacionais.

Anseios pela paz e estabilidade existem desde que existe a humanidade e o esforço pela "paz perpétua" sonhada por Immanuel Kant é um imperativo político. Mas a dura realidade é que, desde a Antiguidade, a máxima dos romanos jamais foi desmentida: se quer a paz, prepare-se para a guerra.●

Petróleo como combustível da sustentabilidade

Para desenvolver as potencialidades da 'economia verde' e combinar prosperidade social com preservação ambiental, Brasil precisará de muito dinheiro. O petróleo pode ser a sua fonte

Estima-se que o óleo e o gás ainda representarão em 2050 cerca de 1/3 da matriz energética global. Mesmo no cenário mais agressivo – e improvável – de descarbonização, os combustíveis fósseis ainda responderiam por 15% dessa matriz. A Empresa de Pesquisa Energética alerta que, se o Brasil deixar de explorar suas reservas potenciais, pode perder R$ 5 trilhões entre 2031 e 2050.

A transição energética de combustíveis fósseis para renováveis é irreversível. Há, e deve haver, debates acalorados sobre os custos e benefícios sociais e ambientais de uma maior ou menor aceleração desse processo, mas a transição em si é um consenso da comunidade internacional.

"Transição", por definição, não é "ruptura", e combina mal com imediatismos. Os fósseis podem ser letais a longo prazo, mas são vitais no curto prazo. O petróleo ainda responde por mais da metade da energia produzida no mundo e é a fonte mais barata e confiável. Gastar menos dinheiro com energia significa ter mais dinheiro para investir em desenvolvimento social e, também, ambiental, incluindo em pesquisa e desenvolvimento de energias limpas que sejam tão baratas, eficientes e acessíveis quanto as fósseis. Hoje elas não são.

O Brasil tem vantagens. Se boa parte do mundo precisa trocar o carvão por fontes limpas, o País já tem 48% de sua matriz energética ligada a fontes renováveis, enquanto a média mundial é de 15%. No mundo, o setor de energia responde por 70% das emissões de carbono. No Brasil, são 17%. O País tem áreas continentais fartamente servidas por água, vento, luz solar, biomassa e metais cruciais para a transição energética, e tem condições materiais de se tornar um exportador de hidrogênio verde e aproveitar a expertise com o etanol para desenvolver alternativas de biocombustíveis.

A propósito do óleo e do gás, como se sabe a grande fronteira inexplorada do Brasil é a chamada Margem Equatorial, formada por cinco bacias sedimentares que se estendem da costa do Amapá até o Rio Grande do Norte, com o potencial de dobrar as atuais reservas nacionais.

A possibilidade de exploração dessas bacias é incerta e particularmente sensível pela sua relativa proximidade com a Amazônia. O problema é que a ideologia polui o debate. Para as pessoas sensatas o desafio é encontrar os meios de explorar essas reservas minimizando riscos ambientais, mitigando emissões de carbono e otimizando as receitas. Mas, para uma ala radical de militantes ambientalistas, não se trata de uma exploração mais ou menos responsável: a exploração em si é irresponsável. É preciso parar de manchar o planeta com petróleo.

Mas a redução dos combustíveis fósseis não se fará por restrições voluntaristas à oferta, e sim por uma redução voluntária da demanda. Suponhamos que o Brasil interrompesse toda a sua produção petrolífera num estalar de dedos. Isso não alteraria nem um mililitro da demanda global por petróleo nem a do Brasil por energia. Nesse cenário hipotético, as emissões até aumentariam, porque o petróleo explorado no Brasil emite menos carbono que o de outros países. O Brasil se tornaria mais dependente de fontes externas, e o custo de energia escalaria, devorando recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento social. Ironicamente, os fundamentalistas ambientais costumam ser aqueles que vociferam mais histericamente contra "desigualdades" e "injustiças sociais".

Essa turma costuma alardear as "riquezas naturais" da Amazônia e as potencialidades do Brasil em "energia verde". Mas os povos amazônicos ainda são os mais miseráveis do País e todo este potencial não se tornará realidade num passe de mágica, mas só com investimentos massivos em pesquisa e produção. O petróleo pode ser a fonte destes recursos. Com políticas públicas bem desenhadas, ele pode capitalizar o desenvolvimento social e, sim, também o ambiental. Não há paradoxo nem contradição nisso: com prudência e racionalidade, os combustíveis fósseis podem abastecer e acelerar a jornada do Brasil rumo à terra prometida de uma matriz energética verde – e uma sociedade próspera.●

Os entraves ao avanço da educação técnica

Isaías Pascoal

Este **Estadão**, periodicamente, tem se referido ao papel da educação, sobretudo da educação técnica, como fator importante para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. No dia 27 de novembro de 2023, em editorial intitulado *Receita para sair da mediocridade*, afirmou que "países desenvolvidos investem para que alunos cursem o ensino profissional junto com o médio. Não à toa, também alcançam melhores resultados em produção e competitividade".

Houve avanços no número de matriculados, na abertura de escolas técnicas e no aporte de recursos financeiros pelo setor público ao ensino profissional, mas eles são lentos demais para responder às demandas impostas pelo desenvolvimento do País. Enquanto na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média de matrículas fica em torno de 40%, no Brasil não chega a 10%.

O que está acontecendo? Há um conjunto de fatores que atuam para tornar lento o ritmo de mudanças no setor: a dificuldade dos Estados de responder convenientemente à demanda, por se tratar de um tipo de ensino mais caro que o tradicional ensino médio; a falta de tradição da maior parte dos Estados na área da educação técnica, que parece funcionar melhor em instituições específicas; o desinteresse da iniciativa privada em investir num tipo de ensino que exige maior investimento; o tradicional preconceito contra a formação técnica, em razão do academicismo e do bacharelismo que imperam no campo educacional brasileiro há muito tempo e que custam ceder; um desenho curricular dos cursos técnicos que precisa ser repensado; e as visões antagônicas do que deve ser e de como deve se organizar o ensino técnico, frutos de uma acirrada disputa ideológica que se reflete em alterações normativas e organizacionais a cada mudança de governo.

De todos os fatores relacionados acima, o último é o que tem mais visibilidade e o que mais produz consequências no nível das unidades escolares, sempre às voltas com construção e reconstrução de projetos pedagógicos de cursos e redesenho das matrizes curriculares, gerando confusão, cansaço e uma boa dose de ceticismo.

> ***A disputa ideológica que leva a mudanças a cada troca de governo é o fator que tem mais visibilidade e que mais gera confusão, cansaço e ceticismo no nível das unidades escolares***

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/96 até o atual momento, a legislação educacional foi mudada a cada nova orientação de governo vencedora da eleição presidencial. Em vez de políticas de Estado, a educação, incluindo a formação técnica, se viu imersa em conflitos ideológicos que a transformaram em políticas de governo.

A LDB foi aprovada durante o governo Fernando Henrique, com o Ministério da Educação chefiado por Paulo Renato Souza. De 1997 a 1999, um conjunto normativo foi elaborado para a educação básica e a técnica. O Decreto n.º 2.208/97 organizou o ensino técnico e lhe deu um perfil que foi muito criticado pelas instituições públicas de ensino profissional e pelos departamentos de educação das universidades. A seguir, vieram os Pareceres do CNE/CEB n.º 17/97 e 16/99 e a Resolução n.º 04/99, com as novas diretrizes curriculares. Esse conjunto normativo completou o arcabouço legal do que deveria ser o ensino técnico no Brasil.

Numa rápida síntese, foi introduzido um tipo de organização curricular bastante flexível, que poderia se organizar em módulos com certificações intermediárias, voltada para a empregabilidade como forma de responder aos desafios da nova organização do trabalho, sob forte impacto de tecnologias inovadoras. E, por fim, foi proibido o ensino integrado, entendido como inadequado à flexibilidade curricular posta pela legislação.

A chegada de Lula ao poder em 2003 criou a oportunidade de mudança na legislação, concretizada no Parecer n.º 39/2004 e com o Decreto n.º 5.154/2004, que revogou o Decreto n.º 2.208/97. A principal mudança foi a volta do ensino integrado, saudado pelos que se opuseram às reformas da era Fernando Henrique Cardoso.

Essas mudanças foram aprofundadas com o Parecer n.º 11/2012 e com a Resolução n.º 06/2012. Nesses dois documentos foi demarcado um campo filosófico e ideológico da educação técnica que se opôs claramente aos ideais do período Paulo Renato.

Desde 2004, a legislação prevê três modalidades de educação técnica, que é entendida como formação profissional de nível médio: concomitante, integrada e subsequente ou pós-média. A concomitante se caracteriza por ter o aluno duas matrículas simultâneas: uma, no ensino médio, e outra, no técnico, no mesmo ou em outro estabelecimento de ensino. A integrada se caracteriza por uma matrícula única num curso cuja matriz curricular tem uma parte de conteúdos próprios do ensino médio e a outra com conteúdos da formação profissional. A subsequente é voltada para alunos que já terminaram o ensino médio, normalmente mais velhos, ofertada em maior escala no período noturno e focada em conteúdos próprios da habilitação profissional desejada.

As modalidades concomitante e, sobretudo, a integrada são alvo de intensa disputa ideológica, refletida na e alimentada pela legislação que muda conforme o governante de plantão. O mais recente capítulo do conflito pode ser acompanhado nos imbróglios, ainda em curso, envolvendo a reforma do ensino médio feita em 2017. ●

DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, É PROFESSOR APOSENTADO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS (IFSULDEMINAS)

FÓRUM DOS LEITORES

Ocupação no Pacaembu

Precedente perigoso

A juíza Rebeca Uematsu Teixeira, da 4.ª Vara Cível de São Paulo, foi bem-intencionada ao optar por não conceder liminar de reintegração de posse aos proprietários que tiveram imóvel invadido no bairro do Pacaembu, alegando fragilidade econômica de parte dos invasores. Entretanto, salvo movimentos políticos ou de má-fé de certos grupos mal-intencionados, pessoas que invadem imóveis abandonados são, invariavelmente, hipossuficientes. Abrir precedentes, ou seja, justificar e legalizar essas invasões, é perigosíssimo e só fará aumentar exponencialmente as tensões entre todas as partes envolvidas, com violência inclusive. É o Estado quem tem de acolher essa população frágil e projetar soluções sustentáveis. Esta é a típica situação em que a Justiça mais atrapalha do que ajuda.

Luciano Harary
São Paulo

Diplomacia

Carta secreta a Putin

Governo alega que carta de Lula a Putin é pessoal e impõe sigilo (**Estadão**, 27/4, A15). Não interessa, a mim ao menos, o teor da carta de Lula a Vladimir Putin, que certamente foi escrita por terceiros. O que importa é a *paixão* que Putin e outros ditadores exercem sobre o presidente Lula.

Maurílio Polizello Junior
Ribeirão Preto

'Tarjetón' na Venezuela

Muito bom o editorial *O 'tarjetón' de Maduro* (**Estadão**, 26/4, A3). Só um detalhe: ao mencionar o saudoso dr. Ulysses Guimarães como "anticandidato" em 1974 diante do presidente-general Emílio Médici, lembremos que o regime militar, tanto daqui como dos países vizinhos, quando se dispôs a entregar o poder, entregou-o. Agora, Nicolás Maduro e os aliados do castrochavismo *nunca* vão entregá-lo, vai ter de haver bastante luta para isso. Nem mesmo aqui, no Brasil. Lembram-se de que, em 2016, à época do impeachment de Dilma Rousseff, pior presidente da história do Brasil, que quase quebrou o País, tentaram rasgar a Constituição "fatiando" o impeachment? Então. Ela só foi deposta porque houve disposição do Congresso Nacional, atuação destacada de alguns líderes e população em massa na rua, com marcha no ano anterior que chegou a 3 milhões de pessoas na Avenida Paulista. E ainda hoje há quem repita que foi golpe.

Felipe Peixoto
São Paulo

Uma boa história

Mundial de robótica

Notícias ruins são o normal no nosso cotidiano. No Brasil, insegurança, invasão de propriedades, pobreza e desemprego nos trazem preocupação e ansiedade. Fora do País, guerras e terremotos devastadores são notícia e trazem inconformismo e muita tristeza. Pois bem, neste nosso conturbado mundo, na semana passada este jornal nos brindou com "uma boa história": *Alunos brasileiros vencem torneio de robótica nos EUA* (24/4, A20). Você, leitor, soube dessa façanha? Nossa garotada conquistou o 1.º e o 2.º lugares no certame, que reuniu 160 times de 37 países. Fantástica proeza. Parabéns aos jovens do Sesi de Araras e de Santa Cruz do Rio Pardo, por todo empenho e dedicação! Essas boas notícias precisam e merecem destaque.

Jose Perin Garcia
Santo André

História

Gabriel Waldman

Curiosa a história vivida pelo sr. Gabriel Waldman e traduzida no livro *Ingrid, a Filha do Comandante* (reportagem *As memórias de um sobrevivente*, **Estadão**, 26/4, C10 e C11). Coincidentemente, também fui funcionário da Volkswagen (1964-1984) e apenas depois de me aposentar passei a me dedicar às letras com mais intensidade. Quem sabe fui, na empresa, contemporâneo do escritor e de sua namorada?

Rui Ribeiro
São Caetano do Sul

Saúde e bem-estar

Alongamentos

Excelente a matéria sobre o alongamento na atividade esportiva, com ótimos profissionais convidados a participar (**Estadão**, 27/4, D4). O alongamento é um exercício que serve não só para a atividade esportiva, mas para as retrações miofasciais, responsáveis por mais de 50% das dores nas pernas, ombros, pescoço e coluna. A musculatura, após períodos de posicionamento estático (ficar parado na mesma posição), retrai e dói ao ser solicitada. Esta falta de elasticidade piora com a inatividade e com a idade. Os alongamentos regulares propiciam maior elasticidade e diminuem muito a chance de distensões musculares.

Gilberto Luis Camanho, prof. titular de Ortopedia da FMUSP
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

STF – basta de abuso e politização

Carlos Alberto Di Franco

O Supremo Tribunal Federal (STF) é uma instituição essencial para o bom funcionamento da democracia. Merece o respeito de todos os brasileiros. De uns tempos para cá, no entanto, a Corte é, aqui e lá fora, tema recorrente de manchetes, reportagens e discussões acaloradas nas redes sociais. Tal exposição não tem contribuído para o prestígio da Corte Suprema. Ao contrário. O STF vive uma forte crise de imagem e de credibilidade.

Quando juízes falam fora dos autos, antecipam seus votos em saídas de seminários internacionais, assumem posições políticas e até mesmo partidárias, disputam espaço com celebridades, dão entrevistas sobre os temas mais variados e participam de encontros à base de bons vinhos e pouca prudência republicana, algo não vai bem com a nossa democracia.

Tal percepção já não está limitada a uma parcela majoritária, embora amedrontada, da população brasileira. Ela ganhou espaço nos principais jornais e portais dos Estados Unidos e da Europa. O Brasil está sendo visto como um país que caminha aceleradamente para o que poderíamos chamar de ditadura do Judiciário.

Reproduzo, aqui, o fecho de meu artigo de 15/4 neste espaço opinativo: "É muito sério o que está acontecendo no Brasil. Com um Congresso leniente, não obstante algumas exceções de parlamentares combativos, parte da imprensa surpreendentemente silenciosa, uma sociedade amedrontada e um Judiciário politizado e fascinado com o poder, caminhamos para um sistema claramente autoritário. Fala-se muito em tentativa de golpe. Ele não estará em plena execução?".

Pois bem, amigo leitor, já não tenho dúvida a respeito do golpe em andamento. A sociedade, que tanto sofreu para recuperar a democracia banida durante o período militar, pode impedir que o golpe seja consumado. E sua arma de combate, legítima e pacífica, é pressionar cada um dos senadores da República.

Li com atenção o relatório parcial do Comitê Judiciário da Câmara dos Estados Unidos. Fiquei impressionado. Mostra, com clareza, o avanço inconstitucional da censura no Brasil e os reiterados abusos praticados por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

O documento revelou que aproximadamente 150 perfis foram suspensos das redes sociais e outros 300 usuários ainda estão sob risco de censura. Contam-se parlamentares, jornalistas, formadores de opinião e autoridades, quase todos do campo da direita ou críticos do Judiciário e de seu ativismo. Não é precipitado afirmar que estamos diante de uma ação política.

> ***O avanço de atos abusivos e a gravidade das últimas denúncias têm aumentado a pressão contra a omissão de Rodrigo Pacheco, no Senado***

Como bem lembrou recente matéria do jornal *Gazeta do Povo*, para além da suspensão dos perfis em si, "um dos maiores problemas, apontados pelos que foram banidos das redes e também parte relevante da comunidade jurídica, é a falta de transparência sobre os motivos da censura e um frágil embasamento jurídico. Algumas decisões divulgadas apresentam justificativas grosseiras e repetidas, em diferentes casos, para restrições abusivas à liberdade de expressão, direito fundamental garantido pela Constituição, e que contrariam regra expressa no Marco Civil da Internet, lei de 2014 que regula as redes sociais e as condições para a remoção de conteúdo postados por usuários".

Pressionar funcionários de uma empresa a praticar censura, apoiando-se ilegalmente no expediente do segredo de Justiça – como teria feito o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de acordo com informações do Twitter Files Brasil e dos documentos divulgados pelo Congresso americano –, é, por si só, fundamento suficiente para um processo de impeachment de magistrados.

Em muitos casos, as redes podiam dizer apenas que a remoção de conteúdo atendia a ordem judicial, sem especificar de qual instância da Justiça partia a determinação. Elas não tinham acesso às justificativas da remoção. Mais do que isso, de acordo com Elon Musk, em alguns casos o Twitter teria recebido ordens de Alexandre de Moraes para suspender contas de parlamentares e jornalistas sem poder dizer ao público que a censura ocorria a mando da Justiça. "Tínhamos de fingir que era devido às nossas regras", alegou o empresário há alguns dias.

Juristas afirmam que, ao menos em tese, as decisões judiciais e os diálogos entre TSE e X/Twitter envolvendo exigência de censura e ameaças de multas desproporcionais, especialmente por terem sido feitas às escuras, configurariam crime de responsabilidade.

A possibilidade de impeachment do ministro Alexandre de Moraes é vista neste momento como remota, especialmente porque o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenderia a ignorar pedidos nesse sentido. O avanço crescente de atos abusivos e a gravidade das últimas denúncias, contudo, têm aumentado a pressão contra a omissão de Pacheco. Acrescente-se a isso a tensão cada vez maior entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o governo Lula.

Esperemos que o ministro Moraes, por iniciativa própria ou pressionado por seus pares, repense suas atitudes. O STF não é dono do País. Seus integrantes são servidores. O fato é que o Brasil, maior país da América Latina, não será uma Venezuela. Seu povo, pacífico, trabalhador e democrático, será o fiel da balança. ●

É JORNALISTA
E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

TEMA DO DIA

RYAN LIEBE/THE NEW YORK TIMES

Alimentação saudável

Trocar carne por alimentos à base de plantas pode reduzir risco de morte prematura

Análise com base em 37 estudos aumenta a evidência de que ingerir menos alimentos de origem animal e substituir por grãos integrais, legumes e nozes está associado a risco menor de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. ●

15.076 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Tudo em excesso faz mal. Todos nós sabemos. Foca em viver bem, sem muitas restrições. O tempo é tão curto..."
MICHELE GARCIA

● "Carnes processadas, tudo bem (*aumentar o risco de doenças*). Mas carne de animal do pasto é saudável, sim."
LUCAS HOLANDA

● "Alimentos processados são venenosos."
SIDNEY MANES

● "Só troco a carne por vegetais no dia em que o leão virar vegano!"
ERICK NASCIMENTO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PIXFLY/ADOBE STOCK

Lazer e exercício

Como transformar o passeio de bicicleta em treino. ●
https://encr.pw/jbc1e

Viagem

Quais são os melhores aeroportos do mundo? ●
https://l1nq.com/eMLqA

Podcast

Estadão Notícias: análises do Brasil e do mundo. ●
https://bit.ly/3SjLa8M

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Forças Armadas

Alvo de radicais, Exército vai moderar perfis e excluir comentários de 'ódio'

Regras para redes incluem ainda o bloqueio de autores de mensagens com 'linguagem inapropriada' e 'de cunho político ou ideológico'; Força afirma que medida não é censura

KARINA FERREIRA
SÃO PAULO
VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

O Exército publicou regras que aplicará para excluir comentários e bloquear usuários que interagem com os perfis oficiais da Força nas redes sociais. De acordo com as diretrizes divulgadas na última semana, comentários com mensagens que "incitem o ódio" serão "moderadas e/ou excluídas", assim como aqueles que contenham "linguagem inapropriada", "opiniões de cunho político ou ideológico" e até os que usem "informações e imagem de pessoas e instituições indevidamente".

A Força Terrestre tem sido alvo de ataques de extremistas de direita nas redes. Em comentários nos perfis do Instagram e do X (antigo Twitter), apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) mantêm um discurso de que o Exército teria sido omisso ao não embarcar em uma tentativa de golpe de Estado para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao cumprir ordens do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento com a "Política de moderação nas mídias sociais do Sistema de Comunicação Social do Exército Brasileiro (CComSEx)" foi criado na terça-feira passada. Um pesquisador de democracia no ambiente digital e combate à desinformação consultado pelo **Estadão** avaliou que o texto é desproporcional e abre margem para o cerceamento de críticas à instituição.

Integrantes do Exército afirmaram, por sua vez, que não haverá censura a críticas e que a iniciativa apenas disciplina a atuação diante de casos extremos. Disseram também que a intenção é somente fazer com que as caixas de comentários das publicações oficiais sejam um ambiente saudável, democrático e respeitoso, e que os militares estão abertos a aperfeiçoamentos e revisões dos critérios adotados.

"Ao utilizar os canais mantidos pelo EB (Exército Brasileiro) em redes sociais, o usuário estará ciente das regras de uso e de convivência aqui descritas e de acordo com elas. O usuário que desrespeitar essas regras poderá, a critério do CComSEx, ser bloqueado imediatamente, independentemente de justificativa, consulta ou aviso, e, conforme o conteúdo, as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes", diz o texto da Força Terrestre.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS - 17/4/2024

O comandante do Exército, Tomás Paiva, e o ministro da Defesa, José Múcio, em audiência na Câmara

> ***"O usuário que desrespeitar essas regras poderá ser bloqueado imediatamente, independentemente de justificativa, consulta ou aviso, e, conforme o conteúdo, as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes"***
> **Exército**
> **No documento com a "Política de moderação nas mídias sociais"**

EMBATE. Seis dias antes de o documento ser apresentado, o comandante do Exército, general Tomás Paiva, esteve na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e foi provocado por aliados de Bolsonaro sobre uma suposta "complacência" com Moraes. Apesar de as diretrizes terem sido divulgadas após a sessão marcada por críticas que ganharam repercussão, militares afirmaram que a política de moderação nas redes sociais já estava sendo elaborada anteriormente e houve apenas uma coincidência de datas.

Com a eleição de Lula e as consequências dos ataques do 8 de Janeiro, extremistas de direita passaram a criticar o Exército, algo que até então era mais comum entre setores da esquerda. O quadro ficou ainda mais intenso após a participação dos comandantes militares e do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em reunião na Câmara

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) foi o que mais subiu o tom contra o comandante do Exército. "O senhor tem medo de Alexandre de Moraes, mas qual outra explicação? O senhor é cúmplice? Espero que não." O parlamentar gaúcho disse ainda ter "vergonha" pelos oficiais da ativa e da reserva. "O que o Exército e o Ministério da Defesa estão fazendo é obedecendo a Alexandre de Moraes. É Alexandre de Moraes que manda. Não é a Constituição", afirmou.

Em resposta, o general Tomás Paiva rebateu o deputado. "Temos vergonhas diferentes. A minha vergonha, por exemplo, é quando alguém não cumpre a ética militar. E eu estou aqui de cara lavada para falar para o senhor que, em sede de ética militar, eu nunca falei uma mentira para a minha tropa, para os meus soldados, para o meu pessoal. Tenho vergonha de, buscando popularidade, não cumprir a lei. Disto eu tenho vergonha: não cumprir uma decisão judicial."

> **Repercussão**
> **Discussão entre deputado do Novo e comandante do Exército durante sessão na Câmara ganhou as redes**

VÍDEOS. O assunto não ficou restrito à Câmara e ganhou as redes sociais. Van Hattem publicou em seu perfil oficial vídeos em que ele aparece fazendo as acusações e o comandante ouvindo em silêncio.

Em uma conduta pouco usual na comunicação institucional, o Exército usou as mesmas plataformas para responder às postagens do deputado e divulgou, em duas partes, a íntegra das respostas de Tomás Paiva a Van Hattem durante a sessão na Câmara. Antes do embate no Congresso, as publicações do Exército no X tinham uma média de 700 comentários. Depois, chegaram a entre 3 mil e 7 mil.

Entre as mensagens de usuários são comuns menções pessoais ao comandante e alegações de que o Exército "traiu a Pátria" e "lambe as botas do Xandão", em referência a Moraes, relator de inquéritos que investigam suspeita de tentativa de golpe de Estado e miram Bolsonaro e aliados militares.

CERCEAMENTO. Para o pesquisador em Harvard Caio Vieira Machado, que também é diretor executivo do Instituto Vero, as diretrizes do Exército são desproporcionais. Segundo ele, não há legitimidade da Força para decidir o que é ou não é verdade, nem para impedir manifestações e opiniões políticas de cidadãos.

"É um erro considerar que esse espaço dos comentários pertence ao Exército, que está se colocando como um moderador sem freios e contrapesos. Uma coisa é remover conteúdo que é, de fato, spam, que é, de fato, nocivo, como incitação à violência, que seria um crime. Mas quem garante que eles não vão cercear críticas políticas ou à própria instituição, que é direito de nós, cidadãos?", questionou.

Segundo o Exército, a moderação não representará censura, mas, sim, uma forma de dar transparência a eventuais exclusões e bloqueios de usuários considerados radicais. A iniciativa é considerada um "manual de instruções" para que "a própria liberdade de expressão seja respeitada tanto em relação à instituição quanto em relação aos demais usuários" das redes sociais.

As críticas feitas com "urbanidade", ainda que duras, não serão excluídas e os responsáveis não serão bloqueados, segundo a Força. Além disso, a moderação, disseram militares, também compreende eventuais esclarecimentos sobre versões "dissonantes de fatos" que venham a surgir nas redes sociais. ●

André Porto Rodrigues

Coronel ganhou poder e hoje controla agenda de Tarcísio

'Chefe do gabinete pessoal do governador', militar desempenha tarefas que antes eram da Casa Civil

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PERFIL

Coronel da reserva, trabalhou no GSI no governo Bolsonaro. Na gestão Tarcísio, chefiou a Gerência de Apoio do Litoral Norte

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Assessor especial de Tarcísio de Freitas (Republicanos), o coronel da reserva André Porto Rodrigues conquistou espaço nos últimos dois meses na administração estadual e passou a se autodenominar "chefe do gabinete pessoal do governador". O cargo não existe oficialmente, mas, na prática, ele comanda o cerimonial do governo, controla a agenda de compromissos e quem entra e quem sai da sala do chefe do Executivo estadual.

As novas atribuições de Porto, que despacha de uma sala próxima à do governador no Palácio dos Bandeirantes, eram desempenhadas pela Casa Civil, chefiada por Arthur Lima (PP). O secretário tem sido alvo de fritura de aliados de Tarcísio, que pressionam por uma troca. O governador decidiu retirar parte dos poderes do secretário e transferi-los para seu "gabinete pessoal", sob o comando do coronel.

Em nota, o governo de São Paulo disse que buscou separar as funções de Porto daquelas desempenhadas pela pasta de Lima. "André Porto é assessor especial do governador e exerce funções de assessoria e assistência pessoal, incluindo a supervisão das equipes responsáveis pela agenda e cerimonial do gabinete pessoal do governador. Cabe à Casa Civil, prioritariamente, a coordenação intersecretarial dos programas de governo e assessoramento técnico e legislativo do governador", disse o Palácio dos Bandeirantes.

O **Estadão** tentou uma entrevista com o coronel, mas o pedido foi negado. Nos bastidores, integrantes do governo minimizam a ascensão de Porto e negam a disputa por espaço entre ele e Lima sob o argumento de que são amigos.

Porto, Lima e Tarcísio se conhecem há décadas. Os três são da turma de 1996 da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), conhecida como Turma do Bicentenário da Inconfidência Mineira. Antes, estudaram juntos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx).

ARTICULAÇÃO. Porto mantém pouco contato com deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo, mas ajuda o governo em outras articulações. Ele foi assessor parlamentar do gabinete do comandante do Exército em Brasília entre 2021 e 2022 e comandou um regimento de cavalaria mecanizada em São Borja (RS).

"Nós criamos o gabinete pessoal do governador, e eu, atualmente, sou o chefe do gabinete pessoal do governador. Nós estamos trabalhando nas agendas dele, na parte do cerimonial, em outras questões, nos contatos, nas conversas", disse Porto em entrevista ao podcast PodFull, em fevereiro.

Antes de ir para o governo paulista, o coronel trabalhou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Jair Bolsonaro (PL), onde atuou na coordenação de eventos e viagens nacionais e internacionais do ex-presidente.

Ele antecipou sua passagem para a reserva e deixou a ativa em 2 de março de 2023, já no governo Lula. No dia seguinte, foi exonerado do GSI, nomeado por Tarcísio como assessor especial com designação para chefiar, com status de secretário, a Gerência de Apoio do Litoral Norte, órgão temporário criado para coordenar a resposta do Estado às chuvas que causaram mortes e desabamentos em São Sebastião no início de 2023. A Gerência de Apoio do Litoral Norte encerrou as atividades no início de março.

Atribuições
Cargo do coronel não existe oficialmente, mas, na prática, ele comanda o cerimonial do governo

Há a expectativa de que o coronel seja oficializado em breve como chefe de gabinete do governador, cargo que hoje não existe. O governo não respondeu quando a função será criada. "O coronel André Porto é um amigo de quase 40 anos", disse Tarcísio em cerimônia no início de fevereiro. "O Porto era esse gerente que me dava informação, que trazia os relatos para mim e me ajudava a tomar decisão. (...) Vai para outra missão, vai ficar comigo lá em São Paulo agora", continuou o governador.

AMAN. A turma de Tarcísio, Porto e Lima na Aman tem outros egressos que entraram na política ou ganharam evidência no noticiário nos últimos anos. O coronel Jean Lawand Júnior, que enviou mensagens ao então ajudante de ordens Mauro Cid pedindo que Bolsonaro desse um golpe de Estado, foi o aluno com melhor desempenho da classe.

Wagner Rosário, controlador-geral do Estado de São Paulo, também foi colega de Tarcísio na Aman. Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) durante o governo Bolsonaro, Rosário participou da reunião ministerial de teor golpista em julho de 2022 e, na ocasião, defendeu uma força-tarefa entre a CGU, a Polícia Federal e as Forças Armadas para auditar as urnas eletrônicas. ●

Ribeirão Preto (SP)

Governadores vão a ato pró-Bolsonaro

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), participaram ontem de um ato em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em Ribeirão Preto (SP), enquanto a Agrishow, principal feira do agronegócio do País, realizava sua cerimônia de abertura com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD).

No ano passado, Fávaro foi "desconvidado" da abertura do evento, porque o ex-presidente também estaria presente, em um sinal da resistência do setor ao governo Lula. A Secretaria de Comunicação da Presidência chegou a dizer que o Banco do Brasil retiraria o patrocínio ao evento, o que não ocorreu.

Bolsonaro, Tarcísio e Caiado irão à feira hoje. A Agrishow adaptou a programação e evitou novos atritos: a cerimônia oficial passou a ser realizada no domingo, com a presença apenas de autoridades, convidados e imprensa, enquanto a abertura do evento ao público continua na segunda-feira. A organização nega que a alteração esteja relacionada com o episódio de 2023.

Caiado e Tarcísio são apontados como possíveis sucessores de Bolsonaro em 2026. O ex-presidente está inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Enquanto Caiado não esconde a vontade de concorrer ao Planalto, Tarcísio indica que deseja tentar a reeleição. ● P.A.F.

Carlos Pereira carlos.pereira@fgv.br

Menos fragmentação, mais fidelidade

Não existem mais dúvidas de que os objetivos pretendidos de redução do número de partidos e da fragmentação partidária foram alcançados com as reformas no sistema eleitoral de 2017, notadamente o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais para deputados.

O cientista político Jairo Nicolau demonstra, por exemplo, que, nas eleições de 2022, houve redução significativa do número de partidos que apresentaram candidatos e dos que elegeram representantes para o Legislativo em todos os Estados da Federação. Ele destaca que as legendas que não atingiram o patamar mínimo de votos acabaram ficando de fora do Legislativo, fazendo com que a representação ficasse mais concentrada em um número menor de partidos, diminuindo, assim, a fragmentação partidária em todos os Estados.

Mas o que dizer do comportamento dos parlamentares na arena legislativa? Será que as reformas eleitorais tiveram impacto no padrão de fidelidade partidária dentro do Congresso?

Em estudo ainda preliminar, que estou desenvolvendo com Matheus Cunha (UFPE), identificamos que as reformas de 2017 tiveram um efeito indireto de aumentar a lealdade dos parlamentares aos seus partidos. Elas fortaleceram ainda mais os líderes dos partidos e, consequentemente, a disciplina partidária.

> ***Sistema partidário ficou mais funcional não apenas na arena eleitoral, mas também na arena legislativa***

Nosso estudo revela que, quando o comportamento de todos os parlamentares é observado de forma agregada, não há grandes mudanças de fidelidade partidária entre os períodos pré e pós-reforma.

Entretanto, quando testamos o efeito das reformas diferenciando os parlamentares menos fiéis (os que votaram diferentemente da orientação do líder em mais de 50% das vezes) dos mais fiéis, foi possível identificar que a lealdade dos infiéis aumentou em relação aos fiéis, fazendo com que a diferença que existia entre esses dois grupos antes das reformas desaparecesse após as reformas.

Argumentamos que o incremento de fidelidade partidária dos deputados outrora infiéis se deveu à própria diminuição da fragmentação partidária que, fundamentalmente, diminuiu o número de partidos pequenos, os quais, antes da reforma, eram fortemente preferidos por deputados infiéis em virtude da baixa capacidade de impor disciplina. Com a reforma, esses partidos deixaram de existir ou foram obrigados a se fundir.

Ao migrarem para partidos maiores após a reforma, deputados mais infiéis ficaram sujeitos a um comportamento mais disciplinado para ter acesso a espaços de poder e a recursos eleitorais. Quem não migrou não sobreviveu. E quem migrou para sobreviver teve de se comportar de forma mais fiel e disciplinada. ●

PROFESSOR TITULAR DA ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS (FGV EBAPE) E SÊNIOR FELLOW DO CEBRI

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Recife

Juíza manda prender jornalista a pedido do MP

A juíza Andréa Calado da Cruz, da 11.ª Vara Criminal do Recife, mandou prender preventivamente o jornalista Ricardo Antunes por descumprir decisão judicial que determinava a remoção de publicações nas redes sociais dele contra o promotor de Justiça Flávio Roberto Falcão Pedrosa.

A decisão atendeu a pedido do Ministério Público de Pernambuco. Antunes, que também teve os perfis bloqueados, está fora do Brasil e não foi preso. Ele é réu por difamação e injúria por publicar notícias sobre a compra de um terreno pelo promotor na ilha de Fernando de Noronha.

Em nota, Antunes se disse vítima de "censura". Sua advogada, Rubia Torres, informou que vai entrar com representação contra a juíza no Conselho Nacional de Justiça por abuso de autoridade. ● RAYSSA MOTTA, FAUSTO MACEDO E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

EUA

Protestos em universidades já registram mais de 800 presos

Reação policial aumenta conforme acampamentos pró-Palestina se espalham

INFOGRÁFICO: ESTADÃO/NYTIMES

WASHINGTON

Mais de 800 manifestantes já foram presos nos protestos pró-Palestina que se espalham por universidades dos EUA desde 18 de abril. Além das prisões, estudantes enfrentam suspensões e, em episódios raros, expulsões de faculdades, com casos na Universidade de Yale, na Universidade do Sul da Califórnia, na Universidade Vanderbilt e na Universidade de Minnesota. Só no fim de semana foram registradas mais de 200 detenções.

As prisões começaram depois que a Universidade de Columbia, epicentro dos protestos, pediu ao Departamento de Polícia de Nova York para desfazer um acampamento em seu campus. Em vários casos, os detidos foram libertados, alguns condicionalmente.

Os motivos para as prisões variam, mas a maioria é por desobediência a ordens de retirada dos acampamentos. Algumas universidades citam também insultos antissemitas para justificar a entrada da polícia nos campi.

Universidades de todo o país vêm utilizando estratégias diferentes para lidar com os protestos. Algumas recuaram e procuraram diminuir as tensões, enquanto em outras, como a Universidade do Sul da Califórnia e a Universidade Emory, a polícia desmantelou acampamentos e prendeu estudantes e professores. Há relatos de feridos em alguns casos, mas em geral as detenções foram pacíficas, com manifestantes se entregando voluntariamente.

PUNIÇÕES. Preocupados, estudantes e professores pedem anistia aos que foram mantidos sob custódia. A questão é se as universidades e as autoridades policiais irão retirar as acusações ou se as suspensões e os registros legais irão acompanhar os estudantes na sua vida adulta.

Os termos das suspensões variam de campus para campus. Em Columbia, dezenas de estudantes presos em 18 de abril foram imediatamente barrados de entrar no campus e nas aulas. ● AP e NYT

Proposta de trégua

EUA elevam pressão a Israel por cessar-fogo em Gaza

Hamas promete resposta à proposta de Tel-Aviv de trégua, enquanto Biden volta a conversar com Netanyahu

WASHINGTON

Os EUA intensificaram ontem a pressão por um cessar-fogo entre Israel e o grupo terrorista Hamas, com Joe Biden ligando novamente para Binyamin Netanyahu horas depois de seu chanceler, Antony Blinken, partir em sua sétima viagem ao Oriente Médio. O Hamas prometeu responder hoje à proposta mais recente de Tel-Aviv para uma trégua.

Na ligação, o americano e o israelense conversaram sobre as negociações para a libertação dos mais de 100 reféns levados pelos Hamas em 7 de outubro. Israel se vê diante de um dilema entre seguir com sua incursão em Rafah, plano já condenado por seus aliados, ou avançar nas conversas para a libertação dos reféns, uma demanda interna crescente.

Enquanto isso, Blinken chega à Arábia Saudita, onde se reúne com autoridades do Egito e do Catar, que servem como intermediários nas negociações com o Hamas sobre cessar-fogo e de reféns. Espera-se que ele também visite Israel, mas não houve confirmação do Departamento de Estado. Da última vez, sua passagem por Tel-Aviv só foi confirmada quando ele já havia deixado o país.

Este novo esforço ocorre três semanas depois de Biden ter dito a Netanyahu que repensaria o seu apoio à guerra de Israel, a menos que o país fizesse mais para facilitar a entrega de alimentos e outros fornecimentos a Gaza e limitar as vítimas civis.

RESPOSTA DO HAMAS. Em meio às conversações, o grupo terrorista prometeu dar hoje uma resposta à mais recente proposta de trégua feita por Israel. "Uma delegação do Hamas, liderada por Khalil Al-Hayya, chegará ao Egito e apresentará a resposta do movimento", declarou uma fonte de alto escalão do grupo terrorista à agência France-Press.

O portal de notícias americano Axios informou, com base em dois funcionários de alto escalão do governo israelense, que a proposta mais recente do país inclui debater o restabelecimento de uma trégua sustentável em Gaza após a libertação de reféns. Esta é a primeira vez em quase sete meses de guerra que as autoridades israelenses sugerem que estão abertas a discutir o fim do conflito, segundo o portal.

Nos últimos dias, o Hamas divulgou dois vídeos apresentando três dos reféns. Em raras entrevistas neste fim de semana com dois meios de comunicação israelenses, *Haaretz* e *Kan*, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Catar culpou Israel e o Hamas pelos meses de impasse nas negociações sobre reféns.

Dilema
Israel terá de decidir entre sua incursão em Rafah ou avançar nas conversas para libertar os reféns

"Esperávamos ver muito mais flexibilidade", disse o porta-voz, Majed al-Ansari, ao *Haaretz*, "muito mais seriedade, muito mais compromisso de ambos os lados, durante todo o processo, desde o primeiro dia". ● AFP e NYT

Iraque

Protestos diplomáticos contra lei de prisão a LGBT+

Diplomatas e grupos de direitos humanos criticaram uma lei aprovada neste fim de semana no Iraque que impõe prisão a homossexuais e transexuais. As chancelarias dos EUA e do Reino Unido alertaram que a legislação poderia desencorajar o investimento estrangeiro no país. ●

ANMAR KHALIL/AP

Chile

Boric decreta luto nacional após morte de policiais

Três policiais foram mortos no sábado no sul do Chile em uma emboscada, o que levou o presidente Gabriel Boric decretar três dias de luto nacional. O ataque ocorreu em Canete, na província de Arauco, quando os policiais responderam a três chamados de emergência falsos. ●

Israel precisa fazer uma escolha: Rafah ou Riad

Tel-Aviv terá de decidir entre ser um pária internacional ou um parceiro no Oriente Médio

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer. Escreveu 'De Beirute a Jerusalém'

A diplomacia dos EUA para colocar um fim à guerra em Gaza e forjar um novo relacionamento com a Arábia Saudita vem convergindo para uma grande escolha diante do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu: o que Israel deseja mais, Rafah ou Riad?

Israel prefere organizar uma invasão completa de Rafah para tentar acabar de vez com o Hamas, sem oferecer estratégia para a saída de Gaza ou horizonte político para uma solução de dois Estados? Ao escolher este caminho, o resultado será apenas a piora do isolamento de Israel, forçando uma ruptura real com o governo Biden.

Ou prefere a normalização das relações com a Arábia Saudita, uma força de paz árabe para Gaza e uma aliança de segurança liderada pelos EUA contra o Irã? Isso teria um custo diferente: um compromisso do seu governo de trabalhar para a criação de um Estado palestino com uma Autoridade Palestina reformada, mas com o benefício de incluir Israel na mais ampla coalizão de defesa americana, árabe e israelense que o Estado judaico já integrou, ao mesmo tempo criando alguma esperança de que o conflito com os palestinos não seja uma "guerra perpétua".

Esta é uma das decisões mais importantes que Israel já teve diante de si. E o que me parece ao mesmo tempo perturbador e deprimente é o fato de, seja na coalizão que governa o país, na oposição ou nas forças armadas, não haver hoje uma só liderança que ajude consistentemente os israelenses a compreender essa escolha, entre ser um pária global ou um parceiro no Oriente Médio, ou explicando por que a segunda alternativa é a correta.

TRAUMA. Reconheço o quanto os israelenses estão traumatizados por causa dos ignóbeis assassinatos, estupros e sequestros praticados pelo Hamas no dia 7 de outubro. Não me surpreende que muitos aqui simplesmente desejem vingança, e seus corações endureceram a tal ponto que não conseguem enxergar nem se importar com todos os civis, incluindo milhares de crianças, que foram mortos em Gaza enquanto Israel demole tudo para tentar eliminar o Hamas. Tudo isso foi dificultado ainda mais pela recusa do Hamas, até o momento, em libertar os reféns restantes.

Mas vingança não é estratégia. É pura insanidade o fato de Israel estar nessa guerra há mais de seis meses e a liderança militar israelense ter permitido que Netanyahu siga buscando uma "vitória total" ali, incluindo um provável mergulho em breve nas profundezas de Rafah, sem nenhum plano de saída ou parceiro árabe preparado para interceder uma vez que a guerra termine. Se Israel acabar envolvido em uma ocupação indefinida de Gaza e da Cisjordânia, isso exporia o país a tóxicos desgastes militares, econômicos e morais que seriam o deleite do mais perigoso adversário de Israel, o Irã, e afastaria seus aliados no Ocidente e no mundo árabe.

INTERESSE ÁRABE. No início do conflito, líderes israelenses diziam que líderes árabes moderados desejavam que Israel eliminasse o Hamas, um braço da Irmandade Muçulmana que todos os monarcas árabes detestam. É claro que eles gostariam de ver o fim do Hamas.

Agora está claro que isso é impossível, e prolongar a guerra não é do interesse dos Estados árabes moderados, particularmente a Arábia Saudita.

A partir das conversas que tive em Riad e em Washington, descreveria a visão atual do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman da invasão israelense nos seguintes termos: saiam assim que possível. No momento, tudo que Israel está fazendo é matar cada vez mais civis, voltando contra si os sauditas que eram favoráveis à normalização das relações, criando mais recrutas para a Al-Qaeda e o EI, aumentando o poder do Irã e seus aliados, fomentando a instabilidade e afastando da região um investimento estrangeiro muito necessário. A ideia de acabar com o Hamas "de uma vez por todas" é um sonho inalcançável, na visão dos sauditas.

Se Israel quiser prosseguir com operações especiais em Gaza para atingir a liderança do grupo, tudo bem. Mas nada de ocupação permanente. Por favor, vamos chegar a um cessar-fogo pleno e à libertação dos reféns o quanto antes, para nos concentrarmos no acordo de normalização e segurança envolvendo americanos, sauditas, israelenses e palestinos.

> *O caminho para Riad traz mais vantagens que o caminho para Rafah, que será um mortal beco sem saída*

Esse é o outro caminho que Israel poderia trilhar agora, aquele que nenhuma liderança importante da oposição israelense está defendendo como prioridade, mas aquele pelo qual torcem o governo Biden e os sauditas, egípcios, jordanianos, marroquinos e emiradenses. Nada garante o seu sucesso, mas o mesmo vale para a "vitória total" que Netanyahu está prometendo.

ABRIR MÃO. Este outro caminho começa com Israel abrindo mão de qualquer invasão militar a Rafah, que fica bem na fronteira com o Egito e consiste na principal rota de entrada da ajuda humanitária em Gaza. A região tem mais de 200 mil moradores permanentes e, agora, mais de um milhão de refugiados. Também é ali que se diz que os últimos quatro batalhões mais intactos do Hamas estão protegidos e, quem sabe, até seu líder, Yahya Sinwar.

O governo Biden vem dizendo publicamente que Netanyahu não deve se envolver em uma invasão completa de Rafah sem ter um plano crível para retirar os civis. Mas, privadamente, eles são mais diretos ao dizer a Israel: não pode haver invasão maciça a Rafah, e ponto final.

Um funcionário do governo americano me explicou: "Não estamos dizendo a Israel para simplesmente deixar o Hamas em paz. Estamos dizendo que acreditamos haver uma forma mais precisa de ir atrás da liderança do grupo, sem demolir cada quarteirão de Rafah".

Os funcionários acreditam que, se Israel demolir agora toda a cidade de Rafah, depois de ter feito o mesmo com grande parte de Khan Yunis e da Cidade de Gaza, sem ter um parceiro palestino com credibilidade para aliviar o fardo de segurança de governar uma Gaza despedaçada, o país cometerá o tipo de erro cometido pelos EUA no Iraque, sendo obrigado a lidar com uma insurgência e uma crise humanitária permanentes. Mas haveria uma diferença essencial: os EUA são uma superpotência que pôde falhar no Iraque e se recuperar. Para Israel, uma insurgência em Gaza seria um fardo pesadíssimo, especialmente sem ter amigos.

E é por isso que os americanos me dizem que, se Israel for adiante em Rafah, o presidente Biden pensará em limitar a venda de determinados armamentos a Israel.

Isso porque o governo Biden acredita que uma invasão total prejudicará as perspectivas de uma nova troca de reféns e destruirá três projetos vitais nos quais o governo vem trabalhando para melhorar a segurança de Israel no longo prazo.

PROJETOS. O primeiro é uma força de paz árabe que poderia substituir as forças israelenses em Gaza, para que Israel possa sair dali sem se ver encalhado com uma ocupação simultânea de Gaza e da Cisjordânia. Vários países árabes têm debatido o envio de forças de paz a Gaza para substituir os israelenses, desde que haja um cessar-fogo permanente, e a presença desta força seria formalmente abençoada por uma decisão conjunta da Organização pela Libertação da Palestina, o guarda-chuva que reúne a maioria das facções palestinas, e a Autoridade Palestina. Os países árabes muito provavelmente insistiriam em receber alguma assistência logística dos militares americanos. Nada foi decidido ainda, mas a ideia é ativamente considerada pelos envolvidos.

O segundo é o acordo diplomático de segurança entre americanos, sauditas, israelenses e palestinos, cujos termos o governo está perto de finalizar com o príncipe herdeiro saudita. Entre eles: 1) um pacto de defesa mútua entre EUA e Arábia Saudita que eliminaria qualquer ambiguidade a respeito do que os americanos fariam se o Irã atacasse a Arábia Saudita. Os EUA viriam em defesa de Riad, e vice-versa; 2) facilitar o acesso saudita ao armamento americano mais avançado; 3) um acordo nuclear civil supervisionado que permitiria à Arábia Saudita reprocessar os próprios depósitos de urânio para uso no seu próprio reator nuclear civil.

CONTRAPARTIDA. Em troca, os sauditas limitariam o investimento chinês no país e quaisquer laços militares com Pequim, desenvolvendo seus sistemas de defesa da próxima geração usando somente armamento americano. A Arábia Saudita também normalizaria as relações com Israel, desde que Netanyahu assumisse o compromisso de trabalhar por uma solução de dois Estados com uma Autoridade Palestina reformada.

E, por fim, os EUA reuniriam Israel, Arábia Saudita, outros países árabes moderados e os principais aliados europeus em uma só arquitetura integrada de segurança para combater a ameaça dos mísseis iranianos. Esta coalizão não poderá ser invocada sem que Israel saia de Gaza e assuma o compromisso de trabalhar por um Estado palestino. Os Estados árabes não aceitarão serem vistos como protegendo Israel do Irã se Israel estiver ocupando permanentemente Gaza e a Cisjordânia. Funcionários dos governos americano e saudita também sabem que, sem Israel no acordo, os componentes de segurança dificilmente conseguiriam a aprovação do Congresso.

A equipe de Biden quer concluir a parte americana e saudita do acordo para poder atuar como o partido de oposição que falta a Israel nesse momento, e dizer a Netanyahu: você pode ser lembrado como o líder que governava no momento da maior catástrofe militar de Israel no dia 7 de outubro, ou como o líder que tirou Israel de Gaza e abriu o caminho para a normalização das relações entre Israel e o país muçulmano mais importante. A escolha é sua. E essa proposta deve ser apresentada publicamente, para que todos os israelenses possam vê-la.

Os interesses de Israel no longo prazo estão em Riad, e não em Rafah. É claro que nenhuma dessas alternativas é uma certeza e ambas trarão riscos. E sei que não é tão fácil para os israelenses pesar os prós e os contras quando há atualmente tantos protestos globais criticando o país pelo seu comportamento em Gaza ao mesmo tempo em que ignoram a conduta do Hamas. Mas é esse o papel das lideranças: defender que o caminho para Riad traz vantagens muito maiores no fim do que o caminho para Rafah, que será apenas um mortal beco sem saída.

Respeito totalmente o fato de que serão os israelenses que terão de viver com a própria escolha. Só gostaria de me certificar de que eles sabem que há uma escolha. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Centro de SP

Todo mês, 54,7% do público da Cracolândia muda, diz Estado

Pesquisa considera 28,8 mil atendimentos dos que buscaram centro de saúde estadual no último ano e comprova chegada de pessoas de fora

GONÇALO JUNIOR

A chegada de novos usuários à Cracolândia tem desafiado a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Dos 28,8 mil atendimentos ao longo do último ano do Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas, centro de atendimento, triagem e direcionamento de dependentes químicos, 54,7% dizem que frequentam as cenas abertas de uso há menos de um mês.

Entre os pacientes do hub, 30% frequentam o "fluxo" há mais de um ano. Situado na Rua Prates, região da Estação da Luz, o Hub serve como porta de entrada de urgência e emergência para pessoas que apresentam quadros agudos de dependência química.

"A Cracolândia está em constante renovação. Não é um fenômeno atual. Ele já existia. Ainda atrai pessoas que querem consumir drogas e se esconder da família, da polícia. Temos de acabar com esse círculo vicioso", disse ao **Estadão** o vice-governador, Felicio Ramuth (PSD), que está à frente de uma ação conjunta entre os poderes estadual e municipal nas cenas abertas de uso em São Paulo. Diante da dificuldade de resolver o problema, que se estende há mais de 30 anos, cresce a cobrança sobre a gestão Tarcísio.

Saiba mais

● A força das drogas K
Os canabinoides sintéticos, popularmente chamados de drogas K, selva, cloud, spice ou supermaconha, estão cada vez mais presentes nas ruas de São Paulo, principalmente na Cracolândia, como mostrou o Estadão na semana passada. Dos 28,8 mil atendimentos realizados pelo Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas, 37,7% dos pacientes declararam já ter consumido a substância. Há um ano, o porcentual era de 12%.

Uma das estratégias para diminuir o que o vice-governador chama de "influxo" à área é o aumento do uso da tecnologia de monitoramento. "Vamos mostrar que cada vez mais o centro está monitorado e assistido", disse Ramuth, sem detalhar próximas ações.

RAIO X. A renovação da principal cena aberta de uso da capital também tem relação com a chegada de usuários de fora. Entre os que buscaram ajuda no Hub, 24,5% vieram da região metropolitana; outros 2,4% são de outras cidades paulistas. Segundo dados do governo estadual, 60% dos frequentadores da Cracolândia estão descumprindo medidas judiciais, como a progressão de pena, ou esperando julgamento em liberdade, por exemplo. Além disso, 150 pessoas que circulam pela região são consideradas desaparecidas.

Hoje, a principal concentração de usuários e dependentes químicos está na Rua dos Protestantes, entre Santa Ifigênia e Luz. Segundo balanço do Estado, 400 usuários estão na Cracolândia de dia; outros 1,1 mil estão lá à noite.

Ramuth afirma que houve redução de 20% a 30% no número de usuários no último ano. "Anos atrás, existiam várias concentrações de usuários, como a Praça da Sé. Existia um espalhamento; hoje há uma concentração. Se a gente contar todos os usuários, o resultado é uma diminuição. Temos 20% a 30% a menos", afirma.

Dois anos atrás, uma megaoperação policial dispersou usuários e traficantes da Praça Princesa Isabel. Cerca de 650 agentes, das Polícias Civil e Militar e Guarda Civil Metropolitana, retiraram barracas, lonas e tendas que estariam sendo usadas pelos traficantes. Depois disso, os grupos se dispersaram e chegaram a ocupar 11 pontos diferentes da capital. ●

Vagas em hospitais especializados foram de 150 para 641

No Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas da Cracolândia, os pacientes do Estado passam por avaliação clínica multidisciplinar e, quando necessário, são encaminhados para hospitais especializados, outros tipos de unidades de saúde e acolhimentos terapêuticos. As vagas em hospitais especializados saltaram de 150 para 641; nas comunidades terapêuticas, há 700 leitos.

A Secretaria de Estado da Saúde informa que foram realizados 28,8 mil atendimentos na recepção de pronto atendimento. Desse total, 16 mil receberam cuidados, sendo 11,5 mil encaminhados para tratamento de dependência química.

O local ainda oferece acompanhamento de atenção psicossocial para pacientes que já passaram pela internação. O objetivo é auxiliar no processo de reinserção social.

O vice-governador Felicio Ramuth afirma que o Hub vem cumprindo seus objetivos. "Temos muitos resultados para comemorar, mas temos muito por fazer", diz ele.

Já a Secretaria Municipal da Saúde, da gestão Ricardo Nunes (MDB), afirma ter 102 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), distribuídos em 33 equipamentos da modalidade Infantojuvenil (IJ), 34 para atendimento à população adulta e 35 do tipo Álcool e Drogas (AD). Os Caps IJ e os Caps AD são direcionados, respectivamente, para a população infantojuvenil e adulta.

"São equipamentos integrados por equipes multiprofissionais, incluindo médicos, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, assistentes sociais, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, agentes redutores de danos, oficineiros e demais profissionais de apoio, que trabalham de forma integrada com outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), visando a proporcionar o cuidado integral", acrescenta a secretaria, em nota. ●

Atenção psicossocial
Prefeitura destaca o atendimento feito nos Caps, tanto para jovens quanto para adultos

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	65%	7mm	25°C/30°C
BELÉM	65%	10mm	25°C/33°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	19°C/29°C
BOA VISTA	65%	15mm	25°C/33°C
BRASÍLIA	0%	0mm	20°C/29°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	24°C/33°C
CUIABÁ	0%	0mm	27°C/36°C
CURITIBA	15%	0mm	18°C/29°C
FLORIANÓPOLIS	25%	0mm	21°C/27°C
FORTALEZA	80%	32mm	25°C/29°C
GOIÂNIA	0%	0mm	21°C/33°C
JOÃO PESSOA	70%	7mm	25°C/31°C
MACAPÁ	45%	25mm	26°C/32°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	55%	4mm	25°C/31°C
MANAUS	45%	5mm	26°C/32°C
NATAL	80%	26mm	26°C/28°C
PALMAS	35%	1mm	21°C/33°C
PORTO ALEGRE	80%	31mm	19°C/25°C
PORTO VELHO	30%	0mm	26°C/33°C
RECIFE	70%	7mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	35%	1mm	24°C/33°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	24°C/28°C
SALVADOR	50%	3mm	25°C/30°C
SÃO LUÍS	80%	8mm	25°C/31°C
TERESINA	55%	5mm	24°C/34°C
VITÓRIA	0%	0mm	23°C/30°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	24°C/33°C
ATENAS	+6h	17°C/24°C
BARCELONA	+5h	15°C/16°C
BERLIM	+5h	15°C/23°C
BRUXELAS	+5h	8°C/17°C
BUENOS AIRES	0h	15°C/19°C
CARACAS	-1h	22°C/29°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/27°C
ESTOCOLMO	+5h	1°C/6°C
GENEBRA	+5h	5°C/12°C
JOANESBURGO	+5h	15°C/23°C
LIMA	-2h	20°C/23°C
LISBOA	+4h	10°C/18°C
LONDRES	+4h	8°C/15°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	13°C/21°C
MADRID	+5h	10°C/17°C
MIAMI	-1h	23°C/25°C
MONTEVIDÉU	0h	16°C/20°C
MOSCOU	+6h	11°C/19°C
NOVA YORK	-1h	19°C/29°C
PARIS	+5h	8°C/16°C
ROMA	+5h	10°C/18°C
SANTIAGO	0h	6°C/17°C
SYDNEY	+14h	15°C/20°C
TEL-AVIV	+6h	22°C/26°C
TÓQUIO	+12h	17°C/22°C
TORONTO	-1h	8°C/12°C
WASHINGTON	-1h	20°C/32°C

Ambiente

Estudo da USP relaciona poluição a maior risco de problemas cardíacos

Pesquisa, que analisou 238 necropsias feitas em São Paulo, aponta que fibrose no coração está ligada à exposição a carbono negro

Uma pesquisa inédita aponta que a exposição de longo prazo à poluição atmosférica está diretamente ligada ao aumento dos riscos cardíacos em moradores da capital paulista. Para hipertensos, o perigo é maior. Publicado na revista *Environmental Research*, o estudo é de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) com o apoio da Fapesp.

A investigação mostra que a fibrose cardíaca, um indicador de doenças do coração, está relacionada ao tempo de exposição às partículas de carbono negro, um indicador de poluição atmosférica. Os pesquisadores analisaram necropsias de 238 pessoas e dados epidemiológicos para mensurar essa relação. Também entrevistaram familiares das vítimas, atrás de informações sobre fatores de risco, como histórico de tabagismo e hipertensão. A partir da observação macroscópica do tecido pulmonar, estabeleceram a presença e quantidade da fração de carbono negro nos pulmões. Amostras de miocárdio revelaram a fração de fibrose cardíaca.

Os resultados revelaram associação significativa entre a fração de carbono negro nos pulmões e a fibrose cardíaca nos indivíduos estudados. Isso significa que, quanto mais tempo alguém é exposto à poluição, maior a probabilidade de desenvolver a fibrose.

HIPERTENSOS. Também foi constatado que o risco é maior para hipertensos. Entre eles, a presença do marcador de doenças cardíacas cresce com o aumento da presença do indicador de exposição à poluição, tanto em fumantes quanto em não fumantes. Entre não hipertensos, os maiores riscos foram observados principalmente nos tabagistas. A hipertensão, ou pressão alta, é uma doença que pode não apresentar sintomas. Segundo o Ministério da Saúde, em dez anos a taxa de mortalidade passou de 11,8 óbitos para 100 mil habitantes, em 2011, para 18,7 em 2021. Cerca de 60% dos idosos no Brasil têm hipertensão.

Onde é mais prejudicial
Dentro da mesma cidade, a exposição à poluição depende de fatores como hábitos e deslocamentos

Se a doença é silenciosa, a poluição nem sempre está tão à vista de todos. Em alguns casos, no entanto, é possível saber onde ela é mais prejudicial. A exposição à poluição dentro da mesma cidade depende de fatores como hábitos e deslocamentos das pessoas.

“O nível de concentração de poluição ambiental não significa a mesma dose recebida por todos. Se você está num corredor de tráfego por horas, recebe uma dose maior porque a concentração daquele ambiente é particularmente mais elevada”, diz o patologista e professor da USP Paulo Saldiva, um dos autores do estudo. Segundo ele, vários fatores, como a própria hipertensão, influenciam no desenvolvimento da fibrose cardíaca e, agora, fica provado que a poluição é um deles. “A pergunta era ‘a poluição tem tamanho suficiente para aparecer nessa foto?’ Ela tem e foi a primeira vez que foi demonstrado no mundo em humanos.”

O estudo ainda destaca medidas eficazes para reduzir a exposição da população à poluição, como a redução das emissões de veículos, o incentivo ao transporte público sustentável na cidade e o incentivo de fontes de energia limpa. ● **EMÍLIO SANT'ANNA, AGÊNCIA FAPESP**

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor se queixa de falhas no serviço dos Correios

Reclamação de Dario Romano: “Sou morador da área de CEP 01543-010, no Cambuci, e venho solicitar auxílio quanto ao péssimo serviço prestado pelos Correios. Aliás, o melhor seria dizer ausência de serviço, visto que há cerca de três meses simplesmente não há carteiro atendendo à região, com exceção de duas ou três entregas ao longo deste período (obviamente, as correspondências e comunicados recebidos nessas ocasiões se encontravam vencidos ou fora de prazo de validade). E entrega de encomendas? Imagine, mandam SMS dizendo que tentaram fazer entrega e basta (desisti de solicitar pelos Correios). Gostaria de uma resolução para este problema.”

Resposta dos Correios: “As entregas de cartas e encomendas destinadas ao CEP 01543-010 estão em dia, sem registro de atraso ou retenção no fluxo postal. Ainda que a distribuição esteja regular, os Correios vão monitorar, durante 15 dias, todos os objetos direcionados ao endereço em questão, a fim de identificar pontos de melhoria. Os Correios lamentam transtornos e seguem à disposição pelo site (www.correios.com.br) ou pelos telefones 3003-0100 e 0800-725-0100.” ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Notícias do exterior

Londres - Correm insistentes boatos de ter rebentado uma revolução na Syria contra a França, que é a potencia mandataria da Liga das Nações sobre a região da Asia Menor.
Mexico- Foi organisada uma empresa belga, que se estabelecerá no Mexico, para explorar (...) as jazidas de petrole. Durante a ultima semana, houve um notavel augmento na producção de petroleo na zona de Tampíco, calculada em cerca de 700 mil barris.
Lisboa- Devido á greve dos padeiros, hoje não houve pão em nenhum ponto da cidade.
Roma - A cantora Brasileira Lina Castro obteve hontem, no ’Costanzi’, verdadeiro triumpho na opera ’Bohemia’. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS

Iracema Nogueira de Souza – Hoje, às 18h30, na Paróquia de Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360, Paraíso (4 anos).

Vilma Corrêa Mechetti – Amanhã, às 17 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Arthur Oscar Sampaio Corrêa – Dia 3, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jd. Europa (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: Consolare, Cortel, Maya e Velar SP, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Crime no colégio

Filha de Samara Felippo é vítima de racismo em escola

Jovem de 14 anos teve caderno furtado e devolvido com ofensa de cunho racial; Vera Cruz reconhece caso e diz ter tomado medidas

GONÇALO JUNIOR
JULIA QUEIROZ

A atriz Samara Felippo denunciou um caso de racismo contra uma de suas filhas, de 14 anos, praticado por outras estudantes na escola Vera Cruz, colégio particular na zona oeste de São Paulo. As alunas responsáveis foram suspensas pela instituição de ensino, que diz ter acolhido a vítima e aplicado sanções (*Mais informações nesta página*).

A adolescente, vítima do ato criminoso, é filha da atriz com o ex-jogador de basquete Leandrinho. De acordo com relato feito por Samara em um grupo de pais no WhatsApp, ao qual o **Estadão** teve acesso, sua filha mais velha teve o caderno furtado, folhas foram arrancadas e, em seguida, ele foi devolvido ao setor de achados e perdidos da escola com uma ofensa de cunho racial escrita em uma das páginas. O caso ocorreu há uma semana, no dia 22.

Samara expressou indignação. "Ainda estou digerindo tudo e talvez nunca consiga, cada vez que olho o caderno dela ou vejo ela debruçada sobre a mesa refazendo cada página, dói na alma. É um choro muito doído. Mas agora estou chorando de indignação também."

"Não é um caso isolado, que isso fique claro!!! Os atos hostis e excludentes vêm sendo cada vez mais violentos e reincidentes. (*Ela*) só queria fazer parte de uma turma e era excluída de trabalhos, grupos, passeios, aceitava qualquer migalha e deboche feito pelas mesmas garotas, e seu nome sempre era jogado em fofocas, 'disse me disse' e culpada por atos que não cometia", afirmou a atriz no grupo de pais.

A indignação da atriz
'Cada vez que olho o caderno dela ou vejo ela debruçada sobre a mesa refazendo cada página, dói na alma'

Samara diz que pode tirar as duas filhas do Vera Cruz e processar o colégio. O **Estadão** tentou, mas não conseguiu contato com a atriz.

VERA CRUZ. Procurada pela reportagem, a escola afirmou que, desde o primeiro momento, "reconheceu a gravidade deste ato violento de racismo, nomeando-o como tal, e imediatamente foram realizadas ações de acolhimento ao aluno agredido e sua família".

Afirmou ainda que, "no dia seguinte ao ocorrido, os agressores se identificaram e se apresentaram à escola, com suas famílias, e diversas medidas foram tomadas". "Depois de amplo e intenso processo de apuração, foi possível promover um encontro entre os três alunos envolvidos."

Questionada sobre como pretende evitar novos episódios, a instituição disse que busca isso por "enfrentamento direto e por ações educativas, como a ampliação do letramento racial de toda a comunidade". "Infelizmente (*isso*) não impede que agressões indesculpáveis continuem a acontecer." A escola afirmou ainda que, desde 2019, desenvolve um projeto para as relações étnico-raciais. ●

Colégio aplica suspensão por tempo indeterminado

O Vera Cruz reconheceu o caso e enviou um e-mail, obtido pelo Estadão, para os pais dos alunos do 9º ano, série que a filha de Samara está cursando. No comunicado, o coordenador Daniel Helene diz que a menina procurou a professora e a orientadora da série quando se deparou com as ofensas no caderno e foi acolhida.

"Desde o primeiro momento, mantivemos contato constante com a família da aluna vítima dessa agressão racista, assim como permanecemos atentos para que ela não fique demasiadamente exposta e seja vítima de novas agressões. Na circular enviada a todas as famílias no mesmo dia, solicitamos que todos conversassem com seus filhos sobre o ocorrido, e, na terça-feira, dia 23 de abril, duas alunas do 9º ano e suas famílias compareceram à escola, responsabilizando-se pelos atos", diz o e-mail.

PUNIÇÃO. As alunas foram suspensas por tempo indeterminado e tiveram a participação em uma viagem da escola vetada. "Ressaltamos que outras medidas punitivas poderão ser tomadas, se assim julgarmos necessárias após nosso intenso debate educacional, considerando também o combate inequívoco ao racismo", afirmou o coordenador. ●

Atenção básica

Uso de IA vira rotina e traz ganhos em escala nos hospitais brasileiros

Gestão de leitos e centros cirúrgicos, análise de exames e até monitoramento a distância estão entre as principais aplicações

FERNANDA BASSETTE

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

O algoritmo usado em ressonâncias no Sírio resultou em eficiência de 20% na realização dos exames

O uso da inteligência artificial (IA) nos hospitais brasileiros está se tornando cada vez mais imprescindível, não apenas para otimizar a gestão hospitalar, a eficiência operacional e aprimorar a assistência à saúde, mas também para melhorar a qualidade do atendimento. Levantamento feito no ano passado pela Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), em parceria com a Associação Brasileira de Startups de Saúde, procurou identificar quem usava essa ferramenta e os resultados alcançados.

Dos 122 hospitais associados à Anahp na época, 45 responderam à pesquisa. Desses, 62,5% informaram que utilizam ou utilizaram a inteligência artificial de alguma forma e metade afirmou ter tido resultados práticos, enquanto 23% disseram que ainda não observaram benefícios. Uma das principais aplicações de IA informadas pelos hospitais da pesquisa é em chatbots de atendimento. Mas a ferramenta vai muito além disso. O **Estadão** ouviu nove grandes hospitais para saber sobre esse processo.

Em pesquisa nacional
Entre os que utilizam a inteligência artificial, metade afirma ter tido resultados práticos

SÍRIO-LIBANÊS. Um dos modelos em funcionamento há mais tempo é a "Agenda Inteligente", criada com o objetivo de reduzir o "no show" de pacientes em exames de imagem agendados. De acordo com Antonildes Assunção, cardiologista e cientista de dados do hospital, a ferramenta correlaciona uma série de informações do paciente que agenda o procedimento, como endereço e a distância da residência dele até a unidade hospitalar, qual o convênio médico ou se o exame será feito particular, qual a profissão, entre outros indicadores. Tudo isso ajuda a calcular o risco de faltar ao exame.

Outra ferramenta de IA é a que acelera a realização dos exames de imagem (ressonância magnética), reduzindo o tempo do paciente dentro da máquina. Segundo ele, o algoritmo consegue compor a imagem mais rapidamente – o que gerou uma eficiência de 20% na realização dos exames.

OSWALDO CRUZ. Um dos projetos envolve a criação de um sistema de score de saúde utilizando 'Processamento de Linguagem Natural' (PLN) para analisar informações não estruturadas nos prontuários dos pacientes submetidos a check-ups. A ideia de estabelecer um score (e consequentemente a classificação de maior risco) é dar uma visão global da saúde do paciente e evitar um cuidado fragmentado.

Nesse projeto, um dos principais indicadores é o número de potenciais pacientes beneficiados. Por exemplo: em uma única empresa cliente do serviço de check-up foram triados 291 pacientes. Desses, mais de 28% foram identificados como de maior criticidade, incluindo casos de pacientes crônicos e com histórico de eventos de alta complexidade. Essa análise permite uma intervenção rápida e precisa para quem demanda maior atenção.

ALBERT EINSTEIN. Trata-se de um dos pioneiros no uso dessa tecnologia: desde 2016 possui uma área dedicada exclusivamente para Dados e Analytics. Segundo Edson Amaro Junior, neurorradiologista e responsável pela área de Big Data do Einstein, um exemplo do impacto da IA no dia a dia foi no controle da agenda do centro cirúrgico.

O algoritmo indica qual o melhor horário, sala, equipe e o tempo de cirurgia para determinado paciente. "Com essa ferramenta conseguimos reorganizar a agenda do centro cirúrgico e realizar quatro cirurgias a mais por dia. Otimizamos o processo e não precisamos mais pensar em expandir o centro cirúrgico", relata ele.

BENEFICÊNCIA PORTUGUESA. Segundo Lilian Quintal Hoffmann, diretora executiva de Tecnologia na BP, uma das ferramentas usadas atualmente (LUNIT) analisa com alta precisão exames de ressonâncias magnéticas do cérebro. O algoritmo foi treinado com mais de 200 mil imagens de resultados clínicos de biópsias de alta qualidade. Alcança 97% de precisão e marca o ponto exato onde de um possível tumor é identificado, aumentando a agilidade e a precisão dos tratamentos de cânceres malignos.

Outro destaque é o projeto Smart Scheduling, que emprega IA para reduzir as faltas de pacientes em exames diagnósticos, principalmente tomografia computadorizada, ressonância magnética e PET scan. "A iniciativa já reduziu a taxa de faltas de 17% para 10% e otimizou os agendamentos. Com isso, o hospital conseguiu aumentar a ocupação dos equipamentos de 74% para 81%, auxiliando no atendimento de pacientes de uma lista de espera", conta Lilian.

Agendamento pela IA
O algoritmo indica qual o melhor horário, sala, equipe e tempo de cirurgia para determinado paciente

MOINHOS DE VENTO. Uma das ferramentas em uso é para análise de imagens cerebrais de tomografias realizadas em pacientes que dão entrada na emergência com suspeita de AVC (acidente vascular cerebral). "Nos pacientes com AVC, cada minuto conta. Temos uma janela de tempo muito pequena para a tomada de decisões e evitar sequelas. Nesses casos, a IA analisa as imagens de forma muito mais precisa e mapeia as áreas do cérebro onde existe alguma lesão, indicando o possível diagnóstico", diz Mohamed Parrini, CEO do hospital.

Também está em teste no atendimento de emergência do hospital o uso do reconhecimento de voz durante a anamnese entre médico e paciente. A tecnologia baseada na chamada IA generativa registra a conversa e instantaneamente transcreve o conteúdo – o médico não precisa digitar nada, tudo é feito de forma automática pela ferramenta. Com base no que foi relatado pelo paciente e nas perguntas feitas pelo médico, o sistema avalia o caso e sugere novas perguntas e condutas médicas, entre elas realização de exames, tratamento e diagnósticos.

NOVE DE JULHO. Um dos destaques é o uso de algoritmos para suporte ao laudo no eletrocardiograma, em uso desde abril de 2023, reduzindo o tempo entre diagnóstico e tratamento. Segundo Victor Gadelha, Head Médico de Inovação, Pesquisa e Educação da Dasa, neste projeto os eletrocardiogramas realizados ficam armazenados em nuvem e são filtrados por algoritmos de IA. Os que apresentam alterações no traçado são priorizados para o médico fazer o laudo, diminuindo o tempo de início de tratamento. "Com a tecnologia, o médico consegue ser muito mais eficiente, emitindo o laudo em até cinco minutos em casos de urgência", relata, ao destacar que o modelo é usado em mais 11 hospitais da Dasa.

Outra tecnologia em destaque é o uso de algoritmos de processamento de linguagem natural, que fazem uma varredura no banco de dados de exames realizados no hospital em busca de achados clínicos relevantes, como um potencial câncer de mama. "Para ter uma ideia, quando um paciente que passou pela Dasa com um achado identificado por meio do algoritmo é alertado pelo seu médico, ele consegue dar o próximo passo no tratamento, em média, depois de sete dias", diz ele.

REDE D'OR. Usa a ferramenta LUNIT para a interpretação dos exames de raio X de tórax. "E todos os hospitais possuem uma ferramenta de reconhecimento de voz para elaborar o laudo", explica Rosana Rodrigues, pesquisadora do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (IDOR). Além disso, uma ferramenta está sendo treinada para detecção, caracterização e quantificação de doenças pulmonares, como a fibrose pulmonar e a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Por enquanto, cerca de 100 mil imagens de enfisema pulmonar estão sendo trabalhadas para que a máquina possa identificar futuramente padrões. ●

Nos públicos, há apoio ao médico e 'sensor vestível'

Alex Vieira, superintendente de Inteligência Digital e TI do Hcor, diz que o hospital utiliza IA na medicina diagnóstica para análise de imagens e para auxiliar os médicos em achados críticos. "Com as evidências obtidas, o médico é sinalizado e pode priorizar o atendimento, emitir o laudo rapidamente, dando celeridade no cuidado do paciente", explica. O uso da ferramenta reduziu em 20% o tempo de análise das imagens médicas em comparação às avaliações anteriores. "Esse procedimento ajuda o médico a ter mais qualidade no trabalho", afirma ele.

INCOR. A ferramenta desenvolvida e usada no Incor acelerou a laudagem do ECG (eletrocardiograma) por meio do processamento em tempo real das imagens, priorizando os casos que tenham algum achado importante. "Para desenvolvê-la, usamos uma base de dados com mais de 100 mil laudos de ECGs", diz Marco Antônio Gutierrez, diretor de TI. Além disso, atualmente está em fase de testes o "sensor vestível". Ele é "colado" no paciente para monitorar em tempo real indicadores clínicos. A ferramenta calcula a pressão arterial máxima e mínima, a frequência cardíaca, a temperatura e a saturação de oxigênio. ●

Campeonato Brasileiro

Com golaços de Wesley, Corinthians desencanta e amassa o Flu

Garoto de 19 anos marca 2 vezes e comanda a primeira vitória alvinegra na competição – Cacá fez o outro gol; jogo coletivo também é destaque do time

AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Wesley foi o grande nome do Corinthians; dois gols e bela atuação

CLASSIFICAÇÃO

		PG	J	V	E	D	SG
1	Botafogo	9	4	3	0	1	6
2	Atlético-MG	8	4	2	2	0	6
3	RB Bragantino	8	4	2	2	0	2
4	Athletico-PR	7	4	2	1	1	3
5	Bahia	7	4	2	1	1	1
6	Cruzeiro	7	4	2	1	1	0
7	Flamengo	7	4	2	1	1	0
8	Grêmio	6	4	2	0	2	1
9	Internacional	6	3	2	0	1	1
10	Criciúma	5	3	1	2	0	4
11	Fortaleza	5	3	1	2	0	1
12	Juventude	5	4	1	2	1	-2
13	Corinthians	4	4	1	1	2	0
14	Palmeiras	4	3	1	1	1	0
15	Fluminense	4	4	1	1	2	-3
16	São Paulo	3	3	1	0	2	1
17	Vasco	3	4	1	0	3	-5
18	Vitória	1	3	0	1	2	-3
19	Atlético-GO	0	3	0	0	3	-5
20	Cuiabá	0	3	0	0	3	-8

● Libertadores ● Sul-Americana ● Rebaixamento

4ª RODADA

SÁBADO			
	Vasco	0 x 4	Criciúma
	Cuiabá	0 x 3	Atlético-MG
	Bahia	1 x 0	Grêmio
ONTEM			
	Flamengo	0 x 2	Botafogo
	Corinthians	3 x 0	Fluminense
	Cruzeiro	3 x 1	Vitória
	Fortaleza	1 x 1	RB Bragantino
	Juventude	1 x 1	Athletico-PR
	Internacional	x	Atlético-GO*
HOJE			
20h	São Paulo	x	Palmeiras

*JOGO NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO

RODRIGO SAMPAIO

O Corinthians enfim venceu. E convenceu. Com um jogo coletivo impecável, forte empenho na marcação para neutralizar as saídas do adversário e efetivo nas conclusões, fez 3 a 0 com facilidade sobre o Fluminense ontem, na Neo Química Arena, em sua primeira vitória neste Campeonato Brasileiro. Triunfo com direito a dois golaços de Wesley – Cacá fez o outro gol do Corinthians, que não marcava havia quatro jogos.

"Estou muito feliz pelo gol e principalmente pela vitória. É o que mais importava, o crescimento da equipe", disse o garoto de 19 anos, autor dos dois primeiros gols ontem. Ele prefere olhar para a frente. "Já ganhamos o jogo, acabou, agora é o próximo. A gente vai brigar para ficar entre os maiores neste ano", garantiu.

O Corinthians chega aos 4 pontos no Brasileirão, vê aliviar a pressão e agora se volta para a Copa do Brasil. Na quarta-feira, 1.º de maio, enfrenta o América-RN, em Natal, pela terceira fase do torneio.

Pressionado para tirar o Corinthians da crise, António Oliveira promoveu a entrada do goleiro Carlos Miguel no lugar do ídolo Cássio, questionado por seguidas falhas, e do zagueiro Cacá. Machucado, Yuri Alberto deu lugar a Wesley.

Foi o garoto o responsável por marcar o primeiro gol do time alvinegro no Brasileirão. Ele acertou um belo chute de fora da área, aos 39 minutos do primeiro tempo, em lance que premiou a disposição da equipe corintiana em pressionar a saída de bola do Flu e por quase toda a primeira etapa.

Se o Corinthians mostrou muita dificuldade em criar jogadas nas últimas partidas, o duelo com o Fluminense pareceu perfeito para o time paulista desencantar. Como o "Dinizismo" tem como regra principal evitar o chutão, com o time trocando passes desde os zagueiros, restou à equipe corintiana ser bastante aplicada na marcação no campo de defesa do adversário. A tática acabou deixando o jogo brigado, com cartões amarelos distribuídos para ambos os lados e muito bate-boca entre os atletas.

O tricolor carioca, normalmente qualificado na proposta, não esteve bem e foi ao ataque pouquíssimas vezes, além de errar passes próximos da sua área, dando chances claras aos donos da casa – coincidentemente, o volante André, considerado importantíssimo no esquema da equipe carioca, está fora por lesão.

Antes do fim da etapa inicial, um gol de placa de Wesley: ele passou por Ganso, deixou Manoel no chão, driblou Felipe Melo e mandou para o fundo das redes, fazendo 2 a 0.

JOGO DEFINIDO. Para o segundo tempo, Diniz tirou Felipe Melo, colocou o veterano Douglas Costa e tentou preencher o meio-campo. Mas o Corinthians fez 3 a 0 rapidamente. Cacá, que ganhou a confiança de António Oliveira para começar como titular, subiu mais alto do que a zaga rival após cobrança de falta e ampliou o placar logo no primeiro minuto da etapa final.

O Corinthians continuou marcando forte a saída de bola dos cariocas, mas pegou o adversário mais exposto, tentando sair de trás para tentar agredir o adversário. O Fluminense chegou a rondar a área alvinegra, sem dar trabalho a Carlos Miguel. O artilheiro Germán Cano não teve uma única oportunidade de finalizar.

O jogo coletivo corintiano, praticamente perfeito, permitiu ainda à equipe criar boas chances no contra-ataque. Ao fim da partida, o "gol" foi da torcida, que mostrou admiração e carinho por Cássio ovacionando goleiro quando ele deixou o banco a caminho do vestiário.●

4ª RODADA DO BRASILEIRÃO

CORINTHIANS 3 × **FLUMINENSE** 0

Gols: Wesley, aos 39 e aos 46 minutos do 1º tempo; Cacá, a 1 do 2º;
CORINTHIANS: C. Miguel; Fagner, F. Torres, Cacá e Hugo (Bidu); Raniele (Paulinho), Bidon (G. Biro) e Garro; Pedro Henrique (Mosquito e depois Matheuzinho), Wesley e Ángel Romero. **Técnico:** António Oliveira.
FLUMINENSE: Fábio; Guga (F. Andrade), Manoel, F. Melo (D. Costa) e Marcelo (D. Barbosa); Martinelli, Lima e Ganso (R. Augusto); Arias, Marquinhos e Cano (Terans).
Técnico: Fernando Diniz.
Árbitro: Ramon Abatti Abel (SC).
Amarelos: Garro, Bidon, Wesley, Mosquito, Guga e Marquinhos.
Público: 42.119 torcedores.
Renda: R$ 2.521.430,00.
Local: Neo Química Arena.

São Paulo e Palmeiras fecham a rodada com clássico no MorumBis

São Paulo e Palmeiras encerram hoje a quarta rodada do Brasileiro, às 20h, no MorumBis. Embalados pelas vitórias no meio de semana pela Copa Libertadores, os times medem força na casa tricolor em reedição da decisão da Supercopa do Brasil, em fevereiro, que terminou com a equipe são-paulina campeã em disputa de pênaltis após empate sem gols.

Este será o primeiro clássico do técnico Luis Zubeldía no comando do São Paulo. O argentino de 43 anos estreou com vitória do tricolor paulista sobre o Barcelona de Guayaquil, por 2 a 0, no Equador. Apesar do pouco tempo para treino, a equipe mostrou evolução logo de cara, com Ferreira e André Silva desempenhando papéis importantes na frente.

Na defesa, Alan Franco deve ser mantido na zaga. Recuperado de lesão, James Rodríguez participou do treino e tem chances de ser relacionado para o clássico.

O técnico do Palmeiras, Abel Ferreira, avalia poupar alguns jogadores por causa do desgaste causado pela longa sequência de partidas. Raphael Veiga pode dar lugar ao jovem Luis Guilherme, de 18 anos. Rômulo e Jhon Jhon, da mesma posição, correm por fora. Zé Rafael, fora do time desde a final do Campeonato Paulista por causa de uma lombalgia, voltou aos treinamentos, mas não deve jogar.

Recentemente, o Choque-Rei se notabilizou por ser um dos clássicos mais equilibrados do futebol brasileiro. Em 2023, foram duas vitórias para cada lado e um empate.

Depois de sair derrotado nas duas primeiras rodadas do Campeonato Brasileiro, o São Paulo quer emplacar a segunda vitória consecutiva para chegar aos 6 pontos e se aproximar do pelotão de frente. Já o Palmeiras não vence desde a primeira rodada, quando bateu o Vitória fora de casa, e pode chegar a sete pontos em caso de um triunfo esta noite no MorumBis.●

4ª RODADA DO BRASILEIRÃO

SÃO PAULO × **PALMEIRAS**

SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinicius, Arboleda, Alan Franco e Welington; Pablo Maia, Alisson e Luciano; Ferreira, André Silva e Calleri.
Técnico: Luis Zubeldía.
PALMEIRAS: Weverton; Gustavo Gómez, Luan e Murilo; Mayke, Aníbal Moreno, Richard Ríos, Raphael Veiga (Luis Guilherme) e Piquerez; Endrick e Flaco López (Rony).
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Wilton Pereira Sampaio (Fifa-GO).
Local: Estádio MorumBis, em São Paulo (SP)

Vôlei

Com grande atuação de Darlan, Sesi-Bauru conquista o título da Superliga Masculina

Oposto aparece em momentos decisivos do jogo com o Campinas e conduz seu time à vitória contundente por 3 sets a 0

RECIFE

LEO CALDAS / CBV

Darlan (camisa 18) comemora um ponto; bloqueios do oposto foram fundamentais para o time de Bauru

Com mais um desempenho de alto nível do oposto Darlan, o Sesi-Bauru conquistou ontem o seu segundo título da Superliga Masculina de vôlei ao derrotar o Campinas por 3 sets a 0, parciais de 25/16, 25/23 e 25/20, no ginásio Geraldão, no Recife. A equipe encerrou uma sequência de quatro vices em decisões (2013/2014, 2014/2015, 2017/2018 e 2018/2019) para ficar com a taça, que já havia ganho na temporada 2010/2011.

O título coloca o central Éder como um dos maiores campeões da Superliga. Ele disputou ontem a sua 12.ª final e foi campeão em oito delas. Para Darlan, foi a primeira decisão. Ele foi o grande nome da campanha feita pelo Sesi-Bauru e acabou como o melhor jogador da Superliga.

"Não consigo assimilar tudo o que está acontecendo na minha carreira. Vou desfrutar desse momento gostoso. Quando minha mãe está (presente), eu não perco. Fiquei procurando ela na arquibancada e pensando que a gente precisava ganhar para eu não levar bronca", disse Darlan. "Estou sem palavras. Vamos comemorar e treinar o máximo para jogar a Liga das Nações (pela seleção) e, quem sabe, ser chamado para a Olimpíada."

Além do título, o Sesi-Bauru garantiu a participação na Supercopa do Brasil de Vôlei. A disputa será contra a equipe do Sada Cruzeiro, campeão da Copa do Brasil.

> ***"Não consigo assimilar o que está acontecendo na minha carreira. Vamos comemorar e treinar o máximo para jogar a Liga das Nações (pela seleção) e, quem sabe, ser chamado para a Olimpíada"***
> **Darlan, oposto do Sesi-Bauru**

DOMÍNIO. Sob a batuta de Darlan, o Sesi-Bauru comandou o primeiro set e atropelou o Campinas. O time do técnico Anderson Rodrigues até começou atrás do placar, mas, quando assumiu a dianteira, não saiu mais e atropelou, fechando por 25 a 16. O último ponto foi marcado por Lukas Bergmann, que teve o apoio da família na arquibancada, incluindo a ponteira Julia Bergmann.

O segundo set já foi mais equilibrado e disputado ponto a ponto. Foi na reta final que o Sesi-Bauru se firmou na frente e precisou de três set points para fazer 25 a 23. Os saques de Darlan e a apresentação do multicampeão Éder foram essenciais.

No terceiro set, o Campinas começou mostrando que poderia reagir, mas os impressionantes bloqueios de Darlan impediram uma vantagem elástica. O xodó da seleção brasileira comemorou cada ponto de forma alucinante, chamando a torcida para jogar junto com o Sesi-Bauru, que passou à frente com um ace dele.

O Campinas ainda tentou parar o jogo, esfriar o ímpeto do Sesi-Bauru, mas não teve jeito – e Bruno Lima bem que tentou. O time estava impecável, com Darlan fazendo de tudo um pouco, com Éder virando todas as bolas que recebia, e com Guiga e Pureza dando o suporte necessário, além do levantador Thiaguinho, eleito o melhor jogador da decisão. O 3 a 0 foi selado com o xodó brasileiro: 25 a 20.

"É difícil falar. A gente passa por muita coisa para estar aqui. Passei quatro anos na Europa e foi muito difícil. Deu certo voltar para casa, aqui no Sesi, onde fui formado. Ainda não caiu a ficha que eu fui campeão. Eu não sei descrever esse momento. Ninguém falava que a gente chegaria na final. Só tenho a agradecer aos meus familiares", disse Thiaguinho.

Na seleção da Superliga, além dele e de Darlan, estão Adriano (Campinas), eleito o melhor ponteiro, e Julinho (Campinas) e Judson (Suzano), os melhores centrais. Anderson Rodrigues (Sesi-Bauru) é o melhor técnico.●

Tênis

Carlos Alcaraz elimina Thiago Wild em Madri

O brasileiro Thiago Wild até tentou, mas acabou sendo eliminado na terceira rodada do Masters 1000 de Madri ao perder, ontem, para o número 3 do mundo, o espanhol Carlos Alcaraz, por 2 sets a 0, com duplo 6/3, em 1h15min de partida.

"Acho que joguei um nível muito bom. Cheguei para a partida um pouco nervoso, não sabia como meu corpo se comportaria. Thiago bate muito forte na bola e isso me preocupou. Estou feliz com meu desempenho", disse Alcaraz.

Com exceção do primeiro game, em que Wild precisou salvar um break point, o primeiro set foi extremamente equilibrado, com os tenistas confirmando o saque sem maiores problemas. Foi na reta final que Alcaraz mostrou seu potencial. O espanhol provocou duas quebras e confirmou a vitória por 6/3, após o jogo estar empatado por 3/3. ●

Santos

Furch joga pouco para não estourar

Julio Furch tem ficado no banco nos últimos jogos do Santos. Na sexta-feira, por exemplo, entrou durante a partida com o Avaí e fez o segundo gol na vitória por 2 a 0. O técnico Fábio Carille diz que é uma maneira de reduzir o risco de o atacante de 34 anos ter um problema muscular.●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● **Campeonato Brasileiro Feminino**
Flamengo x Santos
15h / SporTV

● **Campeonato Inglês 2ª divisão**
Preston North End x Leicester
16h / ESPN 4 e Star+

● **Série B**
Mirassol x Ceará
19h30 / SporTV

● **Campeonato Brasileiro**
São Paulo x Palmeiras
20h / Premiere

BEISEBOL

● **MLB**
A. Braves x Seattle Mariners
22h30/ ESPN 2 e Star+

Xeque-mate

Xadrez 960, a revolução do astro Magnus Carlsen

Melhor enxadrista da última década faz um movimento inovador em direção a um jogo mais criativo

MAGNUS CARLSEN VIA INSTAGRAM

Carlsen incentiva o estilo livre; meta é deixar o xadrez mais atraente

Aborrecido com o circuito clássico e apoiado por um mecenas alemão, o norueguês Magnus Carlsen, o melhor jogador de xadrez da última década, deu um passo inovador em direção a um jogo mais criativo. Com o empresário Jan-Henric Buettner, Carlsen, de 33 anos, quer trazer para o centro do debate uma variante do jogo, o xadrez 960, ou xadrez freestyle, do qual o lendário Bobby Fisher era grande admirador.

No xadrez 960, as regras para o movimento das peças são idênticas às do xadrez clássico, mas a posição inicial é escolhida por sorteio antes do jogo entre 960 combinações possíveis – daí o nome da modalidade.

Existem, no entanto, algumas regras para a formação dos combates: os peões são alinhados como no xadrez tradicional, na segunda fila, à frente das outras peças; o rei deve ser colocado entre as duas torres; de cada lado, os bispos devem ficar em casas de cores diferentes; e a posição das pretas e das brancas é simétrica.

Com 960 possibilidades de partida, é inútil memorizar as aberturas de jogo, como se faz no xadrez clássico, onde cada possibilidade com as suas variantes está gravada na memória dos grandes xadrezistas.

Com estes ingredientes, os organizadores prometem jogos mais criativos desde o início, abertos, com mais erros e reviravoltas inesperadas.

Esta variante "é uma pequena revolução", disse o jogador georgiano Keti Tsatsalashvili. "Põe no ar todas as teorias do jogo que aprendemos, é interessante, mas também difícil, para nós sairmos da nossa zona de conforto", acrescenta.

Se a variante for bem-sucedida, poderá transformar o mundo do xadrez da mesma forma que a crescente relevância do jogo na internet fez desde a pandemia de covid-19, com o surgimento de torneios online com premiação elevada.

Mas a variante 960 não é a única inovação que Carlsen trouxe ao seu desporto: os torneios são disputados em duas metades, com eliminatórias, finais eliminatórias e tempo de jogo reduzido.

O norueguês, que tem 17 títulos mundiais em várias modalidades, é crítico ferrenho dos formatos atuais, especialmente dos jogos longos.

RENÚNCIA. Carlsen renunciou voluntariamente ao título mundial de 2022 e recusou-se a participar do torneio de candidatos que deverá nomear o desafiante a vencer o seu sucessor, o chinês Ding Liren.

Para levar a cabo a sua revolução, Carlsen convidou, em fevereiro, oito dos melhores jogadores do mundo para um torneio de 960 em Weissenhaus, na Alemanha.

Em meados de março, Carlsen entrou na velocidade máxima e anunciou um circuito com cinco torneios entre o final de 2024 e 2026. Os 25 melhores jogadores ativos do ranking foram convidados e responderam favoravelmente, sem dúvida atraídos pelo prêmio, muito superior ao dos torneios clássicos, com a ambição de atingir US$ 1 milhão nas fases finais da competição. ● FRANCE PRESSE

Política monetária Mudança de expectativa

Economistas revisam projeções e veem Selic na casa de 10% em 2024

Além de mudanças nas metas fiscais, revisão se deve à economia forte no Brasil e a incertezas no cenário externo, como o início de corte da taxa de juros nos EUA

CÍCERO COTRIM
MARIANNA GUALTER

A percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode demorar mais para cortar os juros nos Estados Unidos e o novo aumento da tensão fiscal no Brasil, deflagrado pela mudança das metas de resultado primário, já fazem o mercado vislumbrar uma chance crescente de o Banco Central (BC) ser forçado a encerrar o ciclo de afrouxamento monetário com uma taxa Selic de dois dígitos, provavelmente em 10%.

Embora não seja majoritária, essa projeção já aparece nos cenários do Citi, da XP Investimentos e do JPMorgan. A A.C. Pastore & Associados aumentou recentemente a estimativa de 9,25% para 10%, passando a considerar no cenário três cortes de 0,25 ponto porcentual – incluindo a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio. O consenso do mercado está em 9,5% nas pesquisas Focus e do Projeções Broadcast.

O economista Alexandre Schwartsman, ex-diretor do BC e consultor da A.C. Pastore, diz que a combinação de economia forte, incerteza fiscal e valorização do dólar restringiu o espaço de redução dos juros. Ele elevou a projeção de expansão da economia este ano, de 1,8% para 2,3%.

> **Variáveis**
> **PIB mais forte, incerteza fiscal e alta do dólar reduziram chances de cortes nos juros**

"Trabalhamos com um crescimento do PIB superior a 2% este ano, que é maior do que o potencial e significa um fechamento adicional do hiato do produto", afirma ele. "Também temos um fiscal complicado e com sinalização de que a trajetória de resultados primários vai ser pior daqui para a frente."

Na ata da reunião de novembro, o Comitê de Política Monetária já havia subido o tom em relação à importância das metas fiscais, lembra Schwartsman. Em um trecho do documento, o colegiado reconheceu um aumento da incerteza em relação a esses alvos, com consequente elevação do prêmio de risco.

REVERSÃO DE EXPECTATIVAS. A essas pressões internas soma-se o cenário internacional. Nas últimas duas semanas, após a divulgação da inflação ao consumidor americano de março, houve uma forte reprecificação das apostas do mercado na trajetória dos juros do País, que chegaram a indicar até seis cortes este ano – e, agora, sugerem algo entre um e dois, se houver. O dólar subiu quase 2% e se consolidou acima da marca de R$ 5, sinalizando pressão na inflação doméstica.

"No último semestre do ano passado houve um cenário mais benigno que abria espaço para uma queda de juros maior, mas ele foi revertido", afirma o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale. A corretora elevou a projeção de taxa Selic no fim do ciclo, de 9% para 10%. ●

JURO AMERICANO, DÓLAR E COMMODITIES DEVEM PESAR NA DECISÃO DO COPOM. PÁG. B2

Piora de expectativas ainda não impactou investimentos

ARTIGO

Claudio Adilson Gonçalez
Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Na linguagem das contas nacionais, investimento ou Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é o aumento bruto (antes da depreciação) do estoque de bens de capital (construções e máquinas e equipamentos). A capacidade de crescimento futuro de uma economia está positivamente correlacionada com a evolução da relação FBCF/PIB, ou seja, com a sua taxa de investimento.

Em 2023, a taxa de investimento foi de apenas 16,5% do PIB, registrando queda de 1,3 ponto porcentual em relação ao biênio 2021/2022. De forma açodada, vários analistas começaram a associar tal queda à deterioração de expectativas decorrente das incertezas criadas no atual governo em relação à política fiscal e às ameaças de aumento da tributação. Há vários equívocos e omissões nessa explicação.

A primeira é não considerar a defasagem temporal entre a decisão de investir e a concretização do investimento físico, que é quando ele será computado no PIB. No caso das construções, tais como novas fábricas, infraestrutura e habitações, essa defasagem pode ser de alguns anos. Tomada a decisão, são necessários projetos de arquitetura e engenharia, aprovações governamentais, licenças ambientais e levantamento de recursos para financiar o investimento.

Mesmo a aquisição de novas máquinas e equipamentos, no caso brasileiro grande parte suprida por importações, entre a decisão de adquiri-las e a entrada efetiva do bem há uma diferença temporal considerável, de vários meses a até alguns anos, como aviões, por exemplo.

Erosão da confiança no arcabouço fiscal e incertezas tributárias desestimularão investimentos privados

O segundo ponto é que não é correto comparar a evolução da taxa de investimento a preços correntes, dado que alterações nos preços relativos dos bens de capital afetam essa variável, sem implicar, necessariamente, mudanças no volume físico da FBCF. Se tomarmos a série divulgada pelo IBGE a preços constantes de 2010, veremos que a taxa de investimento de 2023, que nesse conceito foi de 17,1% do PIB, é superior à média de 16,6% observada no quinquênio 2016/2020. O pico ocorreu em 2013: 21,6% do PIB.

Mais: ao correlacionar expectativas e FBCF, deve-se considerar apenas o investimento privado, excluindo o setor público e a Petrobras. Também é preciso levar em conta as distorções introduzidas pela forma de contabilização das plataformas de petróleo, em função do programa Repetro. Infelizmente, ainda não há dados completos para 2023 que permitam esse refinamento. Portanto, é prematuro dar explicações para o comportamento de uma variável que nem sequer foi devidamente mensurada.

Provavelmente, a erosão da confiança no arcabouço fiscal, aprofundada depois da revisão para baixo das metas de resultado do primário, e as incertezas tributárias terão impactos negativos nas expectativas e desestimularão os investimentos privados. Mas isso ainda está por acontecer, podendo reduzir ainda mais a nossa já baixa taxa de investimento. ●

Política monetária Mudança de expectativa

Juro americano, dólar e commodities devem pesar na decisão do Copom

Questões externas aliadas a fatores como mercado de trabalho aquecido no País levam economistas a preverem Selic maior

CÍCERO COTRIM
MARIANNA GUALTER

No ambiente externo, os preços das commodities voltaram a subir, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) passou a sinalizar que não vai cortar os juros no curto prazo e as moedas emergentes desvalorizaram. Tudo isso pode obrigar o Brasil, que já tem seus próprios problemas internos, a pisar no freio.

Com o mercado de trabalho aquecido e inflação caindo lentamente, a expectativa era de que o Fed fizesse entre seis e sete cortes, com o primeiro deles em março. Agora é de apenas um ou dois cortes, com o primeiro não antes de setembro. Havia grande expectativa de que a redução nos juros americanos começasse a liberar um volume de US$ 6 trilhões, alocados em títulos de curto prazo nos Estados Unidos, em direção a novos mercados, como os emergentes.

"A recente firmeza da inflação manterá os juros elevados por mais tempo", diz o economista-chefe da Oxford Economics para os EUA, Ryan Sweet. Em linha com a maioria do mercado, a consultoria mudou recentemente a sua expectativa de um primeiro corte de juros nos EUA, de junho para setembro.

Diante desse cenário, na semana passada, o Banco Central (BC) brasileiro deu recados que levam parte do mercado a acreditar que o ritmo pode de diminuir pela metade na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 7 e 8 de maio.

Por aqui, a demanda mais aquecida do que o esperado sugere uma inflação mais alta no curto prazo e o viés expansionista da política fiscal está se confirmando.

Encontro
Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne nos dias 7 e 8 de maio para definir Selic

"As despesas públicas seguem crescendo. Outros programas continuam e a cada dia vemos um novo programa de incentivo à economia sendo lançado", afirma o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale. Segundo ele, não houve uma arrecadação forte o suficiente para equilibrar as contas públicas no primeiro trimestre, o que torna o cenário fiscal ainda mais incerto.

A XP elevou as projeções para o PIB – de 2% para 2,2% – e para a inflação de 2024 – de 3,5% para 3,7%. A casa, no entanto, manteve a estimativa para a inflação de 2025, de 4%. "O ajuste na projeção da taxa de juros foi o necessário para manter o mesmo cenário de inflação", explica Megale.

CONTRAPONTO. Para o economista-chefe da Ágora Investimentos, Dalton Gardimam, uma Selic de dois dígitos no fim do ciclo é possível, mas não provável. Ele aumentou recentemente a projeção para os juros terminais de 9,5% para 9,75%, e avalia que a tensão das últimas semanas tende a arrefecer. "Não acho que lembra as grandes crises do passado", afirma ele.

A mudança na meta de resultado primário de 2025 detonou um processo de desancoragem de expectativas que desencadeou um *overshooting* (reação exagerada) no mercado acerca do impacto sobre a inflação, diz o analista. Mas ele salienta que, embora a alteração seja grave, as regras de contenção de despesas do arcabouço fiscal ainda valem. "Não me parece ainda que o governo foi para o tudo ou nada", diz ele. ● COLABOROU ALINE BRONZATI

'Mudanças na área fiscal podem afastar investidor', diz Mansueto Almeida

CÍCERO COTRIM
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

A incerteza fiscal deflagrada pela mudança das metas de resultado primário, na semana passada, e a percepção de juros altos por mais tempo nos EUA podem diminuir o espaço para cortes da Selic neste ano. A avaliação é do economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que vê risco de a taxa básica de juros brasileira fechar 2024 em 10% ou mais.

"Dois meses atrás, o mercado esperava que a taxa de juros poderia ir no fim do ano para perto de 9%, alguns até abaixo disso. Hoje, o mercado está indo para algo entre 9,75% e 10%. Então, a gente corre o risco, infelizmente, com todo esse barulho fiscal, de terminar o ano com a Selic em dois dígitos", disse ele, durante evento em São Paulo.

Segundo o ex-secretário do Tesouro, a taxa Selic permanece alta e isso indica que o Banco Central deve continuar reduzindo os juros, embora possa diminuir o ritmo de cortes. O analista disse que, além da mudança das metas fiscais, a aprovação de medidas de aumento de despesa pelo Congresso Nacional também é uma sinalização ruim na seara fiscal, com potencial de afastar investidores estrangeiros do País.

"Se a gente não mostra convicção e compromisso de todos, incluindo todos os Poderes, com o ajuste fiscal, isso vai afastar o investidor", afirmou. "Se não tiver controle de despesa, isso vai se transformar em aumento da carga tributária para fazer qualquer tipo de ajuste fiscal, e o investidor não vai aumentar o investimento com incerteza de quanto vai ser a carga tributária daqui a dois ou três anos."

CORTE DE DESPESAS. O economista disse que esse cenário torna importante um compromisso dos Poderes com o ajuste fiscal e o corte de despesas, já que, mesmo com alguma redução dos gastos, o cumprimento das metas fiscais do governo ainda vai exigir elevação da carga tributária. Ele ainda afirmou acreditar que a meta de 2024, de déficit zero, não será alterada.

Velocidade
Taxa Selic permanece alta e isso indica que BC deve continuar cortando juros, mas em ritmo menor

"O que pode acontecer em 2024 é o governo não conseguir cumprir a meta e, se ele não cumprir, tem os mecanismos de ajuste", disse.

"O governo não precisa mudar novamente a meta e, se mudar novamente a meta para 2024, vai causar muito mais incerteza e prejudicar a queda dos juros dos títulos do Tesouro, que é o juro longo, que é importante para os investimentos." ●

Henrique Meirelles

Para além da reforma tributária

A regulamentação da reforma tributária, que começa esta semana, é a etapa mais complicada do processo. É quando serão estabelecidas as alíquotas para os produtos em produção e circulação. Quanto menos exceções, menor e mais justa será a alíquota média do IVA. É uma boa hora para olhar não apenas para a arrecadação, mas também para o outro lado, o da despesa, para não necessitar de uma arrecadação que penalize a população.

Os projetos entregues pelo governo ao Congresso são extensos e detalhados. Milhares de produtos estão envolvidos e, como é natural, cada setor da economia mobilizará seus agentes para convencer os congressistas que merece pagar menos. É normal que cada um defenda seus interesses de forma democrática e justa, em diálogos no Congresso.

Falta ainda saber detalhes do fundo a ser criado para compensar os Estados por benefícios fiscais já concedidos e pela mudança da tributação da origem para o destino. Mas a simplificação da estrutura tributária já é um grande avanço. O Congresso não deve agora desperdiçar esta conquista abrindo exceções demais.

A estrutura tributária brasileira tem a missão de arrecadar o suficiente para um Estado que gasta muito e tende a ampliar estes gastos, a despeito dos controles do arcabouço fiscal. Por isso, a alíquota média do IVA foi estimada pelo governo entre 25% e 27%; o número final vai depender das exceções a serem estabelecidas. Mas já é das alíquotas mais altas do mundo.

É preciso uma reforma administrativa para tornar a despesa mais racional

Em vez de cada um brigar para pagar menos, seria mais justo e produtivo todos defenderem uma reforma administrativa capaz de cortar os custos do governo. Com menores despesas, o governo poderia ter um IVA menor e deixar mais dinheiro circular na economia, nas mãos de quem consome e de quem investe, gera renda e empregos.

Infelizmente, vamos no sentido contrário. Tramita no Senado um projeto dando um benefício que concede reajustes a servidores fora do teto constitucional. Como foram apresentadas emendas que beneficiam várias carreiras, o custo total pode chegar a R$ 82 bilhões em três anos. Assim como no campo da receita todos os setores se mobilizarão para pagar menos, pelo lado da despesa muitos se mobilizam para receber mais. Se há uma reforma tributária para tornar a arrecadação mais funcional, é preciso uma reforma administrativa para tornar a despesa mais racional. Da forma como está, a conta não fecha.

Da última vez que o Brasil expandiu gastos sem controle, entre 2011 e 2016, terminou na pior crise econômica da história recente. Parece distante, mas a reforma tributária serve para nos lembrar disso. ●

EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Telecomunicações Chamadas telefônicas

Anatel fecha o cerco contra as ligações abusivas

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fechou ainda mais o cerco contra as ligações telefônicas consideradas abusivas. São aquelas ligações de disparo em massa que oferecem a venda de produtos e serviços que importunam o cidadão.

Pela nova regra que começa a vigorar a partir do dia 1.º de junho, será considerada chamada curta aquela com duração de até seis segundos e encerrada por quem a fez ou a recebeu. Pelo critério que vigora atualmente, é considerada chamada curta ligação de até três segundos, na sequência direcionada para a caixa postal.

A mudança ocorre porque a agência reguladora detectou que as empresas de telesserviços ampliaram o tempo das chamadas para algo entre quatro e seis segundos, a fim de escapar da métrica estabelecida. O acompanhamento também observou grande volume de chamadas infrutíferas, inoportunas ou sem diálogo que passaram a se estender para a caixa postal dos usuários. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Frente de batalha no gás

Ministros cobram redução no preço do gás natural em mercado dominado pela Petrobras

A proposta do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, de passar um pente-fino sobre o preço do gás natural é, em primeiro lugar, a constatação de que permanece incompleta a regulamentação do setor, mesmo decorridos três anos da instituição do marco legal do gás. Mas vai além, ao focar a falta de transparência na formação de preço do insumo, largamente utilizado pela indústria, mas também relevante para o comércio e o consumo residencial.

A Petrobras domina o mercado, com 70% da produção, outras cinco empresas respondem por 22%, e os restantes 8% cabem a pequenos produtores. A alta concentração é o principal entrave para que a nova Lei do Gás garanta a abertura efetiva do mercado, como mostrou estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria à Fundação Getulio Vargas (FGV). A principal conclusão apresentada foi de que a regulamentação da lei precisa ser acelerada para que a entrada de novos agentes contribua para reduzir o preço.

As críticas de Alckmin, embasadas pelos dados apresentados no estudo da FGV e Movimento Brasil Competitivo, aumentam a pressão sobre a Petrobras. Há meses o preço e a necessidade de aumento de oferta do gás natural são um dos principais temas do embate entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Silveira desaprova a reinjeção de gás nos campos do pré-sal; Prates alega ser uma técnica necessária à produção de petróleo. O executivo acerta no argumento, mas erra na proporção.

Mais de 80% do gás produzido no pré-sal brasileiro vem associado ao petróleo. Em casos assim, é comum reinjetar cerca de 30% do gás no poço para facilitar a extração de mais petróleo. Um levantamento feito por técnicos do Ministério de Minas e Energia concluiu que, no ano passado, mais da metade dos 149,8 milhões de metros cúbicos de gás produzidos por dia foram reinjetados.

Disputas internas do governo à parte, está aí uma boa oportunidade para avançar na efetiva abertura do mercado de gás, começando por uma política tarifária em que fique transparente o peso de cada custo – produção, transporte e distribuição – e uniformizando regras que facilitem a entrada de novos agentes no mercado. A competição favorece o consumo, desde que sejam observados os cuidados que impeçam a formação de monopólios regionais.

Conforme mostrou reportagem recente do **Estadão**, uma nova frente de batalha se avizinha, com a fixação, pelo Ministério de Minas e Energia, de um valor máximo para o uso dos sistemas de escoamento e processamento de gás. Esses equipamentos fazem parte dos campos de produção operados pela Petrobras.

Melhor seria, para o governo, a Petrobras e o País, uma regulamentação completa, incluindo a harmonização das leis estaduais, para que o marco legal do gás cumprisse de fato seu objetivo de aumentar a concorrência, atraindo mais investidores e criando mais competitividade. Isso feito, o resultado inevitável seria a redução de custos e do preço final ao consumidor. ●

Setor de eventos **Programa prevê R$ 15 bilhões**

Relatora do Perse quer correção de benefício

A relatora no Senado do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Daniella Ribeiro (PSD-PB), afirma que vai incluir a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões do programa até o fim de 2026. A mudança no texto deve aumentar o impacto fiscal dos incentivos tributários, em um revés para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A correção pela inflação estava no parecer da relatora na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), mas foi retirada de última hora, pouco antes da votação no plenário da Casa, que ocorreu de forma simbólica na terça-feira passada.

Daniella também deseja impedir que empresas com liminares favoráveis na Justiça tenham acesso aos benefícios. A ideia é que somente façam parte do programa as companhias incluídas na lista de setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) prevista na lei e que tenham decisão judicial transitada em julgado, ou seja, definitiva.

O texto aprovado na Câmara prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para 7, mas foi vencida.

Beneficiados
Texto aprovado prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa; governo queria só 7

Hoje, Daniella se reunirá com representantes dos setores beneficiados pelo Perse para discutir outros pontos do projeto. A expectativa é de que a votação do relatório no Senado ocorra ainda nesta semana.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que o texto irá diretamente ao plenário, com urgência, sem passar por comissões. Caso as mudanças sejam aprovadas, a proposta retorna para nova análise da Câmara.

PANDEMIA. O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia de covid-19, para socorrer empresas de eventos com dificuldades financeiras, em razão da interrupção de atividades durante a quarentena. ● IANDER PORCELLA/BRASÍLIA

Pedro Nery

'Discutir tributação de dividendos abre os portões da coitadolândia'

No livro 'Extremos', economista expõe desigualdades sociais em vários pontos do Brasil e defende que ricos paguem mais impostos

ENTREVISTA

Doutor em Economia pela UnB, é diretor de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

Depois de anos debruçado sobre planilhas de dados como consultor legislativo do Senado, o economista Pedro Fernando Nery, hoje diretor de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República, decidiu visitar oito localidades que mais escancaram a desigualdade social do País.

O resultado está em *Extremos – um mapa para entender a desigualdade no Brasil* (Ed. Zahar), na missão de revirar causas e propor saídas para superar o que, para muitos, é a maior chaga da economia nacional.

Nery defende que haja aumento de impostos sobre os mais ricos – incluindo alíquotas sobre grandes fortunas –, maior tributação sobre propriedades rurais e estímulo ao adensamento populacional urbano, além de foco na construção de creches e emprego massivo para mulheres.

CICERO BEZERRA

"Quem ganha mais, paga menos. Então, só fazer os mais ricos pagarem os 27,5% como os demais já seria um grande avanço. Mas mesmo aí há resistência. Uma proposta como a de tributação de lucros e dividendos já abre os portões da 'coitadolândia', para usar uma expressão das redes", diz Nery em entrevista ao **Estadão**.

A ideia do livro foi visitar oito localidades representativas da desigualdade. Como foi sair das planilhas e presenciar isso de perto?
Quando ainda era colunista do **Estadão**, houve os 130 anos da República, em 2019, e se organizou quais seriam os grandes temas do País. Combate à desigualdade aparecia no topo. Então, eu vejo que na esquerda e na direita existe preocupação com esse assunto. A inquietação de sair de Brasília e ir atrás desses lugares veio um pouco do isolamento da pandemia – esse é um livro que começou a ser escrito em 2020. Teve o empurrão de um livro em inglês chamado *Extreme Economies*, de Richard Davies, com a lógica de um economista que vai para lugares extremos, ver o que se pode pegar daquela realidade. Isso e pela condição de ser servidor em Brasília, de morar em um lugar privilegiado, de mexer tanto com municípios, índices na planilha, sem necessariamente estar lá.

Que lugares foram esses?
Teve um lugar com o maior desenvolvimento humano: (*o bairro de*) Pinheiros, na zona oeste de São Paulo; o pior, que seria Ipixuna, na fronteira entre o Acre e o Amazonas. O bairro que tem maior expectativa de vida, que poderia ser o Morumbi, também em São Paulo. O bairro em que se vive menos, que é Mocambinho, na periferia de Teresina. A unidade mais rica da Federação, que é o DF; a mais pobre, que é o Maranhão. E aí, dois extremos sobre apropriação do gasto público: a cidade com mais aposentados, que é o município de Nova Petrópolis, na Serra Gaúcha, e o município com mais Bolsa Família, que é Severiano Melo, no Rio Grande do Norte.

Um dos pontos defendidos no livro para reduzir desigualdade é o do adensamento populacional urbano, uma ideia que de certa forma vai na contramão do senso comum. Como é essa proposta?
É um tema fundamental, que tem ganhado muita atenção lá fora, em parte pela necessidade de combater a mudança climática e reduzir a queima do combustível fóssil. Diminuir distâncias nas cidades interessa também para que os mais pobres estejam mais próximos de oportunidades, principalmente de trabalho. Não adianta se preocupar tanto com qualificação profissional, legislação trabalhista, desoneração ou redução de juros se as pessoas estão longe dos empregos. Precisamos aproximar ricos e pobres, também fisicamente.

No campo tributário, seus estudos apontam que o Brasil precisa ter uma taxação sobre grandes fortunas, além de aumentar o tributo sobre heranças. Há viabilidade política para isso?
Há muitas propostas no Congresso Nacional e uma pequena mudança já feita na PEC (*Proposta de Emenda à Constituição*) da reforma tributária. A questão das heranças é mais consensual entre economistas do que o imposto sobre grandes fortunas. Tributar melhor heranças é importante para o próprio crescimento. É um desperdício concentrar recursos em quem não é necessariamente o mais dedicado, o mais talentoso, enquanto há um potencial enorme em capital humano com crianças pobres passando privações básicas.

"Quem ganha mais, paga menos. Então, só fazer os mais ricos pagarem os 27,5% como os demais já seria um grande avanço. Mas mesmo aí há resistência"

Isso quer dizer que a reforma do Imposto de Renda já deveria vir com uma nova alíquota, para uma nova faixa de renda?
Talvez seja suficiente combater os benefícios tributários, o que aumenta a alíquota efetiva – isto é, a alíquota paga na prática. Isso pode ser feito sem novas faixas. A Constituição exige um IR progressivo, mas o nosso é, a partir de certo ponto, regressivo. Quem ganha mais, paga menos. Então, só fazer os mais ricos pagarem os 27,5% como os demais já seria um grande avanço. Mas mesmo aí há resistência; uma proposta como a de tributação de lucros e dividendos já abre os portões da "coitadolândia", para usar uma expressão das redes.

Que propostas do livro precisariam de maior entendimento por parte do próprio governo e do PT?
Acho que a postura de ambos é inequívoca na defesa da redução da desigualdade, e "pobre no Orçamento e rico no IR" é um bom mantra. ●

ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

CNPJ 43.463.694/0001-06 - Rua Carlos de Campos, 668 - Centro - Fone (19) 3807-6058 - CEP 13900-260 - Amparo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADOS EM 31/12/2023 e 2022

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	Nota Explicativa Correspond.	2023 Educação	2022 Educação
Caixa e Equivalentes de Caixa......	Nota 6	69.526.074,37	65.229.188,20
Clientes e Outro Recebiveis		**2.868.498,57**	**2.863.216,66**
Anuidades Escolares a Receber.........	Nota 7	2.908.549,21	2.707.393,41
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	Nota 7	(1.054.468,70)	(1.013.196,83)
Outros Créditos..............................	Nota 8	1.014.418,06	1.169.020,08
		72.394.572,94	**68.092.404,86**
Despesas a realizar	Nota 9	126.475,28	76.585,47
Total do Ativo Circulante		**72.521.048,22**	**68.168.990,33**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado			
Terrenos..	Nota 10	12.631.950,58	12.631.950,58
Edifícios..	Nota 10	46.406.593,02	45.051.168,56
Móveis e Utensílios..........................	Nota 10	2.094.510,84	2.028.587,61
Equip. Máquinas e Instalações..........	Nota 10	2.789.907,77	2.651.039,84
Computadores e Equip.de Infornática..	Nota 10	2.758.546,14	2.584.318,61
Outras Imobilizações.....................	Nota 10	2.179.390,48	1.716.011,66
Depreciações Acumuladas............	Nota 10	(34.386.581,05)	(32.175.376,70)
		34.474.317,78	**34.487.700,16**
TOTAL DO ATIVO		**106.995.366,00**	**102.656.690,49**

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	Nota Explicativa Correspond.	2023 Educação	2022 Educação
Fornecedores e Prest. de Serv. a Pagar	Nota 11-a	368.706,07	108.814,64
Obrigações Trabalhistas	Nota 11-b	1.184.237,35	1.233.911,74
Obrigações Tributárias.......................	Nota 11-c	835.146,32	722.469,41
Outras Obrigações............................	Nota 11-d	677.582,82	149.560,94
Provisão de Férias............................	Nota 11-e	943.193,29	888.063,29
Anuidades Escolares Antecipadas...	Nota 11-f	3.249.254,36	2.720.241,16
		7.258.120,21	**5.823.061,18**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento Receita Federal Brasil	Nota 12	25.868,11	70.213,39
Prov. Contingências Trabalhistas	Nota13	23.332,66	64.953,99
		49.200,77	**135.167,38**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 15**		
Patrimônio Social..............................	-	96.698.461,93	92.887.172,87
Superávit do Exercício......................	Nota 35	2.989.583,09	3.811.289,06
		99.688.045,02	**96.698.461,93**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**106.995.366,00**	**102.656.690,49**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2023 e 2022

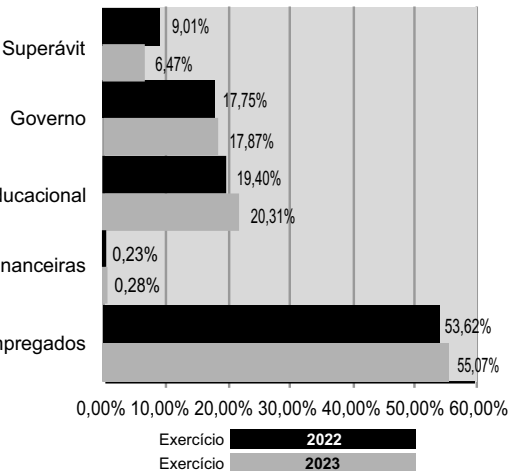
Descrição	Patrimônio Social	Superávit Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2.022	**90.929.528,22**	**1.956.105,21**	**1.539,44**	**92.887.172,87**
Incorporação do Superávit	1.956.105,21	(1.956.105,21)		-
Superávit do Exercício		3.811.289,06		**3.811.289,06**
Realização do Ajuste	1.539,44		(1.539,44)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.022	**92.887.172,87**	**3.811.289,06**	**-**	**96.698.461,93**
Incorporação do Superávit	3.811.289,06	(3.811.289,06)		-
Superávit do Exercício		2.989.583,09		**2.989.583,09**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.023	**96.698.461,93**	**2.989.583,09**	**-**	**99.688.045,02**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERIODO EXERCÍCIOS 2023 E 2022

	Nota Explicativa Correspond.	2023	2022
Área Educacional			
Receita Bruta da Prestação de Serviços da Educação (Atividade Preponderante)			
Serviços Educacionais-Anuidades Escolares	Nota 18	32.512.976,21	30.257.755,10
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21-100%	Nota 18	2.719.494,00	2.383.955,00
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21 - 50%	Nota 18	1.453.914,00	1.180.427,10
Bolsas Convenção Coletiva		1.912.676,00	1.696.283,00
Bolsas Institucionais		698.773,45	234.146,55
Devoluções sobre Anuidades		(33.962,61)	(96.051,84)
Descontos sobre Anuidades		(468.940,00)	(392.920,83)
Outras Receitas Educacionais	Nota 18	121.324,69	126.767,51
Demais Receitas			
Subvenções	Nota 21	1.534.072,68	1.398.668,76
Contribuições e Donativos	Nota 20	470.923,22	427.277,98
Imunidade Ususfruida Área Educacional	Nota 34	8.138.997,10	7.429.056,82
Total Receitas Educacionais		**49.060.248,74**	**44.645.365,15**
Despesas			
Serviço de Educação Básica	Nota 19	31.282.458,07	27.613.355,92
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21-100%	Nota 27	2.719.494,00	2.383.955,00
Bolsas Educacionais Lei Complementar 187/21 - 50%	Nota 27	1.453.914,00	1.180.427,10
Bolsas Convenção Coletiva		1.912.676,00	1.696.283,00
Bolsas Institucionais		698.773,45	234.146,55
Serviço de Educação Infantil - Lei Complem. 187/21	Nota 27	5.209.587,01	4.643.029,99
Serviço de Educação Infantil -Recursos Públicos		1.534.072,68	1.398.668,76
Imunidade Contr.Social Área Educacional	Nota 34	8.138.997,10	7.429.056,82
Total Despesas Educacionais		**52.949.972,31**	**46.578.923,14**
Resultado Área Educacional	**Nota 35**	**(3.889.723,57)**	**(1.933.557,99)**
Área Institucional			
Receitas			
Receitas de Bens - Aluguéis	Nota 18	612.652,50	560.645,89
Serviços Voluntários	Nota 23	66.762,00	61.654,50
Receitas Financeiras	Nota 18	8.136.540,44	7.019.833,21
Receitas Eventuais	Nota 18	199.693,24	150.388,58
Total da Receitas Administrativas		**9.015.648,18**	**7.792.522,18**
Despesas			
Administrativas	Nota 19	2.069.579,52	1.986.020,63
Serviços Voluntários	Nota 22	66.762,00	61.654,50
Total da Despesas Administrativas		**2.136.341,52**	**2.047.675,13**
Resultado Área Institucional	Nota 35	**6.879.306,66**	**5.744.847,05**
Superávit do Período	**Nota 35**	**2.989.583,09**	**3.811.289,06**

Notas: Todos os serviços e programas desenvolvidos pela Entidade foram contabilizados na Demonstração do Resultado do Período, e estão registradas no Relatório de Atividades.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.) EXERCÍCIOS 2023 e 2022

Receitas	2023		2022	
Receitas de Atividades Educacionais e Assistenciais	38.916.255,74		35.390.361,59	
Outras Receitas	9.018.104,84		8.201.745,79	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos Administrativos na Manutenção da Atividades	493.319,81		396.210,88	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	9.175.085,26		7.622.918,78	
Valor Adicionado Bruto	**38.265.955,51**		**35.572.977,72**	
Depreciações	2.211.204,35		2.105.233,57	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**36.054.751,16**		**33.467.744,15**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Doações	470.923,22		427.277,98	
Subvenções	1.534.072,68		1.398.668,76	
Receitas Financeiras	8.136.540,44		7.019.833,21	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**46.196.287,50**		**42.313.524,10**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados	25.440.128,93	55,07%	22.687.467,45	53,62%
Despesas Financeiras	129.334,90	0,28%	96.702,43	0,23%
Assistência Social e Educacional	9.382.995,01	20,31%	8.207.412,09	19,40%
Governo	8.254.245,57	17,87%	7.510.653,07	17,75%
Superávit	2.989.583,09	6,47%	3.811.289,06	9,01%
Total do Valor Distribuído	**46.196.287,50**	**100,00%**	**42.313.524,10**	**100,00%**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS 2023 e 2022

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	2.989.583,09	3.811.289,06
PCLD do exercício	385.193,93	309.518,18
Depreciação	2.211.204,35	2.136.133,57
Superávit Ajustado	**5.585.981,37**	**6.256.940,81**
Variação dos Ativos Circulantes		
Variação das Anuidades Escolares a Receber	(545.077,86)	(115.643,65)
Variação dos Créditos a Curto Prazo	104.712,21	(56.878,60)
	(440.365,65)	**(172.522,25)**
Variação dos Passivos Circulantes		
Variação de Fornecedores	259.891,43	17.615,61
Variação das Obrigações a Curto Prazo	519.024,40	283.006,72
Variação das Receitas Antecipadas	601.013,20	270.122,71
Variação de Provisões	55.130,00	66.299,67
	1.435.059,03	**637.044,71**
Variação do Ativo não Circulante	**(85.966,61)**	**(44.345,28)**
1- Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**6.494.708,14**	**6.677.117,99**
Das Atividades de Investimentos		
Aquisições do Imobilizado	2.197.821,97	1.227.529,76
2- Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(2.197.821,97)**	**(1.227.529,76)**
3 - das Atividades de Financiamentos		
3- Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**-**	**-**
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**4.296.886,17**	**5.449.588,23**
Disponibilidades do Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	65.229.188,20	59.779.599,97
Variação Ocorrida no Período	4.296.886,17	5.449.588,23
Disponibilidades do Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	**69.526.074,37**	**65.229.188,20**

Disponibilidades	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	21.445,48	11.894,12
Bancos Conta Movimento	195.725,54	84.647,91
Bancos Conta Poupança	98.974,08	92.208,84
Bancos Aplicações Liquidez Imediata	69.209.929,27	65.040.437,33
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	**69.526.074,37**	**65.229.188,20**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS 2023 e 2022

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

NOTA 01: A Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria, promove as pessoas por meio da assistência educacional, cultural, pela solidariedade social e, para tanto atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) em plena sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na observância do princípio da universalidade e no atendimento de suas finalidades institucionais, a Associação envida esforços para: I - oferecer e desenvolver a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - oferecer e desenvolver a assistência social por meio da educação infantil em atividade de escola e /ou creche para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social; III – oferecer e desenvolver ensino técnico profissional e profissionalizante como instrumento de convivência e fortalecimento de vínculos sociais, visando à inclusão no mercado de trabalho; IV – promover atividades de promoção social através da educação com o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; V – promover ações de promoção e proteção das crianças, dos adolescentes, dos jovens e de adultos em situação de vulnerabilidade sócia através dos serviços de fortalecimento de vínculos; VI – oferecer e desenvolver a educação religiosa, moral e cívica para exercício da cidadania e inclusão social; VII – promover e desenvolver Programas e projetos Culturais; VIII – promover atividades, eventos artísticos e culturais de preferência em atendimento e promoção às Comunidades em situação de vulnerabilidade social; IX – concorrer para o desenvolvimento do princípio de solidariedade humana e assistência social através do respeito à dignidade humana, inspirado nos princípios cristãos, cívicos e democráticos; X – colaborar para o desenvolvimento regional e nacional por meio de atividade de extensão voltada à comunidade; XI – contribuir para a enculturação da mensagem evangélica na realidade brasileira; XII – colaborar para o desenvolvimento da solidariedade, à luz do evangelho especialmente no campo sociocultural; XIII – promover ações de amparo, defesa, promoção e proteção à família; XIV – apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias de colaboração, instrumentos de ajustes de colaboração, convênios e contratos, promovendo atividades conjuntas, mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos; XV – desenvolver atividades de garantia e defesa de direitos de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços e execução de programas, projetos ou serviços voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfretamento das desigualdades sociais, articulação de órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da Assistência Social; XVI - amparar e assistir as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social por meio da assistência social, da educação, do esporte e da cultura.

Nota 02- Registros e Certificados da Entidade: C.N.A.S.: Registro nº 57 198/56 em 03/08/1956, Recadastrado em 06/02/1997, resolução 013, processo nº 28996.21634/94-40 e

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Proc. 247 049/75

Renovado 05/02/97, resolução 013, processo n 28996.21634/94-40

Renovado 22/11/2000, resolução 245, processo n 44006.005331/97-58

Renovado em 08/12/2004, resolução 172, processo n 44006.004491/2000-66

Renovado em 14/06/2007, resolução 98, processo n 71010002493/2003-01

Renovado em 23/01/2009, Resolução nº 3– Processo nº 71010.004236/2006-48 deferido pela MP446/2008

Renovado em 11/02/2011, Portaria MEC nº 8, publicada no DOU em 18/02/2011, processo nº 71010.004150/2009-68.

Renovado em 24/10/2017, Portaria MEC nº 1092, publicada no DOU em 25/10/2017, processo nº 23000.009926/2012-16.

Renovado em 16/07/2020, Portaria MEC nº 234, publicada no DOU em 17/07/2020, processo nº 23000.0024878/2015-21.

Processo nº 23000.0041786/2018-58 protocolado em 26/12/2018

Processo nº 23000.034524/2021-32 protocolado em 28/12/2021, substituído pelo Processo 23000.036471/2022-75 protocolado em 21/12/2022, com base no Art. 40, parágrafo 1º da Lei Complementar 187 que prorrogou o prazo de validade dos certificados vigentes até 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim de seu prazo de validade.

UTILIDADE PÚBLICA:

FEDERAL: Decreto 82 474 Data da publicação: 24/10/1978

ESTADUAL: 14 485 Data da publicação: 20/12/1979

MUNICIPAL: 850 Data da publicação: 01/07/1975

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Na elaboração das demonstrações contábeis do exercício 2023, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **NOTA 04**– FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000) A entidade mantêm um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

CONTINUA

ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

CONTINUAÇÃO

CNPJ 43.463.694/0001-06 - Rua Carlos de Campos, 668 - Centro - Fone (19) 3807-6058 - CEP 13900-260 - Amparo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADOS EM 31/12/2023 e 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS 2023 e 2022

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil. **III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: NOTA 05 a) A Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro - rata até a data do balanço; **c) Ajustes a Valor Presente:** Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação; **d) Melhorias em edifícios:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. **e) Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. **f) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço acrescida dos encargos sociais decorrentes. **g) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90. **h) As Despesas e as Receitas:** estão apropriadas de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e a ITG 2002, respeitando os Princípios Fundamentais da Contabilidade, em especial o princípio da Oportunidade e o regime de Competência. **i) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **j) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. **k) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **NOTA 06:** A rubrica Caixa e Equivalentes é composta pelos valores em moeda em caixa, valores depositados em conta corrente bancária e os Títulos e Valores Mobiliários que referem-se às aplicações financeiras e poupanças, demonstradas pelo valor aplicado acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço com base no regime de competência. Estes recursos destinam-se à aplicação em suas finalidades institucionais. Composição do saldo no final do exercício:

Equivalentes de Caixa	2023	2022
Caixa	R$ 21.445,48	R$ 11.894,12
Banco Conta Movimento	R$ 294.699,62	R$ 84.647,91
Títulos e Valores Mobiliários	R$ 69.209.929,27	R$ 65.132.646,17
Total	**R$ 69.526.074,37**	**R$ 65.229.188,20**

NOTA 07: Anuidades a receber representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes de mensalidades vencidas. Considerando as possíveis perdas no recebimento dessas anuidades escolares a entidade provisionou anualmente montante suficiente a Título de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Anuidades Escolares	2023	2022
Anuidades a Receber	R$ 2.908.549,21	R$ 2.707.393,41
PCLD	-R$ 1.054.468,70	-R$ 1.013.196,83
Saldo Líquido Previsto	**R$ 1.854.080,51**	**R$ 1.694.196,58**

NOTA 08: Demais Créditos a realizar pelas contábeis: Adiantamentos de férias e outros recebimentos a serem realizadas a curto prazo a seguir demonstrado:

	2023	2022
Antecipação de Férias	R$ 291.974,44	R$ 396.500,89
Cheques Devolvidos	R$ 467.262,37	R$ 506.427,58
Adiantamentos Diversos	R$ 127.898,22	R$ 20.641,59
Alugueis a Receber	R$ 78.472,50	R$ 64.794,00
Subvenções a Receber	R$ -	R$ 74.635,50
Demais Recebíveis	R$ 48.810,53	R$ 106.020,52
Total a Receber	**R$ 1.014.418,06**	**R$ 1.169.020,08**

NOTA 09: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **NOTA 10:** O Ativo Não Circulante está representado pelos bens imobilizados, onde os imóveis encontram-se reavaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais decorrentes da depreciação.

Parte dos bens móveis foram reavaliados, sendo o restante apresentam pelo custo de aquisição ou valor original, com as devidas baixas de depreciação decorrente. As alienações destes bens foram efetuadas também pelo custo de aquisição e as diferenças entre este valor e o valor de venda foram apropriadas em conta de resultado. Os valores imobilizados que constam no Balanço Patrimonial referem-se a:

	Taxa Anual Deprec.	Saldo Exercício 2022	Aquisições no Exercício 2023	Baixas no Exercício 2023	Saldo Final do Exercício 2023
Terrenos	-	R$ 12.631.950,58	R$ -	R$ -	R$ 12.631.950,58
Edifícios	4%	R$ 45.051.168,56	R$ 1.355.424,46	R$ -	R$ 46.406.593,02
Veículos	20%	R$ 669.944,48	R$ -	R$ -	R$ 669.944,48
Móveis e Utensílios	10%	R$ 2.028.587,61	R$ 65.923,23	R$ -	R$ 2.094.510,84
Equip. Máquinas e Instalações	10%	R$ 2.651.039,84	R$ 138.867,93	R$ -	R$ 2.789.907,77
Telefone	20%	R$ 85.212,89	R$ 25.334,03	R$ -	R$ 110.546,92
Equip. Hospit.e Ambulatoriais	10%	R$ 5.761,78	R$ -	R$ -	R$ 5.761,78
Instalações Escolares	10%	R$ 526.395,58	R$ 6.300,00	R$ -	R$ 532.695,58
Bibliotéca	10%	R$ 83.115,25	R$ -	R$ -	R$ 83.115,25
Laboratório/Museu/Capela	10%	R$ 88.871,48	R$ 2.190,00	R$ -	R$ 91.061,48
Rouparia	10%	R$ 123.922,35	R$ 7.431,99	R$ -	R$ 131.354,34
Instr. Musicais e Brinquedos	10%	R$ 132.787,85	R$ 28.344,70	R$ -	R$ 161.132,55
Computadores e Equip. Inform.	20%	R$ 2.584.318,61	R$ 174.227,53	R$ -	R$ 2.758.546,14
Equip. Instalaç Rec Convênios	10%	R$ -	R$ 393.778,10	R$ -	R$ 393.778,10
Saldo do Imobilizado		**R$ 66.663.076,86**	**R$ 2.197.821,97**	**R$ -**	**R$ 68.860.898,83**

	Taxa Anual Deprec.	Saldo Exercício 2022	Depreciações Exercício 2023	Baixas no Exercício 2023	Saldo Final do Exercício 2023
Edifícios	4%	-R$ 25.123.529,16	-R$ 1.668.281,64	R$ -	-R$ 26.791.810,80
Veículos	20%	-R$ 533.732,78	-R$ 32.211,96	R$ -	-R$ 565.944,74
Móveis e Utensílios	10%	-R$ 1.653.840,58	-R$ 91.280,88	R$ -	-R$ 1.745.121,46
Equip. Máquinas e Instalações	10%	-R$ 1.747.252,93	-R$ 188.877,11	R$ -	-R$ 1.936.130,04
Telefone	20%	-R$ 64.666,76	-R$ 8.256,98	R$ -	-R$ 72.923,74
Equip. Hospit.e Ambulatoriais	10%	-R$ 5.761,78	R$ -	R$ -	-R$ 5.761,78
Instalações Escolares	10%	-R$ 434.926,82	-R$ 34.434,96	R$ -	-R$ 469.361,78
Bibliotéca	10%	-R$ 62.755,35	-R$ 5.270,68	R$ -	-R$ 68.026,03
Laboratório/Museu/Capela	10%	-R$ 77.430,45	-R$ 2.090,31	R$ -	-R$ 79.520,76
Rouparia	10%	-R$ 119.810,59	-R$ 2.947,91	R$ -	-R$ 122.758,50
Instr. Musicais e Brinquedos	10%	-R$ 92.148,56	-R$ 12.992,76	R$ -	-R$ 105.141,32
Computadores e Equip. Inform.	20%	-R$ 2.259.520,94	-R$ 148.327,67	R$ -	-R$ 2.407.848,61
Equip. Instalaç Rec Convênios	10%	R$ -	-R$ 16.231,49	R$ -	-R$ 16.231,49
Saldo das depreciações		**-R$ 32.175.376,70**	**-R$ 2.211.204,35**	**R$ -**	**-R$ 34.386.581,05**

NOTA 11: Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma .

todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;

as operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 47, que trata de receitas;

operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

a) Fornecedores e Prestadores de Serviços

	2023	2022
Fornecedores a Pagar	R$ 332.365,16	R$ 91.281,53
Autônomos a Pagar	R$ -	R$ 500,00
Serviços Públicos a Pagar	R$ 36.340,91	R$ 17.033,11
Saldo a Pagar	**R$ 368.706,07**	**R$ 108.814,64**

b) Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Ordenados a Pagar	R$ 954.802,00	R$ 1.016.362,00
FGTS a Recolher	R$ 226.017,50	R$ 213.594,81
Contr. Assistencial a Recolher	R$ 3.417,85	R$ 3.269,27
Férias a Pagar	R$ -	R$ 425,66
13º Salário a Pagar	R$ -	R$ 260,00
Saldo a Recolher	**R$1.184.237,35**	**R$ 1.230.216,81**

c) Obrigações Tributárias

	2023	2022
INSS a Recolher	R$ 141.989,79	R$ 123.278,85
ISSQN a Recolher	R$ 1.308,57	R$ 1.693,52
IRRF s/ Folha de Pagamento	R$ 644.743,39	R$ 556.122,19
IRRF s/ Serviço Autônomo	R$ 2.467,04	R$ 3.198,06
IRRF s/ Nota de Serviços PJ	R$ 1.192,79	R$ 373,91
PIS s/ Folha de Pagamento	R$ 38.765,63	R$ 36.113,43
CSRFs/ Nota Serviços PJ	R$ 4.679,11	R$ 1.689,45
Saldo a Recolher	**R$ 835.146,32**	**R$ 722.469,41**

d) Outras Obrigações	**2023**	**2022**
Subv.e Convênios a Realizar	R$ 542.424,19	R$ 75.749,85
Parcelamento RFB a Pagar	R$ 44.345,28	R$ 44.345,28
Alugueis a Pagar ou Antec.	R$ 72.000,00	R$ 19.000,00
Contas e Valores a Pagar	R$ 18.813,35	R$ 10.465,81
Saldo a Pagar/Realizar	**R$ 677.582,82**	**R$ 149.560,94**

e) Provisão de Férias e encargos	**2023**	**2022**
Provisão de Férias	R$ 865.357,65	R$ 814.922,59
FGTS s/ Férias	R$ 69.182,06	R$ 65.001,47
Pis s/ Férias	R$ 8.653,58	R$ 8.139,23
Saldo a Pagar/Realizar	**R$ 943.193,29**	**R$ 888.063,29**

f) Receitas Antecipadas- Saldo das Anuidades Escolares referente ao ano seguinte recebidas durante o exercício vigente.

NOTA 12: As Obrigações exigíveis a curto prazo do Passivo Circulante foram cumpridas dentro dos prazos legais atribuído a cada tipo de obrigação. A obrigação exigível a longo prazo do Passivo não Circulante refere-se ao parcelamento de multa de entrega de declaração em prazo posterior ao exigido por lei perante a Receita Federal do Brasil. Essa obrigação apresenta-se pelo montante principal a pagar. Os juros e multas decorrente do parcelamento serão apropriados mensalmente durante o pagamento das prestações. **NOTA 13:** De acordo com orientações de nossos advogados para prevenir de eventuais despesas referentes a perdas em Processos em andamento, a entidade mantém uma Provisão para Contingentes Trabalhista no Passivo Não Circulante. A Entidade possui atualmente processo com possíveis perdas.

	2023	2022
Processos Trabalhistas	R$ 23.332,66	R$ 64.953,99

NOTA 14: Por ser remota a possibilidade de perdas não foi constituída a Provisão para Contingência Tributária (Cota Patronal INSS). A diretoria e seus conselheiros Jurídicos entendem que essa exigência é inconstitucional. **NOTA 15:** O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit) ocorrido **NOTA 16:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. **NOTA 17:** As transações ocorridas entre os Departamentos Filiais não compõem o resultado do exercício. **NOTA 18:** Em atendimento a NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidades oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei No. 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis,) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. **NOTA 19:** As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

a) Despesas Administrativas

	2023	2022
Salários e Encargos Sociais	R$ 527.664,28	R$ 533.554,13
Despesas de Manutenções	R$ 78.704,10	R$ 78.966,33
Despesas de Consumo	R$ 313.108,02	R$ 171.471,72
Apoio Institucional e Donativos	R$ 699.495,00	R$ 731.998,48
Depreciações	R$ 308.729,32	R$ 293.726,76
Outras	R$ 141.878,80	R$ 176.303,21
Total	**R$ 2.069.579,52**	**R$ 1.986.02063**

b) Despesas Educação Básica

	2023	2022
Salários e Encargos Sociais	R$ 25.100.591,93	R$ 22.365.206,65
Despesas de Manuteções	R$ 1.047.107,14	R$ 1.022.406,74
Despesas de Consumo	R$ 1.569.743,61	R$ 1.455.406,51
Serviços de Terceiros	R$ 1.696.928,63	R$ 887.297,98
Depreciações	R$ 1.380.186,26	R$ 1.338.778,99
Prov Devedores Liquid. Duvid	R$ 385.193,93	R$ 309.518,18
Outras	R$ 102.704,57	R$ 234.740,87
Total	**R$ 31.282.456,07**	**R$ 27.613.355,92**

NOTA 20: A entidade recebeu no período as seguintes doações de pessoas físicas e/ou jurídicas:

	2023	2022
a) Recursos Financeiros PF:	R$ 6.435,30	R$ 3.770,00
b) Recursos Financeiros PJ:	R$ 134.696,21	R$149.510,44
d) Em Prod Consumo-PJ:	R$ 12.284,23	R$ 36.800,49
e) Prod.Consumo Prefeituras	R$ 317.507,48	R$ 237.197,05
Total	**R$ 470.923,22**	**R$ 427.277,98**

NOTA 21: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público:

Educacionais	**2023**	**2022**
Termo de Fomento CMDCA		R$ 4.066,20
Secr. Munic. Educação de Campinas	R$ 982.796,60	R$ 879.513,44
Secr. Munic. Educação de Lençois Paulista	R$ 540.538,59	R$ 515.089,12
Governo do Estado de São Paulo	R$ 10.737,49	
Subvenções Recebidas	**R$ 1.534.072,68**	**R$ 1.394.602,56**

NOTA 22: Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O valor apurado pela entidade com a prestação dos serviços voluntários foi de R$ 66.762,00. **NOTA 23:** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. **NOTA 24:** A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.138/08 que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. **NOTA 25:** A entidade, em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, oferece bolsas educacionais para alunos, na forma da Lei. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. A Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/). A Instituição Educacional mantêm seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) **NOTA 26:** Conforme determinação ao artigo 20 da Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, a instituição concedeu bolsas integrais nas proporções 1/9 e/ou 1/5 para cada estudante pagante no exercício, conforme demonstração abaixo:

DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Educação Básica	**Quantidade**
Alunos Pagantes	1.341
Bolsas Necessárias (relação 1 para 9)	149
Bolsas Necessárias (relação 1 para 5)	269
Concedidas em conformidade com as Lei Complementar 187/2021 regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023.	
Bolsas Integrais	108
Bolsas Integrais –Tempo Integral (1,4)	**737**
Total das Bolsas Integrais Concedidas	**845**
Bolsas 50% Concedidas em conformidade com as Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023.	**105**

NOTA 27: As GRATUIDADES CONCEDIDAS, nos exercícios, através dos seus programas e serviços estão demonstradas mensalmente através de cada atividade desenvolvidas, segregadas por área de atuação e registradas integralmente no Demonstrativo de Superávit do Exercício e no relatório de atividades de acordo com os critérios de concessão.

Área Educacional – Gratuidades Lei Comp.187/2021 regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21/11/2023	**2023**	**2022**
a) Conc. de Bolsas de Estudos- 100% Gratuitos	R$ 2.719.494,00	R$ 2.383.955,00
b) Conc. de Bolsas de Estudos- 50% Gratuitos	R$ 1.453.914,00	R$ 1.180.427,10
c) Serviço de Educação Infantil -100% Gratuitos	R$ 5.209.587,01	R$ 4.643.029,99
Total das Gratuidades Concedidas	**R$ 9.382.995,01**	**R$ 8.207.412,09**

NOTA 28: A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea"C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **NOTA 29:** A entidade é uma instituição educacional e social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9o. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: a Instituição é regida pela Constituição Federal; a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. **NOTA 30:** A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. **NOTA 31:** A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei Complementar No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023. **NOTA 32** : A entidade é uma instituição educacional e social, sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei No. 9.532/97 e artigo 1o. da Lei No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida); existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido. **NOTA 33:** A entidade é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 3º da Lei Complementar No. 187/21, regulamentada pelo Decreto Federal 11.791 de 21 de novembro de 2023, cumpri os seguintes requisitos: **ESTATUTÁRIOS** não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos ; aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto ; atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas **OPERACIONAIS E CONTÁBEIS** possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 34:

Demonstrativo de Imunidade / Isenção	**2023**	**2022**
INSS Cota Patronal	R$ 5.148.303,01	R$ 4.710.739,49
INSS RAT	R$ 256.573,49	R$ 235.537,00
INSS Terceiros	R$ 1.164.933,03	R$ 1.067.221,44
INSS Autônomos	R$ 71.567,52	R$ 65.271,15
Cofins s/ Receita	R$ 1.497.620,05	R$ 1.350.287,74
Total da imunidade Usufruída	**R$ 8.138.997,10**	**R$ 7.429.056,82**

NOTA 35: O superávit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1409/2012 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

Amparo, 31 de dezembro de 2023.

Geracina Ferreira da Silva - Presidente
RG 53.219.064-6 SSP/SP – CPF 188.774.606-44

Alessandro Tambellini Pastana – Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 205893/O-5 – CPF 252.063.588-60

"PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS " "(C.A.E.F.)".

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (C.A.E.F.) da **Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria,** com sede em Amparo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos de Campos, nº 668, centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 43.463.694/0001-06 no exercício de sua competência, que lhe é atribuída pelo Artigo n° 70 do Estatuto Social, **DECLARA,** que tendo examinado as Demonstrações Contábeis, relativas ao Ano Calendário findo em **31 de dezembro de 2023**, compreendendo o **Balanço Patrimonial,** a **Demonstração do Resultado do Período,** das **Mutações do Patrimônio Líquido,** do **Fluxo de Caixa,** do **Valor Adicionado,** complementadas por **Notas Explicativas**, bem como o **Relatório das Atividades** realizadas no período, é do **PARECER** que essas peças contábeis devam ser aprovadas pela **Assembleia Geral,** tendo em vista que a **Entidade** demonstrou estar aplicando rigorosamente seus recursos em suas **finalidades institucionais** de conformidade com o disposto em seu **Estatuto Social.** Amparo, 02 de abril de 2024. **Laura Pereira Campos -** Conselheira - RG 12.553.059-6 CPF 337.266.719-00; **Maria dos Milagres Saraiva do Nascimento -** Conselheira - RG 2.536.853 CPF 024.762.863-89; **Orlanda Dias Rodrigues -** Conselheira - RG 28.661.752-3 CPF 181.911.728-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 25 de abril de 2024. **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS -** CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI – SP – 1620

Imóveis Desatualizados

Condomínio caro e pouca área de lazer desvalorizam prédios nos Jardins

Projetos erguidos há décadas disputam a preferência do consumidor de alta renda com empreendimentos novos e repletos de espaços, como piscina, spa e academia

LUCAS AGRELA

Quando precisou escolher entre morar em um apartamento da família nos Jardins ou comprar um novo na Vila Mariana, a embriologista Mariana Moraes Piccolomini não teve dúvidas e optou pela Vila Mariana. O motivo? O preço alto do condomínio e a falta de áreas de lazer. Com o envelhecimento dos imóveis da região dos Jardins, o preço do condomínio chega a custar duas vezes mais em relação às taxas cobradas nos mais novos.

"Até visitamos outros apartamentos enormes com preço bom nos Jardins. Mas o valor do condomínio era um absurdo e não tinha nada, nem uma academia. As vagas de garagem também eram muito ruins. Há muitos apartamentos para alugar nos Jardins e nada se encaixava no que procurávamos", diz ela. O preço do condomínio em um prédio em que Mariana considerou morar, e que pertence à família, é R$ 5.700.

O apartamento onde Mariana mora hoje foi lançado há poucos anos e tem áreas comuns com opções de lazer, como academia e piscina, além de carregador para carros elétricos. Tanto ela quanto o marido usam carros elétricos. Já o imóvel de 240 m² dos Jardins está sem moradores desde 2013 devido à dificuldade de alugar ou vender.

Na plataforma Zap, o preço médio do condomínio de apartamentos entre 100 m² e 300 m² na região dos Jardins é de R$ 4.218. O problema também afeta o bairro de Pinheiros, onde o preço médio da taxa nos imóveis com o mesmo tamanho é de R$ 3.914.

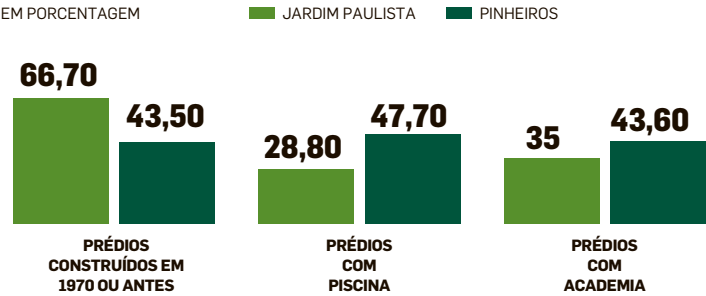
Nos dois bairros, grande parte dos condomínios não tem (ou tem poucas) opções de lazer nas áreas comuns, o que gera preocupação diante dos novos empreendimentos erguidos na cidade que já trazem o conceito de "condomínio clube". Só em 2024, um mapeamento da Lello aponta que em São Paulo serão entregues 818 empreendimentos, totalizando 150 mil apartamentos, quase o dobro de 2023.

INTENÇÃO DE COMPRA. De acordo com estudo da Brain, a intenção de compra de imóveis no Brasil no primeiro trimestre deste ano está no patamar mais alto desde maio de 2021, com 41% dos 1.400 entrevistados afirmando pretender comprar uma moradia em até dois anos. Dessa fatia, nas capitais, 56% desejam apartamentos.

Segundo Felipe Miguez, líder de desenvolvimento residencial da Tellus, "os prédios no bairro (*dos Jardins*) foram envelhecendo e precisam se renovar, as plantas vão ficando desatualizadas". Por isso, ele diz que a diferença de preço chega a ser 50% menor em relação a um prédio novo. Miguez afirma que a região dos Jardins é a que tem a maior disparidade entre um imóvel novo e um antigo.

A diretora de marketing da Lello Condomínios, Angelica Arbex, diz que os maiores custos do condomínio são compostos por mão de obra (50%), contratos de serviços (20%), despesas de água e energia (10%) e fundo de reserva (5%). Para ela, os síndicos dos condomínios são os responsáveis tanto pelo planejamento em relação às obras de melhoria quanto pelo convencimento dos condôminos sobre o investimento para manter ou aumentar o valor dos seus imóveis.

"Até visitamos apartamentos enormes com preço bom nos Jardins. Mas o valor do condomínio era um absurdo e não tinha nada"
Mariana Moraes Piccolomini
Embriologista

"A chave para a diferenciação é ter um síndico que é gestor de contexto, que entende o lugar, a concorrência de empreendimentos novos da rua e consegue fazer uma gestão que mantenha o imóvel atualizado. Os síndicos não podem mais olhar o condomínio apenas com a finalidade de cumprir a lei, pagar as contas, mas pensar em como transformar o imóvel em um ativo desejado", diz Angelica.

Segundo levantamento feito pela plataforma imobiliária Loft com dados do primeiro bimestre de 2024, o preço do condomínio na região dos Jardins é de R$ 14,47 o m² em apartamentos com mais de 125 m². E esse número vem subindo. No Jardim Paulista, a taxa subiu 7,57% nos últimos 12 meses; no Jardim América, 7,53%; e no Jardim Europa o valor se manteve (*mais informações nesta página*).

MEIO SÉCULO. O gerente de dados da Loft, Fábio Takahashi, diz que o preço do condomínio, por ser um custo fixo, é um dos três itens mais importantes para a decisão sobre a escolha de um imóvel para moradia. Segundo a análise mais recente da Loft, feita em 2022, 66,7% dos imóveis anunciados para venda no Jardim Paulista haviam sido construídos em 1970 ou antes, sendo que três a cada dez tinham piscina e academia.

Na visão de Takahashi, imóveis em regiões nobres, como é o caso das propriedades nos Jardins, tendem a ser atrativos para os compradores pelo que o bairro oferece. "É uma superlocalização, com fácil acesso a diversas áreas da cidade. O que tem no entorno dos Jardins as outras áreas da cidade não têm.

Para o presidente executivo do Secovi-SP, Ely Wertheim, a maioria dos prédios da região dos Jardins está conservada. "Não existe esse problema. São empreendimentos diferentes, que têm o seu público. Os prédios antigos não estão abandonados. O mercado de usados é bastante forte em São Paulo. É raro encontrar um prédio desatualizado."

RETROFIT. O plano diretor da capital paulista não tem estratégias de revitalização de prédios residenciais antigos na região dos Jardins. Os esforços de retrofit estão associados ao centro da cidade, que deve receber um total de R$ 1,1 bilhão em benefícios para converter prédios comerciais em residenciais. ●

PAGA MAIS, LEVA MENOS

Quanto custa o condomínio?
Preço do condomínio por metro quadrado nos Jardins cresceu em algumas regiões nos últimos 12 meses

BAIRRO	TAXA DE CONDOMÍNIO/M² (MAR/24)	VARIAÇÃO MAR/23 A MAR/24
JARDIM PAULISTA	R$ 13,64	7,57%
JARDIM AMÉRICA	R$ 14,89	7,53%
PINHEIROS	R$ 12,65	4,60%
JARDIM PAULISTANO	R$ 14,63	0,14%
JARDIM EUROPA	R$ 14,75	0

Itens de lazer nos condomínios
Quantidade de prédios com itens básicos nas áreas comuns é menor nos Jardins do que em Pinheiros

FONTES: LOFT / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Processo de envelhecimento tende a elevar custos

O coordenador do curso de negócios imobiliários da FGV, Alberto Ajzental, afirma que o envelhecimento dos empreendimentos imobiliários gera aumento dos custos de manutenção. "Um prédio tem o que se chama de vida útil. Ele dura entre 50 e 100 anos. Dentro disso, há subsistemas mais duradouros, como a estrutura de concreto armado, que dura 100 anos, e os subsistemas mais sensíveis, que duram menos, como aqueles que têm peças móveis, portões e elevadores."

Ajzental destaca que os condomínios de alto padrão antigos tinham poucos apartamentos, como um por andar. Isso leva a uma menor base de condôminos para dividir os custos gerais do prédio, aumentando o preço do condomínio. Ele lembra ainda que todas as edificações estão sujeitas ao envelhecimento e os condomínios que têm muitas áreas comuns tendem a ter mais custos de manutenção com o passar dos anos.

"Daqui a 50 anos, o 'condomínio clube', como chama o mercado, terá muito mais problemas do que tem hoje nos antigos. Há alguns anos, todo o marketing dos condomínios novos era baseado nas áreas comuns, que chegavam a ter até 150 itens de lazer. Isso vem mudando. Com o tempo, esses itens terão custos." ● L.A.

AUDRYN KAROLYNE
e ISADORA DUARTE

EMAIL:
COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

Crop Care planeja crescer em bioinsumos até 2026 e mira também o Matopiba

A Crop Care, da varejista Lavoro, pretende estar entre as cinco líderes de mercado em bioinsumos e fertilizantes especiais até 2026 no Brasil e na América Latina. Hoje está entre as dez principais, diz Marcelo Pessanha, CEO. A holding, formada pela Agrobiológica Sustentabilidade, Cromo Química, K2, Union Agro e Perterra, tem centros de distribuição em Minas, Mato Grosso e Paraná e equipe comercial em mais sete Estados. Neste semestre, se expande para Goiás e chega, na segunda metade do ano, ao Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). "Hoje, entregar um produto de São Paulo para o Maranhão pode levar até 15 dias", conta o executivo. A empresa quer estar no local para atender à demanda de pronta entrega.

Novos produtos e M&As estão no radar

Os planos da Crop Care incluem lançar dez bioinsumos em dois anos e também novas fusões e aquisições (M&As). Estão em estudo expansões na América Latina. Hoje o foco está no Brasil e na Colômbia, onde a empresa chegou no início do ano com a Agrobiológica.

Uso de bioinsumos é crescente

O uso de bioinsumos no País cresceu 8% em 2023, abaixo dos anos anteriores. "A gente vinha crescendo entre 25% e 30%", diz Pessanha, que atribui a desaceleração ao clima desfavorável às lavouras de grãos este ano. Para 2024, consultorias citadas pela Crop Care estimam crescimento de 10% a 12% ante 2023.

ATUAÇÃO DIVERSA

AGROBIOLÓGICA

Fábrica de bioinsumos da Agrobiológica Sustentabilidade em Itápolis, interior de São Paulo, uma das empresas da holding Crop Care

PLANTAR... As vendas de máquinas agrícolas da Case IH, do grupo CNH Industrial, devem cair até 10% neste ano em que a rentabilidade dos produtores brasileiros diminuiu devido aos preços mais baixos dos grãos. Mas o desempenho na Agrishow, que começa hoje em Ribeirão Preto, será no mínimo igual ao da edição passada, prevê Eduardo do Penha, diretor de Marketing e Comunicação na América Latina, sem abrir o valor. Segundo ele, 2024 será o ano com mais lançamentos. "Não dá para a gente postergar porque, quando o apetite volta, volta muito forte e rápido", afirma.

...E COLHER. Aporte de R$ 100 milhões foi feito na fábrica da CNH de Sorocaba (SP), que passa a ser o polo de produção mundial da colheitadeira de grãos Axial-Flow Série 160 Automation. A ideia é que metade da produção fique no mercado interno e a outra metade seja exportada para Estados Unidos, Europa, Ásia-Pacífico e América Latina. "A exigência do campo brasileiro em termos de performance é altíssima, o que nos garante exportar máquinas de qualidade."

CAUTELA. O Santander também evita projetar crescimento no volume de negócios da Agrishow. "A expectativa é equiparar o resultado ao de 2023, que somou R$ 2 bilhões", diz Ricardo França, head de agronegócio do banco. Para ele, o cenário é "áspero" para o produtor em termos de rentabilidade. "Mas não assusta. É um ajuste de liquidez, pois a gente vem de um ciclo de anos maravilhosos do agro", lembra.

LUZ AMARELA. Representantes do setor produtivo de Mato Grosso monitoram a renegociação de contratos entre sojicultores e tradings. Com a quebra na safra, parte dos produtores não conseguiu cumprir acordos com compradores e pede o remanejamento para o próximo ciclo. "Sem o grão na quantidade prevista, é inviável ao produtor cumprir com os valores acordados porque, em algumas regiões, a produção sequer cobriu custos", diz um interlocutor. Ele lembra que a maior parte dos contratos vence amanhã. Em MT, a maior parte do financiamento tem origem no crédito privado.

CAMPO LIGADO. A Vivo firmou acordo com o Grupo Bom Jesus para levar conectividade a 28 mil hectares da empresa em Mato Grosso. Assim, fazendas de soja, milho e algodão do grupo terão rede 4G, infraestrutura habilitada para IoT, inteligência artificial e machine learning. "Nossos projetos no campo estão em todas as regiões, especialmente em São Paulo e Mato Grosso, cobrindo 17 milhões de hectares", diz Debora Bortolasi, diretora executiva B2B da Vivo.

GIRO

Lula promete mais recursos à Embrapa

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO-25/4/2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu um esforço do governo para turbinar o orçamento da Embrapa. Nos 51 anos da estatal, completados semana passada, ele disse ser "absurdo" e "uma irresponsabilidade" a empresa deixar de fazer pesquisa por falta de recursos. Hoje, a Embrapa tem só um terço da verba necessária para custear os mais de 1 mil projetos.

VEM AÍ

Agro avalia impactos da regulamentação tributária

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO-24/4/2024

O setor produtivo está analisando a regulamentação da reforma tributária proposta pelo Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad. Um ponto polêmico é a criação de uma cesta básica com 15 itens, ante os 40 pleiteados pelo agro. Entidades defendem que um leque maior de alimentos tenha isenção.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 26/04/2024

Ibovespa: 126.526,27 PTS. | Dia 1,51% | Mês -1,23% | Ano -5,71%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	9,77	5,97	15.021
MRV ON NM	6,67	5,54	11.460
HYPERA ON EJ NM	28,55	5,16	20.422

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

P.ACUCAR-CBDON	2,76	-2,47	14.654
CASAS BAHIA ON	5,44	-1,45	5.990
KLABIN S/A UNT	23,09	-0,69	12.560

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

23/4 a 23/5	0,0605	0,7609	0,5608	0,5000
24/4 a 24/5	0,0627	0,7631	0,5630	0,5000
25/4 a 25/5	0,0621	0,7625	0,5624	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.239,66	0,40	-3,94	1,46
FRANKFURT - DAX	18.161,01	1,36	-1,79	8,41
LONDRES - FTSE	8.139,83	0,75	2,35	5,26
TÓQUIO - NIKKEI	37.934,76	0,81	-6,03	13,36

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,11	3.165,56
	15/5/2035	6,07	2.231,15
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,08	4.360,48
PREFIXADO	1º/1/2027	10,82	760,04
	1º/1/2031	11,64	481,42
SELIC	1º/3/2027	0,09	14.727,97

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	0,19	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,46	-0,29	-1,88	-10,21
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	19,40	59.299	19,35	20,00	-0,41
CAFÉ NY*	JUL/24	224,00	120.692	221,35	226,95	-1,80
SOJA CBOT**	MAI/24	11,60	78.428	11,55	11,64	-0,28
MILHO CBOT**	JUL/24	4,50	671.105	4,492	4,54	-0,44

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	124,63	-0,35	-4,31
BOI Cepea/esalq, R$/@	232,25	-0,90	-16,80
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	58,09	0,08	-15,42
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1260,03	-31,85	15,31

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1163	-0,91	2,01	5,42
DÓLAR TURISMO	5,3220	-0,88	2,01	5,28
EURO	5,4750	-1,17	1,18	1,96
OURO US$/ONÇA-TROY	2349,10	6,70	6,72	11,22
WTI US$/BARRIL	83,5400	-0,12	0,78	17,18
IBRENTUS$/BARRIL	88,0300	0,10	1,37	14,27

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0693	1,2493	0,1954
EURO	0,935	1,0000	1,1684	0,1828
FRANCO SUÍÇO	0,914	0,9778	1,1424	0,1787
LIBRA ESTERLINA	0,800	0,8559	1,0000	0,1564
IENE	158,272	169,2285	197,7360	30,9320

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Varejo Negociação com credores

Casas Bahia entra com pedido de recuperação extrajudicial

Operação já é pré-acordada com os principais credores; Bradesco e Banco do Brasil detêm 54,5% da dívida, de R$ 4,1 bi

TALITA NASCIMENTO

FELIPE RAU / ESTADÃO -24/7/2020

Recuperação vai alongar o vencimento da dívida da empresa

A Casas Bahia entrou com pedido de recuperação extrajudicial para dívidas que somam R$ 4,1 bilhões. O pedido já é pré-acordado com os principais credores, que detêm 54,5% dos débitos e, portanto, deve ser aplicado também aos demais credores pulverizados, dentre eles, pessoas físicas.

Nos cálculos da empresa, o novo perfil da dívida preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024. Como contrapartida, os principais bancos credores ganham o direito de converter 63% dos valores que lhe são devidos em ações da varejista.

O acordo inclui uma carência de 24 meses para pagamentos de juros e 30 meses para pagamento de principal. Assim, antes da renegociação, a empresa desembolsaria, até 2027, R$ 4,8 bilhões. Agora, a empresa terá de arcar, no mesmo prazo, apenas com R$ 500 milhões.

"Todo mundo olhava e via que tínhamos pagamentos de juros todos os anos. Era R$1,5 bilhão este ano e quase R$ 1 bilhão nos próximos anos. Perguntavam: 'Vocês conseguem gerar caixa para isso tudo?'. Por mais que o plano de reestruturação estivesse indo bem, iria ficar apertado. Iríamos trabalhar para pagar juros, diziam. Desse jeito, não. Ganhamos muita flexibilidade e caixa para eventuais volatilidades e, também, para aproveitar algumas oportunidades de mercado e nos prepararmos para a Black Friday, por exemplo", afirmou o CEO da Casas Bahia, Renato Franklin, ao *Estadão/Broadcast*.

A operação inclui apenas dívidas financeiras sem garantias. O Bradesco tem R$ 953 milhões em debêntures e o Banco do Brasil, R$ 1,272 bilhão, o que representa 54,5% do total das emissões contempladas no plano.

'CREDOR PARCEIRO'. Quem optar pela categoria de "credor parceiro", como o Banco do Brasil e o Bradesco, deve manter as atuais condições de outras linhas de crédito que não fazem parte da reestruturação extrajudicial. No caso desses dois bancos, as linhas são as que financiam o crediário da varejista e as operações de risco sacado.

DÍVIDA POR AÇÕES. Nessa opção, será possível converter a dívida em ações da companhia entre 18 e 36 meses por 80% do valor médio dos papéis nos 90 dias anteriores, ou aguardar o pagamento até novembro de 2030, com juros de CDI + 1%. Se essa opção fosse feita integralmente, com o valor de mercado atual da companhia, e sem que os atuais sócios exercessem seu direito de investir mais para não serem diluídos, os dois bancos assumiriam o controle da varejista. Franklin diz, porém, que não acredita que os bancos tenham essa intenção.

> ***"Todo mundo olhava e via que tínhamos pagamentos de juros todos os anos. Era R$ 1,5 bi este ano e quase R$ 1 bi nos próximos anos. Perguntavam: 'Vocês conseguem gerar caixa para isso tudo?'"***
> **Renato Franklin**
> CEO

Caso mais detentores dos títulos de dívida queiram aderir a essa categoria, terão de fazer novos empréstimos à empresa. Do contrário, eles terão de aguardar o pagamento até novembro de 2030, com juros de CDI + 1%.

"Estamos fazendo um acordo estrutural e definitivo para a companhia. Nessa negociação conseguimos não só as carências para juros e principal, mas um cronograma de amortização também bem mais diluído. Isso transforma o perfil de dívida da companhia", concluiu Franklin. ●

Radar **Gestão de patrimônio**

Conservadores, jogadores de futebol começam a diversificar investimentos

Interesse dos atletas pelo mundo das finanças vem crescendo; Dudu Cearense, ex-volante do Vitória e do Botafogo, voltou aos estudos e tirou a certificação CEA

LEO GUIMARÃES
ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

Quando se trata de investir, os jogadores de futebol costumam ser bem conservadores. Comprar imóveis é a forma como eles entendem que estão preservando o patrimônio e também é a garantia de que não vão torrar a grana nos prazeres que a vida de celebridade oferece. Mas alguma coisa vem mudando, inclusive quando se trata de apetite ao risco. Alguns atletas estão apostando também em fundos que investem na cannabis medicinal.

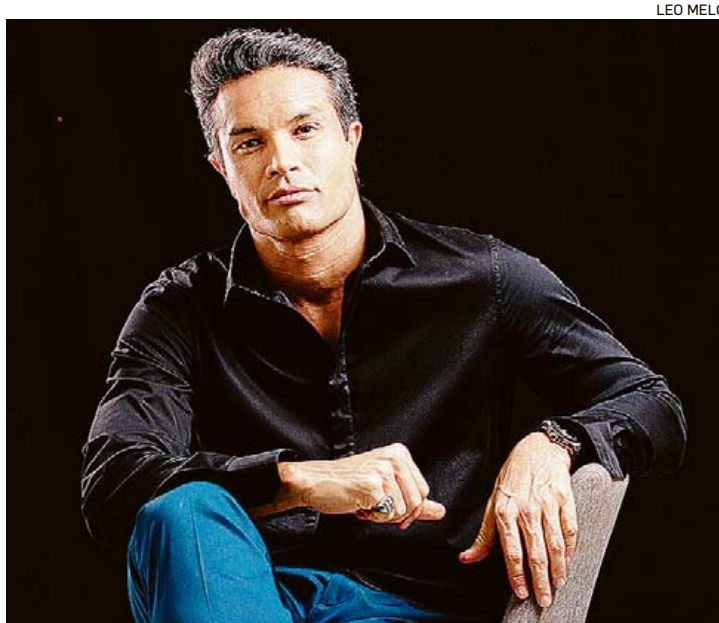
Além dos imóveis
Atletas têm investido em venture capital, criptomoedas e até em cannabis medicinal

Além disso, o interesse dos jogadores pelo mundo das finanças vem crescendo. Dudu Cearense, volante ex-craque do Vitória e aposentado pelo Botafogo em 2019, é um exemplo. Depois de abandonar os gramados, ele voltou aos estudos de Economia e tirou a certificação CEA (especialista em investimento). Hoje trabalha na sua própria assessoria, a Okto – em referência ao número de sua camisa –, onde atende antigos e novos colegas que vêm pelo boca a boca.

"Eu tinha patrimônio, mas não tinha liquidez. Não quer dizer que imóvel seja ruim, mas a diversificação faz todo sentido", diz o ex-atleta. Ele comenta que, assim como ocorreu com ele, os jogadores não entendem de finanças e, quando investem, preferem imóveis. Muitos que não se interessam, diz, vão à falência após cinco anos da aposentadoria e também depois de investimentos arriscados demais.

Assim como faz Dudu hoje, a gestora Redoma Capital se especializou na gestão de patrimônio de atletas. Seu foco, no entanto, são os profissionais de alta performance. Na empresa há três assessores de investimento certificados que vieram também dos gramados. Uma delas do futebol feminino do Internacional. "Há um interesse maior neste momento, com mais atletas que buscam informações pelo mercado financeiro. Alguns deles seguem por esse caminho", observa Henning Sandtfoss, CEO da gestora.

Há outros exemplos no mercado, como o do ex-zagueiro William Machado, que hoje é sócio da Messem Investimentos, um dos escritórios sob o guarda-chuva da XP, e Paulo André, ex-sócio da Redoma e que hoje atua como diretor dos clubes de Ronaldo Fenômeno, o Cruzeiro e o Valladolid, da Espanha.

BOLA DE SEGURANÇA. Mesmo com a maior curiosidade sobre a gestão de patrimônios, os atletas ainda gostam de investimentos menos arriscados. "Eles têm de ser conservadores mesmo, para manter o padrão de vida que levam no presente e proteger o capital", comenta Dudu Cearense.

LEO MELO

'Eu tinha patrimônio, mas não tinha liquidez', diz Dudu Cearense

APOSENTADORIA PRECOCE. A lógica vem do fato de que os atletas de campo se aposentam muito cedo. Os mais longevos atuam até os 40 anos. "Se não se preocuparem desde o início com a questão financeira, vão encerrar a vida de atleta sem a independência financeira. Terão de buscar uma nova carreira", diz Sandtfoss.

Focado em dar liquidez a seus clientes, Dudu Cearense conta que um deles está ameaçando seu primeiro milhão de reais, após cinco meses de trabalho com a Okto. "Se um jogador ganha R$ 100 mil por mês e consegue poupar 30%, é maravilhoso. Imagina isso em 15, 20 anos, a juros compostos", conta, referindo-se à renda fixa.

Segundo Dudu, um jogador de futebol mediano ganha entre R$ 20 mil e R$ 50 mil por mês. Ele acredita que apenas o Palmeiras e o Flamengo, atualmente, têm em suas folhas de pagamento jogadores com salários na casa de um milhão mensal. Boa parte desses jogadores de elite recebe entre R$ 300 mil e R$ 500 mil. Os mais endinheirados costumam guardar até 70% de seus ganhos.

Na média, a carteira de investimentos dos jogadores de futebol tem cerca de 40% em imóveis e 50% em renda fixa. Pouco vai para a renda variável. Eles preferem investir em venture capital (investimento em empresas em estágio inicial), geralmente franquias de alimentação de saúde e beleza. Neste último caso, alguns são influenciados pelas mulheres.

Criptomoedas também fazem parte do portfólio de atletas de perfil mais agressivo. Outros gostam de apostar em fundos de private equity (compra de participação em empresas maduras), por trazer menor risco.

No campo dos fundos de investimento, um setor que vem chamando muita atenção do pessoal do gramado são aqueles que apostam em empresas de cannabis medicinal. "Esse é um mercado que está na moda, o CBD (*composto não psicoativo usado para aliviar a dor*) e outros princípios ativos são muito benéficos, inclusive para os atletas", comenta Sandtfoss.

As assessorias da Redoma e Okto procuram orientar os jogadores sobre o longo prazo, além de cuidar, até mesmo, de questões tributárias e de seguro-saúde. No caso dos investimentos mais ousados, os assessores procuram dar o maior nível de informação a respeito da área de interesse do jogador, mas, no final, quem decide se vai ou não investir numa cripto ou numa empresa da moda é o próprio atleta.

"A caneta é sempre do atleta, nosso papel é consultivo e no sentido de direcionar para que ele escolha os melhores caminhos", diz Sandtfoss. ●

Aline Cardoso

‘Petrobras está atrativa para o investidor’

Executiva do Santander Brasil tem visão positiva para a petroleira, após a aprovação de pagamento de dividendos aos acionistas

ENTREVISTA

Head de pesquisa e estratégia do Santander Brasil, é engenheira industrial pela UFRJ com MBA pela Fundação Dom Cabral

BRUNO ANDRADE
E-INVESTIDOR

Com os dados da atividade econômica dos Estados Unidos acima do esperado, o Santander Brasil revisou estimativas. Aline Cardoso, head de estratégia e ações, diz que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve realizar novos cortes a partir de setembro. Inicialmente, a instituição previa o movimento em junho.

Na visão da analista, quanto mais o Fed demorar para começar o ciclo de afrouxamento monetário, menos espaço o Brasil pode ter para cortar juros. Com as mudanças no radar, o banco decidiu revisar o preço-alvo para a Bolsa de Valores, até então de 160 mil pontos para o Ibovespa até o fim deste ano. A nova projeção deve ser divulgada em meados de maio.

Na última semana, outro fator entrou nos holofotes do mercado. A Petrobras aprovou o pagamento de 50% dos R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários. O valor havia sido retido pela empresa no início de março e causou frustração entre os investidores. Segundo Aline, a estatal volta a ficar atrativa para o investidor, visto que a empresa passa a ter capacidade de pagar 30% do seu valor de mercado em dividendos em apenas dois anos.

O Ibovespa cai 5,7% no acumulado de 2024. O mercado está pessimista?
Entramos no ano com a narrativa de que o Banco Central cortaria a Selic até 9% ao ano até o fim de 2024. Em paralelo, o mercado também esperava que o Fed começasse a cortar entre março e junho. Se esse cenário fosse confirmado, teríamos um ano bom para a Bolsa. Porém, os meses iniciais de 2024 não confirmaram a narrativa do mercado. Com a inflação não convergindo para a meta tão rapidamente como se esperava, o mercado mudou as projeções e a equipe do Santander no Brasil estima que o corte de juros do Fed comece em setembro, com chances de ir para novembro.

SANTANDER/DIVULGAÇÃO

“Olhando para o Brasil, temos condições de levar o juro (Selic) para um dígito (no fim do ano). Os dados de inflação mostram controle nos preços”

E o que isso significa para o Brasil?
Olhando só para o Brasil, temos condições de levar o juro para um dígito. Isso porque os dados de inflação mostram um controle nos preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (*IPCA-15*), divulgado na sexta-feira, teve alta de 0,21%, abaixo da nossa expectativa de 0,31%. O problema é que a economia americana impacta todos os outros mercados do mundo. Quanto mais eles demoram para começar o ciclo de afrouxamento monetário, menos espaço temos para cortar aqui, porque, se o diferencial de juros ficar muito grande, teremos uma desvalorização do real ante o dólar, o que tende a gerar inflação. Neste caso, a autoridade monetária brasileira fica mais conservadora.

Com essa turbulência e mudança nas projeções, você pode citar duas ações para o investidor ter na carteira?
Temos recomendação de compra para Direcional, com preço-alvo de R$ 31 para o fim de 2024. Estamos otimistas pelo fato de o governo fazer de tudo para melhorar a possibilidade de as pessoas de baixa renda conseguirem comprar os imóveis com o programa Minha Casa, Minha Vida. Já a segunda empresa é a Totvs, que recomendamos compra com preço-alvo de R$ 43 para o fim do ano. A empresa possui uma tese estrutural de longo prazo e cresceu bem nos últimos dez anos. Estimamos que esse crescimento continue acelerado, com alta de 15% a 20% do lucro nos próximos anos. O fato é que o mercado exagerou com o pessimismo no papel, por isso a ação está descontada e interessante para o investidor.

O que o investidor pode esperar das ações da Petrobras após a aprovação dos 50% dos dividendos extraordinários?
Vemos as ações da Petrobras como atrativas para os investidores, que devem ter o papel na carteira como um investimento de longo prazo. Temos essa visão positiva devido a diversos fatores. A commodity está em um patamar que faz a Petrobras gerar muito mais caixa do que antes. Portanto, ela tem uma capacidade de pagar muito mais dividendos. Devido aos acontecimentos recentes, estimamos um *dividend yield* (*pagamento de dividendos*) em torno de uns 15% por ano. Isso quer dizer que, em dois anos, a empresa tem a capacidade de pagar 30% do seu valor de mercado em dividendos. Isso faz muita diferença para a tese de investimentos.

A proposta de regulamentação da reforma tributária entregue pelo governo pode ser um gatilho de alta ou de baixa para o Ibovespa?
A proposta foi muito bem recebida pelo mercado, visto que o texto que regulamenta a reforma foi em linha com o que o mercado já esperava. No entanto, justamente por ser em linha e não superar as expectativas do mercado, a medida acaba não se tornando um gatilho de curto prazo para a Bolsa. É inegável que a proposta traz um efeito positivo, especialmente na produtividade da economia, mas é algo gradual e com a implementação sendo realizada ao longo de oito anos. ●

Antonio Penteado Mendonça

85 anos de um gigante

O IRB(Re) está completando 85 anos de idade. É uma data que merece ser comemorada com todas as pompas e circunstâncias. A companhia é a maior resseguradora local brasileira e não está nessa posição só por que o sol nasceu mais vermelho num longínquo dia de 1939, quando o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) foi criado, com a finalidade específica de fazer os resseguros das operações de seguros brasileiras, retendo no País milhões de dólares que seriam enviados para o exterior.

Durante décadas, para ser mais exato, até meados da década de 1980, o IRB foi o grande player do mercado segurador brasileiro. Órgão monopolista, capitalizado, com conhecimento técnico de seguro e resseguro e um cadastro detalhado dos riscos nacionais, ele deu as cartas no setor, baixando inclusive tarifas únicas, que deveriam ser obrigatoriamente seguidas pelas seguradoras. Essas tarifas eram tão detalhadas que determinavam até o porcentual de comissão a ser pago aos corretores de seguros.

Ao longo desses anos, o IRB prestou relevantes serviços ao Brasil e ao mercado segurador especificamente, dando capacidade técnica e financeira para as seguradoras assumirem riscos tão grandes e complexos como as usinas nucleares ou a hidrelétrica de Itaipu, cujas aceitações demandaram negociações com resseguradoras internacionais para desenvolver as coberturas, até então inéditas, e obter a capacidade financeira para fazer frente ao porte dos riscos. Como se não bastasse, o IRB era também o “xerife” do mercado, cabendo à Susep (Superintendência de Seguros Privados) apenas o trabalho burocrático dos registros societários e operacionais.

A partir de meados da década de 1980, por iniciativa, principalmente, de um presidente do IRB, a Susep passa a atuar de forma mais ampla, assumindo sua responsabilidade legal como normatizadora e fiscalizadora do mercado segurador. Mas o monopólio do resseguro segue intacto e o IRB continua tendo papel fundamental para a profissionalização e capitalização das seguradoras.

Em 2007, depois de marchas e contramarchas, o governo decidiu acabar com o monopólio do resseguro no Brasil e, com a votação da Lei Complementar 126/2007, o IRB transformou-se na sociedade anônima IRB Brasil-RE, passando a atuar como uma resseguradora local ou, melhor, como a principal resseguradora em operação no País, responsável por mais de 60% dos contratos de resseguros assinados à época.

Durante décadas, para ser mais exato, até meados da década de 1980, o IRB foi o grande player do mercado segurador brasileiro

Em 2020, o IRB Brasil-RE foi alvo de um ataque, engendrado por pessoal de seus quadros, que ameaçou seriamente a capacidade futura da empresa. Foram anos extremamente difíceis, nos quais a empresa passou por momentos delicados. Mas, sob o comando de Antonio Cássio dos Santos, que assumiu a presidência executiva e a presidência do conselho de administração, o IRB Brasil-RE, em movimentos consistentes e bem executados, em alguns anos, saiu do buraco e publicou seu balanço de 2023 com números no azul.

É este o momento que ele vive e em que comemora seus mais do que merecidos 85 anos de idade. Pela sua importância para o mercado de seguros brasileiro, que sejam apenas os primeiros 85! ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Marketing Mercado em ascensão

Investimento em publicidade cresceu 10,4% em 2023, revela ranking

Levantamento do Cenp-Meios com dados de 336 agências do País mostra que o mercado publicitário movimentou R$ 23,4 bilhões no ano passado com espaço de mídia

WESLEY GONSALVES

O Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário, o Cenp-Meios, divulgou na semana passada o ranking das agências que mais investiram em espaço publicitário em 2023. O mercado investiu cerca de R$ 23,4 bilhões na compra de espaço de mídia e anúncios em 2023, crescimento de 10,4% nos aportes publicitários ante o ano anterior.

Nomes como Mediabrands, Betc Havas e Artplan encabeçam o topo da lista das companhias que mais compraram espaço de mídia em veículos nacionais ao longo do ano.

O ranking das agências de publicidade tem como base o investimento em mídia e classifica as agências, mas não traz o investimento isolado de cada uma das marcas anunciantes. Para mensurar os dados, a entidade conta com o apoio da consultoria KPMG.

"É importante ressaltar que, diferentemente dos dados de 2022, houve agora uma integração das informações coletadas das agências Mediabrands e Mullen Lowe, que passaram a atuar como uma única operação", comenta o Cenp, em nota. A fusão fez com que a agência ultrapassasse a Betc Havas no ranking.

Para Ariel Bergamo, que chegou recentemente à cadeira de CEO da companhia, o primeiro lugar no ranking do Fórum reforça o desafio de guiar a empresa em um caminho de crescimento. "Essa conquista é um reconhecimento da força da agência, e ao mesmo tempo revela a transformação do nosso mercado, que vem valorizando isso, nomes que são muito fortes em mídia."

FUSÕES. Ainda em relação às fusões no ano passado, o ranking manteve separados os resultados das agências VMLY&R e Wunderman Thompson, porque a oficialização da união das duas marcas ocorreu a partir de janeiro deste ano.

O ranking Cenp-Meios reúne apenas as agências que autorizaram sua entrada na lista e que enviam mensalmente dados totalizados das agências, sem indicar informações sobre o cliente ou veículo escolhido. "O ranking é uma contribuição importante do Cenp ao mercado, pois reflete a constante transformação pela qual passa nossa indústria," afirma Salles Neto, coordenador do comitê técnico de métricas e indicadores (CTMI) do Cenp.

Na segunda posição do ranking, o fundador e CEO da Betc Havas, Erh Ray, comemorou a presença no topo da lista das companhias com maiores investimentos em mídia do País. "Estamos muito felizes em mais uma vez estar entre as maiores agências do País. Uma posição tão relevante e consistente no ranking, nesses últimos anos, reforça a eficiência e excelência do trabalho que realizamos todos os dias para os nossos clientes."

Em seguida, encerrando o pódio das agências (*mais informações no quadro nesta página*), o sócio-presidente da Artplan, Antônio Fadiga, comentou que o resultado serve como impulso para manter foco nos negócios. "Esta posição nos motiva mas não nos guia. Mas é claro que comemoramos, pois é um trabalho em conjunto entre cliente e agência, na busca do melhor resultado de negócios." ●

Confira o ranking

- **1º Mediabrands (Reprise Digital + Mullen Lowe)**
- **2º Betc Havas**
- **3º Artplan**
- **4º WMcCann**
- **5º EssenceMediacom**
- **6º Galeria**
- **7º Almap BBDO**
- **8º Africa DDB**
- **9º Publicis Brasil**
- **10º VMLY&R**
- **11º Ogilvy & Mather Brasil**
- **12º Talent Marcel**
- **13º Wunderman Thompson**
- **14º Leo Burnett Tailor Made**
- **15º DPZ**

Inteligência artificial e conceito de família no Código Civil repaginado

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Objetivo é usar tecnologia e imersão para oferecer um mergulho na obra do artista, que produziu milhares de peças durante as seis décadas em que permaneceu ativo

Artes Visuais

Exposição revê espírito múltiplo de Salvador Dalí

Com reproduções e projeções, mostra autorizada pela Fundação Gala-Dalí reúne obras de diferentes fases do símbolo do surrealismo, movimento que celebra 100 anos

THAIS FERRAZ
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Pela primeira vez no Brasil – e no mundo –, 100 das obras mais importantes de Salvador Dalí estarão expostas ao mesmo tempo, em reproduções e projeções. Quadros como *A Persistência da Memória* (1931), *O Cristo de São João da Cruz* (1951) e *Construção Suave com Damascos Cozidos* (1936) poderão ser vistos em paredes gigantes na mostra Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal, na Faap.

A exposição, que será aberta nesta quarta-feira, 1.º, no Museu de Arte Brasileira (MAB), aposta em tecnologia e imersão para oferecer um mergulho na obra do artista, que produziu milhares de peças durante as seis décadas em que permaneceu ativo.

Diversos conteúdos expositivos inéditos, incluindo um áudiorrelato em formato de podcast, estarão disponíveis. Na mostra, também será possível conferir uma reprodução do ateliê em que Dalí trabalhava e fazer uma viagem de realidade virtual pelas suas obras. ●

LEIA MAIS SOBRE A MOSTRA E ENTREVISTA COM A DIRETORA DOS MUSEUS DALÍ NA PÁG. C8

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

No Café. *Maria Homem*

‘A ideia de que a mãe deve buscar a felicidade dos filhos é mito’

MARESSA ANDRIOLI

As redes servem como amparo para as mães, mas também drenam sua atenção, diz a psicanalista

Para Maria Homem, a maternidade é padecer não no paraíso, mas em terra firme, com a queda de expectativas romanceadas ao se mergulhar no dia a dia dos cuidados de uma criança. Nesta conversa com a repórter **Paula Bonelli**, por conta da proximidade do Dia das Mães, a psicanalista, psicóloga, escritora e professora da FAAP reflete sobre as encruzilhadas que as mães enfrentam nos tempos atuais.

Discute temas como os desafios de conviver com o adolescente; o motivo pelo qual as mães podem estar deixando suas energias serem drenadas pelas redes sociais e até mesmo como passar pelo processo de inseminação artificial sem enlouquecer. Uma coisa é certa para ela: “Buscar a felicidade dos filhos é um mito”.

Ser mãe implica conviver com a diferença entre a expectativa e a realidade de criar filhos?
Não há saída. Sempre haverá a idealização, as altas expectativas, e depois a realidade dura, normal, falha.

O que é amor de mãe?
É um amor como qualquer outro. Existe uma tecnologia psicossocial para organizar vários bilhões de seres falantes. Há muita inteligência simbólica para fazer a mulherada querer ter filho, segurar essa onda de padecer no paraíso, amar e cuidar. E assim, se cria a expressão “amor de mãe”.

Para ser mãe é preciso deixar de ser filha?
Não, mas é preciso aprender a ser a mãe de um filho, mudar e criar uma nova posição. Não se deixa de ser filha, inconscientemente, não dá para fazer isso, mas é importante fazer a báscula entre essas duas posições.

As mães devem buscar a felicidade dos filhos?
A ideia de que mães devem buscar a felicidade dos filhos é um mito. Cada um deve buscar sua própria felicidade. Você não pode levar a felicidade para um outro ser. Só o filho sabe onde ele exerce a sua máxima potência. É algo singular. Você pode ajudar, trocar, ser generosa no que você conhece desse filho, sim. Qualquer outra coisa diferente disso é ilusão.

“Você pode ajudar, trocar, ser generosa com esse filho, sim. Qualquer outra coisa diferente disso é ilusão”

“Dois grandes sofrimentos aparecem na maternidade: o desejo de ser mãe e não poder. E o oposto, ser mãe sem querer”

No caso de filhos pequenos, encontrar tempo para brincar é o caminho para enfrentar os momentos de braveza deles?
Em parte sim, mas, sobretudo, encontrar tempo para estar com a criança, conversar e escutar essa braveza como uma linguagem que não está achando palavras. Então, ajudar esse pequeno a colocar palavras, nomear aquilo que é puro afeto e descarga.

E no caso dos adolescentes, o que você aprende tanto como mãe quanto no consultório?
Estou aprendendo ainda, nossa, estou começando essa jornada. Não é fácil. É um desafio. O filho é sempre um espelho não narcísico dos pais. Eles revelam o que a gente é. Meu filho é muito engraçado me imitando. Ele é muito divertido ou muito preciso nas marcas que ele vai apontar. Então, eu diria que é uma oportunidade, difícil, mas pode ser interessante, eu pessoalmente gosto.

Na clínica, como surgem as questões das mulheres em processo de inseminação artificial?
Dois grandes sofrimentos aparecem na maternidade. Vou resumir assim: o desejo de ser mãe e não poder. E o oposto, ser mãe sem querer por razões variadas: não estar decidida, não agora, não com esse parceiro...

Como passar por isso sem enlouquecer?
Para não enlouquecer, eu diria que tem que estar preparado para uma encruzilhada, que é lidar com a possibilidade de demorar para acontecer a gravidez, de ser difícil e a coragem de renovar essa esperança. Ao mesmo tempo, olha que paradoxal, trabalhar o luto do projeto porque talvez não aconteça.

Já pensou no impacto para as mães de um eventual banimento do TikTok?
Talvez, a pudéssemos ampliar essa pergunta para qualquer rede social. Elas servem como amparo, permitindo que você converse com outras mães e compartilhes experiências, angústias, como a antiga roda de mulheres na vila, na comunidade para aguentar as dores do parto, da amamentação. Então, é uma sororidade, uma rede de sisters, né?

Por outro lado, é fácil perder tempo nessas plataformas?
Sim, as redes sociais podem drenar a sua atenção, são feitas para te deixar nelas. As próprias mães podem estar mais tempo interessadas no celular porque é mais simples, mais distante. Passar o tempo navegando tem uma fluidez em que você fica na posição de expectador, como um voyeur. E na relação com o filho é posição diferente. O filho te implica. O sintoma dele tem a ver com o seu. ●

Streaming Romance

'Uma Parede Entre Nós' brinca com a ideia do amor às cegas

GABRIELA CAPUTO

Uma Parede entre Nós, nova comédia romântica da Netflix, aparece entre os mais assistidos da plataforma de streaming. Apostando na premissa de amor às cegas, trata-se de um remake do filme francês de Clovis Cornillac, *Um Encontro às Cegas* (*Un Peu, Beaucoup, Aveuglément!*, no original), lançado em 2015.

Em *Uma Parede entre Nós*, mocinho e mocinha são vizinhos que dão início a uma guerra barulhenta. Valentina (interpretada pela cantora espanhola Aitana) é uma pianista que acaba de se mudar para um novo apartamento depois do término com o ex-namorado, e precisa praticar o tempo todo para uma audição. David (Fernando Guallar), do outro lado da parede, é um designer de games que exige silêncio total para poder trabalhar – e fica revoltado com a chegada da companhia indesejada.

David conseguiu perturbar todos os ex-vizinhos que ocuparam o apartamento: em busca de paz e solidão, ele se empenha em fazer os barulhos mais irritantes criando engenhocas bizarras. Valentina, porém, deixa claro que não irá desistir da locação, e revida. Eventualmente, claro, eles cedem e passam a conversar de maneira civilizada. Acabam criando uma conexão através da parede, sem nunca terem se visto.

BEST-SELLER. Se gostou de *Uma Parede entre Nós*, uma dica é *Teto Para Dois*, série do Paramount+. A produção foi adaptada do best-seller homônimo de Beth O'Leary, que também é um romance baseado na ideia de amor às cegas.

Tiffany (interpretada pela atriz Jessica Brown Findlay) e Leon (vivido pelo ator Anthony Welsh) são dois londrinos de vinte e poucos anos que, para economizar, dividem o mesmo teto. Mas, não se veem. Eles alternam os horários de permanência no apartamento – ele é enfermeiro no turno da noite e ela sai cedo para o trabalho. Por isso, nunca se encontram.

Mas, como sempre ocorre nas comédias românticas, em algum momento a curiosidade de um pelo outro vai prevalecer e mudar a história. E a comunicação – realizada principalmente por meio de notas distribuídas pela casa em post-its –, acaba se intensificando. E eles acabam se aproximando. ●

NETFLIX
No longa, Valentina e David são vizinhos que brigam sem se ver

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Sacrifício de desejos

Data estelar: Vênus ingressa em Touro

Pensa bem, se a satisfação dos teus desejos fosse a prioridade absoluta de tua alma, é certo que consagrarias todo teu empenho e recursos nesse sentido, mas na prática de nossa civilização é raro isso acontecer.

Valorizamos muito a satisfação de nossos desejos, mas também nos dedicamos a manter a sanidade de nossos relacionamentos pessoais e de trabalho, e por isso fazemos concessões e sacrificamos desejos, mas é evidente que agimos assim protestando silenciosamente, discordando de como nos metemos nessa enrascada de querer satisfazer desejos, mas de os sacrificar em nome da preservação do contrato social.

Graças, ou desgraças, a essa discórdia com nossa própria alma, acabamos transferindo esse estado de coisas aos nossos relacionamentos, vivendo num inútil estado de discórdia constante. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Pelo momento, não parece estar em suas mãos tomar as iniciativas pertinentes ao que precisa ser feito, e isso é bastante incomum, sua alma não sabe lidar muito bem com a espera de um sinal para se lançar à ação.

TOURO 21-4 a 20-5

Ninguém pode ser neutral diante do que acontece no mundo, mas é possível desenvolver imparcialidade suficiente para não se enredar nas paixões de ser do contra ou a favor, quando ninguém no mundo merece tais dignidades.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Você tem suas ideias próprias e são as que realmente norteiam seus passos, e muito provavelmente essas não são abertas na mesa do jogo para serem criticadas ou contestadas. Cuide dessas ideias próprias, são essenciais.

CÂNCER 21-6 a 21-7

O idealismo é imprescindível, porque apesar de ser contaminado com ideações românticas demais para serem realizadas, ainda assim continua sendo a força necessária para você não se adaptar ao aqui e agora ordinário.

LEÃO 22-7 a 22-8

O pior que pode acontecer é que nada aconteça, portanto, se ainda você teme tomar as decisões erradas e se envolver com o lado equivocado da história, saiba que isso seria preferível a continuar ficando em cima do muro.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Seria melhor que todo mundo fosse transparente e sincero em suas jogadas, mas as coisas não são assim, inclusive porque na maioria dos casos as pessoas são inconscientes de suas verdadeiras motivações, agem como cegas.

LIBRA 23-9 a 22-10

O cenário é de alta complexidade, portanto, não seria sábio se precipitar a tomar decisões que envolvem tantas coisas e têm tantas ramificações existenciais. Tome o tempo que seja necessário para amadurecer.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Continue fazendo suas articulações, e no meio dessas continue amadurecendo no sentido de puxar menos a sardinha para seus exclusivos interesses, e se envolver na luta para que todos saiam ganhando da situação atual.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Pequenas conquistas são importantes, porque oferecem segurança e consistência ao seu caminho. Procure festejar as pequenas conquistas, sem perder a dimensão que elas verdadeiramente ocupam em sua vida.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Você pode usar as palavras para enganar e continuar consolidando do seu castelo de areia, ou você pode usar as palavras para se livrar das amarras que prendem você às limitações e se lançar à aventura.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

A medida de segurança que você gostaria de ter neste momento não é a que se encontra imediatamente disponível, porém, ainda assim não há motivo de angústia nisso, apenas o proceder natural de todo amadurecimento.

PEIXES 20-2 a 20-3

Se para grandes coisas sua alma imagina ter nascido, então lhe cabe agir com grandeza, evitando cair na tentação da mesquinharia, que é a moeda corrente de quase todos os relacionamentos humanos civilizados. Saia dessa.

Streaming Série

Mulher que teria inspirado 'Bebê Rena' diz ser alvo de assédio

Na produção, inspirada em caso real, o ator Richard Gadd narra episódio em que foi perseguido por uma stalker

A mulher que teria inspirado a personagem de uma stalker em *Bebê Rena*, da Netflix, acusou o criador da série, Richard Gadd, de transformá-la em alvo de assédio online. Em entrevista exclusiva ao *Daily Mail*, ela declarou: "Ele está usando *Bebê Rena* para me perseguir agora. Eu sou a vítima. Ele escreveu uma maldita série sobre mim."

Bebê Rena retrata a relação entre Gadd, que também atua como o protagonista, e uma mulher mais velha, que passa a persegui-lo. Desde seu lançamento, a série atingiu 13 milhões de visualizações e liderou rankings em 30 países.

"Eles me retrataram como essa mulher louca na série e agora estou recebendo ameaças de morte e insultos todos os dias", disse a mulher. Ela também destacou a invasão de sua privacidade: "Minha vida foi exposta sem o meu consentimento. Como posso não ser a vítima aqui?"

GRAVIDADE. A polícia de West Midlands, na região central da Inglaterra, interveio após a escalada de acusações falsas e ameaças feitas nas redes sociais. Gadd, por sua vez, defendeu a intenção da série: "A ideia nunca foi prejudicar alguém, mas destacar a gravidade do assédio". Ele fez um apelo aos espectadores em um post em sua conta no Instagram: "Por favor, não especulem sobre quem são as pessoas reais. Isso distrai do propósito da nossa produção".

A mulher, que considera medidas legais contra o ator, criticou a resposta de Gadd: "É muito fácil dizer que é para conscientização quando você não é o alvo das consequências", afirmou. ● LARISSA GODOY

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Não é possível apertar as mãos com os punhos fechados"* **Golda Meir**

Teatro *Monólogo*

Vera Holtz mostra sua capacidade de improviso nos palcos com 'Ficções'

Na peça, baseada no livro 'Sapiens', de Yuval Noah Harari, ela interage com a plateia; trilha sonora também é destaque

SABRINA LEGRAMANDI

A atriz Vera Holtz volta aos palcos em São Paulo a partir de maio para o monólogo *Ficções*, inspirado no livro best-seller *Sapiens – Uma Breve História da Humanidade* (Ed. L&PM), do israelense Yuval Noah Harari. A peça estreia uma nova temporada no Teatro Faap, em Higienópolis.

Ficções, que aborda a capacidade humana em criar, já esteve no palco do Teatro Faap no início do ano passado. A peça é uma adaptação do livro de Harari escrita por Rodrigo Portella e idealizada por Felipe Heráclito Lima. "Apesar do texto denso, científico, a mensagem era poderosa, ampla, e nos ajuda a refletir sobre os dias atuais", comentou Felipe em entrevista ao **Estadão** à época da estreia, em 2023.

ALEX SILVA/ESTADÃO – 16/1/2023

Atriz vive vários personagens ao tratar do nascimento da humanidade

Sapiens virou "leitura obrigatória" até entre nomes como Bill Gates e Mark Zuckerberg. O livro narra o surgimento do *Homo sapiens* sob a premissa de que o destaque da espécie em relação a outras esteve diretamente ligado à capacidade de criar narrativas e mitos.

Vera assume diferentes personagens em cenas marcadas por improvisos e por uma forte interação com a plateia. Ela divide o palco com Federico Puppi, autor da trilha sonora. "Os improvisos dele com o violoncelo ajudam a trabalhar com o imaginário da plateia de poder criar e descriar", comentou ela, também em 2023, em entrevista ao **Estadão**. ●

Ficções
Teatro Faap. Rua Alagoas, 903
De 10 de maio a 28 de julho.
Ingressos de R$ 21 (meia-entrada, mezanino) a R$ 160 (inteira, plateia)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4dhh6mQ

Cada uma das cinco grandes divisões da Terra; Ocidente (abrev.); Apaixonado; Tricampeão (red.); Romance de José de Alencar (Lit.); A esposa do filho; Descontente; aborrecido; Base do quadro; Esticada (a corda); Brinquedo giratório do parque; Soltar a "voz" (o gato); Membro de insetos; (?) Sorrah, atriz; A S A; Libido de animais; Eu, em italiano; (?) branca: plena autorização; O céu que não tem nuvens; Interjeição para chamar; Ligado; unido; Trabalho feito com o bisturi; Acabam; terminam; Que ocorre a cada 30 dias; Lesão da mucosa bucal; Depósito; Componente do concreto; Acender (o fogo); Vasilha para sopa; Nariz, em inglês; 100, em romanos; Seduzido; fascinado; Beco; viela; Cidade fluminense no sopé da Serra; Cada artigo de um contrato; Capital da Alemanha; A classe dos príncipes; Raio que lê CDs; Espécie de cervo; Instituto que realiza autópsias (sigla); (?) grosso: tempero do churrasco; Post-(?), adesivo para recados; Alimento como o chuchu; (?) Min, bruxa criada por Disney; Luciana Mello, cantora brasileira

BANCO 2/io — it. 4/alta — nose. 5/carta — corte — laser. 6/berlim.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, os irmãos que auxiliam Bran Stark na sua busca pelo corvo de três olhos na saga "Game of Thrones" (TV).

Definição							
Banda pop de "It's My Life" (Mús.).	1	2	3		2	4	5
Máquinas.	6	2	7		8	9	10
Vala; valeta.	10	11	8		9	7	11
Canteiro onde se semeiam plantas.	4	5	4		5	8	2
Adornos para as orelhas.	1	8	5		12	2	10
Consistência do sorvete.	12	8		6	2	10	11
Caule de certas palmeiras.	13	11	14		5	7	2
A de números chama-se lotomania.	14	2	7		8	5	11
Ordenar com símbolos aritméticos.	3	15	6		8	11	8
Gênero cômico do Teatro musicado.	2	13	9		9	7	11
(?) de calçadas, forma comum de desperdício de água.	14	11	4		16	9	6
Administrador.	16	9		9	3	7	9
Ardor; ardência.	15	8		3	12	5	11
Dar como presente.	2	17		8	7	11	8
A letra "F" da sigla STF.	17	9		9	8	11	14

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4bhJOlV

Nível Fácil

			4	7		3		
	3					7	2	
6	7	1		9		8		
				8				5
4		3	1		2	6		9
7				3				
		7		4		1	6	2
	9	2					4	
		6		2	1			

SOLUÇÕES

Reforma após 22 anos inclui regras para herança digital e proteção a pets

IA e conceito de família no Código Civil repaginado

Anteprojeto do Código Civil, elaborado por comissão de juristas, chegou ao Senado no último dia 17

Uma ampla reforma do Código Civil, atualmente em debate no Senado, pretende aprimorar e atualizar o conjunto de normas com impacto direto no dia a dia das pessoas, passando por regras sobre casamento, divórcio, sucessão, herança e contratos. A atual legislação foi sancionada em 2002 e entrou em vigor no ano seguinte, em substituição à lei anterior, de 1916.

A comissão de 40 juristas que elaborou a reforma do Código Civil – com a sugestão de mais de mil revisões na lei – foi instalada em agosto do ano passado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Comandado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Felipe Salomão, o grupo propôs, além da atualização de temas já consagrados no Direito Civil, a criação de um livro próprio dedicado ao Direito Digital.

Assim, entraram no anteprojeto do Código Civil enviado ao Senado na semana passada itens como transmissão hereditária de contas nas redes sociais, critérios para criação de imagens de pessoas mortas por inteligência artificial (IA), ampliação do conceito de família, reconhecimento jurídico de pets e regulamentação da doação de órgãos.

"O Código Civil é o diploma que rege a vida do cidadão comum, rege toda a nossa vida em sociedade. Nós temos um código que, embora tenha pouco mais de 20 anos, a comissão que elaborou essas primeiras regras é de 40 anos atrás", disse Salomão ao **Estadão**. "Nesse meio-tempo, a sociedade mudou muito. Houve impactos da tecnologia que transformaram todas as relações jurídicas. Contratos, reprodução assistida, direito digital. É preciso, e todos os países do mundo estão fazendo isso, adaptar as legislações, atualizando seus preceitos para proteção de dados, para essa vida que migra do analógico para o digital."

Após a fase de discussões, a proposta vai tramitar por comissões da Casa e, depois, será analisada pelos senadores em plenário. O debate deve enfrentar um ambiente conflagrado, sobretudo em relação a pautas identitárias, que remetem à atual polarização política e ideológica no País. O desafio agora será como tratar, na forma da lei, costumes e avanços tecnológicos que se tornaram parte da realidade do Brasil nas últimas duas décadas.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO – 16/4/2024

Grupo de trabalho

'É preciso adaptar as legislações, atualizando preceitos para essa vida que migra do analógico para o digital', afirma o ministro Salomão

PATRIMÔNIO DIGITAL. Em um capítulo intitulado "Direito Digital", os juristas definiram que os brasileiros poderão transmitir o seu "patrimônio digital" em testamento. O objetivo da mudança é garantir aos sucessores a possibilidade de acessar conteúdos da pessoal falecida na internet e "pleitear a exclusão da conta ou a sua conversão em memorial, diante da ausência de declaração de vontade do titular". Em caso de ausência de herdeiros, as contas nas redes sociais terão de ser excluídas, de acordo com o texto, após 180 dias da comprovação do óbito.

A comissão presidida por Salomão estabeleceu ainda que o "patrimônio digital" dos brasileiros é composto por "dados financeiros, senhas, contas de mídia social, ativos de criptomoedas, tokens não fungíveis ou similares, milhagens aéreas, contas de games e jogos cibernéticos, conteúdos digitais como fotos, vídeos, textos, ou quaisquer outros ativos digitais, armazenados em ambiente virtual".

Todas essas questões surgiram com o avanço do universo digital no cotidiano dos cidadãos. O Brasil não possui, até o momento, uma legislação específica sobre as heranças digitais. Segundo a advogada Bruna Zanini, vice-presidente da Comissão de Propriedade Intelectual da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, "para proteger e garantir direitos patrimoniais dos herdeiros, os operadores do Direito utilizam-se da legislação geral para aplicação caso a caso, a jurisprudência dos tribunais e termos de uso das plataformas de aplicação de internet".

"Acredita-se que, em um futuro próximo, teremos uma legislação suficiente para equilibrar os direitos patrimoniais que circundam uma conta de rede social monetizada com direitos de privacidade e inviolabilidade da intimidade da pessoa falecida", disse a advogada em artigo publicado no *Blog do Fausto Macedo*, do **Estadão**.

FAKE NEWS. A reforma do Código Civil incorporou pontos do Projeto de Lei das Fake News, ao propor a responsabilização das plataformas digitais – civil e administrativamente – em caso de danos causados por conteúdos de usuários. O anteprojeto defende a punição das empresas por "descumprimento sistemático" de deveres e obrigações previstos no código.

Também em convergência com o PL das Fake News, os juristas sugerem que os ter- ➔

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO –17/4/2024

mos de uso das plataformas tenham uma linguagem de fácil compreensão, pedem que as redes criem mecanismos eficazes de reclamação e de verificação da idade de crianças e adolescentes e proíbam direcionamento de publicidade para esse público.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. No mesmo capítulo, a comissão busca garantir direitos fundamentais e a implementação de sistemas confiáveis de inteligência artificial. Para os juristas, é necessário que as plataformas sejam transparentes, auditáveis, rastreáveis e supervisionadas por seres humanos. O grupo sugere uma legislação específica para que o uso da tecnologia "em áreas relevantes para os direitos fundamentais e de personalidade" seja monitorado e regulamentado.

No caso de (re)criação de imagens de pessoas, ela é permitida desde que haja consentimento expresso. O conteúdo fica sujeito à lei de direitos autorais e é obrigatória a menção do uso de inteligência artificial. Em julho do ano passado, a veiculação de um comercial que recriou a imagem e a voz da cantora Elis Regina, morta em 1982, por meio de IA, provocou polêmica, com debates sobre o direito à imagem de quem já morreu e a possibilidade de simular um encontro entre pessoas vivas e falecidas. Na peça, Elis aparece com a filha, a cantora Maria Rita.

O livro sobre Direito Digital previsto na reforma do Código Civil prevê "respeito à dignidade, à reputação e ao legado da pessoa natural representada". Segundo a proposta, a criação de imagens não deve ser difamatória, desrespeitosa ou contrária ao modo de ser ou de pensar da pessoa retratada.

CONCEITO DE FAMÍLIA. A nova proposta do Código Civil sugere modificar o conceito de família. O texto vigente estabelece que tanto o casamento civil quanto a união estável ocorrem entre "o homem e a mulher". O relatório apresentado agora, por sua vez, prevê que o "casamento se realiza quando duas pessoas livres e desimpedidas manifestam, perante o celebrante, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal e o celebrante os declara casados", não mencionando o gênero ou a orientação sexual de cada um dos cônjuges.

A mudança vai ao encontro do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em julgamento realizado em 2011, permitiu, em votação unânime, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e definiu um novo tipo de família no Brasil. É, no entanto, tema controverso: como questão identitária, enfrenta resistência de parte consistente das bancadas de deputados e senadores no Congresso.

Caso seja aprovada pelo Legislativo, a mudança do Código Civil pretende promover maior segurança para a população LGBT+, conforme a comissão. No ano passado, a comunidade teve o direito ao casamento civil ameaçado na Câmara – ala de parlamentares conservadores resgatou projeto que vetava a equiparação de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo ao casamento ou à entidade familiar.

A proposta ainda define a existência da "sociedade convivencial", resultante da união estável, e dos "conviventes", pessoas unidas civilmente. Também prevê o divórcio ou a dissolução de união estável solicitados por uma das pessoas do casal, sem a necessidade de ação judicial. O pedido deve ser feito no cartório onde foi registrada a união.

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. Os animais domésticos, que atualmente são tratados como bens móveis pelo Código Civil, passam a ser reconhecidos juridicamente no anteprojeto levado ao Senado. A proposta da comissão sustenta que eles são "seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial".

O texto estabelece ainda uma "pretensão reparatória" aos animais que sofrerem "danos" por violência e maus-tratos e afirma que a guarda e as despesas de manutenção de pets podem ser compartilhadas entre ex-cônjuges.

TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS. Está prevista na reforma uma tentativa de garantir maior segurança jurídica para os transplantes de órgãos. Em 2023, 65 mil pessoas aguardavam por um transplante no Brasil. O número é um dos maiores dos últimos 25 anos.

O anteprojeto traça um limite entre o início e o fim da vida dos cidadãos brasileiros. O texto destaca que a "personalidade civil do ser humano começa do nascimento com vida e termina com a morte encefálica". A alteração, de acordo com a professora Rosa Maria de Andrade Nery, relatora da parte geral do código, pode trazer mais segurança e efetividade para os transplantes de órgãos.

O anteprojeto do Código Civil garante que as doações de órgãos sejam feitas sem a autorização familiar, caso o falecido tenha deixado, por escrito, a sua permissão. Em situações nas quais o documento inexiste, a ordem de sucessão legal será seguida para adquirir ou não a aprovação.

Atualização
Comissão de 40 juristas elaborou a reforma do Código Civil com a sugestão de mais de mil revisões na lei

REPRODUÇÃO ASSISTIDA. A comissão de juristas apresentou uma proposta de regulamentação da reprodução assistida, definida como a "decorrência do emprego de técnicas médicas cientificamente aceitas que, ao interferirem diretamente no ato reprodutivo, viabilizam a fecundação e a gravidez". Pelo anteprojeto, as pessoas que nascerem a partir desses métodos devem ter os "mesmos direitos e deveres garantidos às pessoas concebidas naturalmente".

Também é determinado que qualquer pessoa maior de 18 anos pode se submeter ao tratamento, manifestando sua "inequívoca vontade", desde que a doação não tenha caráter lucrativo ou comercial.

O tratamento deverá ser indicado por especialistas, se houver possibilidade de êxito e não apresentar risco à saúde dos pacientes. Os dados das pessoas envolvidas na reprodução assistida serão sigilosos, não "podendo ser facilitadas nem divulgadas informações que permitam a identificação do doador e do receptor".

Ainda de acordo com a revisão do Código Civil, o método da "cessão temporária de útero", mais conhecido como barriga solidária, é permitido em situações em que "a gestação não seja possível em razão de causa natural ou em casos de contraindicação médica".

No texto, é recomendado que a cedente tenha um vínculo de parentesco com os futuros pais, que não receba dinheiro e que a cessão seja documentada antes dos procedimentos de reprodução assistida. Na avaliação dos juristas, esse processo é uma forma de registrar "a quem se atribuirá o vínculo de filiação" da criança. ● GABRIEL DE SOUSA, JULIA AFFONSO, JULIA CAMIM E RAFAELA FERREIRA

Pontos em discussão

Mudanças que afetam o dia a dia dos cidadãos

● **Casamento**
Legitima a união homoafetiva, reconhecida em 2011 pelo STF. Acaba com as menções a "homem e mulher" nas referências a casal ou família

● **Bens**
Permite alteração do regime de bens do casamento ou da união estável em cartório; hoje, só com autorização judicial

● **Animais**
Considera os animais seres capazes de ter emoções, com proteção jurídica própria

● **Dívidas**
Proíbe penhora de imóvel do devedor e sua família se for o único bem que possuírem. Moradia de alto padrão pode ser penhorada em 50%

● **Direito digital**
Define como patrimônio digital perfis e senhas de redes sociais, criptomoedas, contas de games, fotos, vídeos, textos e milhas aéreas. O patrimônio digital pode ser herdado

● **IA**
Exige a identificação clara do uso de inteligência artificial e também uma autorização para criação de imagens, por meio da tecnologia, de pessoas vivas e falecidas

Artes Visuais

Na obra de Dalí, subjetividade se torna aspecto central da criação

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Paredes retroiluminadas possibilitam aos visitantes ver ampliadas as obras mais importante das diferentes fases da carreira do artista

Continuação na página C1

Mostra que abre nesta 4.ª ajuda a compreender como o movimento surrealista propôs nova percepção da mente humana

THAIS FERRAZ
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Os originais das obras recriadas para a mostra Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal, que começa nesta quarta, 1.º, estão espalhados por mais de 20 museus e coleções particulares do mundo. Para Roberto Souza Leão, fundador do Instituto Totex, responsável pela organização da exposição, isso oferece oportunidade única de ver em conjunto a produção mais importante das diferentes fases da carreira do artista, "desde a primeira exposição, aos 16 anos, até a final".

A mostra é dividida em seis áreas. Na primeira, Descobrindo Dalí, paredes retroiluminadas contam a trajetória pessoal e exibem a produção do artista, em diálogo com os acontecimentos do século 20. A segunda, Dalí Poliédrico, oferece um vislumbre de seu multitalento, reunindo trabalhos em diversas áreas. Na terceira, está uma reprodução do ateliê do pintor em Port Lligat, uma isolada vila de pescadores localizada a poucas horas de Barcelona. Nas três etapas finais, é possível participar de uma inserção sensorial nos quadros, conhecer as experiências estéticas e científicas do pintor e mergulhar em seu universo com óculos de realidade virtual.

Celita Procopio de Carvalho, presidente do conselho de curadores da Faap, diz que a expectativa de público é a mais alta possível. "O Brasil é o primeiro país a receber a exposição, sob licença e supervisão da Fundação Gala-Dalí, que, depois, seguirá para outros países. Esperamos um público amante das artes, ávido por cultura e por conhecer mais sobre esse artista fascinante. É um mergulho no surrealismo, que promete impactar profundamente os visitantes", diz.

MANIFESTO. Em 2024, o Surrealismo completa cem anos. O movimento nasceu em outubro de 1924, quando o poeta francês André Breton publicou o primeiro *Manifeste du Surréalisme*, defendendo o "automatismo psíquico em estado puro", "ditado pelo pensamento, na ausência de qualquer controle exercido pela razão, isento de qualquer preocupação estética ou moral". "Foi um movimento crucial. Surgiu em tempos de incerteza e representou um certo tipo de abertura. Havia o objetivo de abrir janelas mentais, de quebrar a ordem", explica Montse Aguer, diretora dos Museus Dalí e figura próxima ao pintor. "Foi um movimento que pretendia influenciar todos os campos do conhecimento, oferecer-se como forma de viver, até de ser, e hoje está integrado na cultura de massas e na cultura popular."

Embora tenha aderido ao movimento tardiamente, Dalí se tornou um nome fundamental do surrealismo. Seus quadros oníricos traziam objetos justapostos, deformados, metamorfoseados; eram repletos de imagens freudianas, mas também de seus próprios símbolos, como ovos, elefantes, muletas e formigas.

Parte desse imaginário veio de Cadaquès, vilarejo onde Dalí costumava passar as férias na infância. "O próprio Dalí dizia: 'Eu me fiz naquelas margens, sou inseparável deste céu, deste mar, destas rochas'", conta Aguer. "A luz única, o vento tramontano, a geologia árida... A paisagem é um elemento-chave na sua obra."

> ***"Projeto apresenta Dalí como ele desejava, um artista renascentista, que queria ter amplo conhecimento e se destacar em todos os campos"***
> **Montse Aguer**
> **Diretora dos Museus Dalí**

Dalí estudou na Academia de Artes de San Fernando, em Madri, onde chamava atenção com seu estilo excêntrico. Passou os anos seguintes produzindo trabalhos fortemente influenciados por Pablo Picasso e Joan Miró, artistas que havia conhecido pessoalmente.

MÉTODO. Mas foi no surrealismo, ao qual aderiu oficialmente em 1929, que Dalí se encontrou. Assimilou rapidamente as ideias do movimento e, em pouco tempo, eclipsou os colegas.

Dalí fez contribuições importantes ao surrealismo. Em 1930, criou o método paranoico-crítico, que consistia em invocar um estado paranoico com objetivo de desconstruir o conceito psicológico de identidade, de tal forma que a subjetividade se tornasse o aspecto principal da obra de arte.

"Hoje, se pedíssemos à maioria das pessoas que pensassem no surrealismo, provavelmente o nome Dalí seria a primeira resposta que lhes viria à mente", afirma Montse. O pintor se tornou, nas palavras da historiadora da arte Dawn Ades, "a figura mais exótica e proeminente do surrealismo". Ênfase em "figura": não só seus quadros desafiavam as convenções, mas também sua personalidade irônica, extravagante e, por vezes, ofensiva. ●

Cinco perguntas para...

Montse Aguer
Diretora dos Museus Dalí, entidade ligada à Fundação Gala-Dalí

Qual a importância do movimento surrealista para a história da arte?
Foi um movimento crucial. Surgiu em tempos de incerteza e representou um certo tipo de abertura. Queriam quebrar a ordem e as convenções estabelecidas, isto é, proclamar a revolução e a libertação do pensamento.

Dalí era uma figura complexa, equilibrando genialidade, excentricidade e publicidade. Como esses aspectos são vistos hoje?
Houve uma evolução na consideração de Dalí. O equilíbrio entre trabalho e caráter nem sempre foi compreendido; agora podemos entender que seu personagem é apenas mais uma parte de sua trajetória artística, uma de suas criações.

A exposição abordará o talento de Dalí em diferentes áreas.
Esse projeto visa apresentar Salvador Dalí como ele queria ser considerado, como humanista, um verdadeiro artista renascentista, que queria ter amplo conhecimento e se destacar em todos os campos. Tal como fizeram os artistas do Renascimento, ele quis ser o criador omnisciente, o humanista que trabalha em diferentes campos da criação e do conhecimento, tendo sempre em mente o ofício da pintura.

Como compreender o Dalí da fase atômica?
É uma etapa fundamental do seu trabalho, pois dialogam duas áreas de profunda importância para ele: a espiritualidade e a ciência. Dalí busca a fé, mas não consegue encontrá-la, e a ciência o ajuda em sua pesquisa sobre a imortalidade.

Onde reside a genialidade de Dalí?
É o artista que, com um profundo conhecimento do passado, projeta sua visão para o futuro. Ele nos provoca, nos faz questionar a nossa visão da realidade. Acima de tudo, por meio de seu trabalho, ele nos ensina a olhar. A realidade não é o que vemos à primeira vista, tem múltiplas leituras que, para o próprio Dalí, apelam à magia. Como ele escreveu: "Acredito na magia, que é, em última análise, apenas o poder de materializar a imaginação em realidade. Nossa era supermecanizada subestima as propriedades da imaginação irracional que não tem nenhuma aparência de praticidade, mas que é, no entanto, a base de toda descoberta". ● T.F.

Desafio Salvador Dalí – Uma Exposição Surreal
MAB Faap. Rua Alagoas, 903, Higienópolis, tel. 3662-7198. ☒
3ª a dom., 10h/21h.
R$ 30/R$ 60. **Até 30/6.**

Sterlite Power
Demonstrações
Financeiras 2023

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"),** é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

Sterlite Brazil Participações S.A.

↓

GBS Participações S.A.

100%

Goyaz Transmissão de Energia S.A.	Borborema Transmissão de Energia S.A.	Solaris Transmissão de Energia S.A.
100%	100%	100%

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A GBS Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Fato relevante

Em março de 2022, a Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$ 1.000.

Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência de um equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano sendo a correção da escritura considerada intempestiva para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação "covenant". Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto a sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário "waiver" para o descumprimento da clausula supracitada está em processo de formalização de através de Assembleia Geral de Debenturistas "AGD", a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como, informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração vencimento antecipado automático.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**8.366**	81.236	**69.814**	147.776
Concessionárias e permissionárias	6	**–**	–	**14.198**	7.189
Ativo de concessão	7	**–**	–	**148.314**	134.086
Prêmio de seguro		**–**	–	**1.691**	1.341
Tributos e contribuições a compensar		**291**	981	**920**	1.321
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	**–**	–	**8**	502
Dividendos a receber	10	**4.722**	3.862	**–**	–
Partes relacionadas	9	**51.282**	50.470	**51.282**	50.470
Outros		**–**	4.366	**–**	4.366
Total do ativo circulante		**64.661**	140.915	**286.227**	347.051
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo da concessão	7	**–**	–	**1.755.486**	1.613.240
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	**353**	–	**6.105**	45.483
Prêmio de seguro		**–**	–	**36**	297
		353	–	**1.761.627**	1.659.020
Investimentos	10	**1.224.153**	1.126.896	**–**	–
		1.224.153	1.126.896	**–**	–
Total do ativo não circulante		**1.224.506**	1.126.896	**1.761.627**	1.659.020
Total do ativo		**1.289.167**	1.267.811	**2.047.854**	2.006.071

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	**5.164**	539	**28.437**	87.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**622.369**	–	**651.873**	6.030
Tributos e contribuições sociais		**9**	17	**1.010**	1.665
Imposto de renda e contribuição social		**–**	–	**1.064**	199
PIS e COFINS diferidos	13	**–**	–	**5.808**	4.894
Salários e encargos sociais		**–**	–	**4.419**	7.812
Encargos setoriais		**–**	–	**1. 018**	327
Dividendos a pagar		**1.828**	1.828	**1.828**	1.828
Outras contas a pagar		**–**	–	**1.719**	46
Total do passivo circulante		**629.370**	2.384	**697.176**	110.230
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**–**	598.964	**545.772**	1.101.119
Provisão para contingências	21	**–**	–	**17.726**	13.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**–**	–	**58.638**	56.683
PIS e COFINS diferidos	13	**–**	–	**68.745**	58.363
Total do passivo não circulante		**–**	598.964	**690.881**	1.229.378
Patrimônio líquido					
Capital social		**475.820**	475.820	**475.820**	475.820
Reservas de lucros		**183.977**	190.643	**183.977**	190.643
		659.797	664.463	**659.797**	664.463
Total do patrimônio líquido	14	**659.797**	666.463	**659.797**	666.463
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.289.167**	1.267.811	**2.047.854**	2.006.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**–**	–	**92.964**	754.602
Remuneração do ativo de concessão líquido		**–**	–	**161.515**	89.486
Receita de operação e manutenção líquida		**–**	–	**6.043**	5.048
Receita operacional líquida	15	**–**	–	**260.522**	849.136
Custo de implementação de infraestrutura	16	**–**		**(90.931)**	(544.766)
Custo de operação e manutenção	17	**–**	–	**(10.620)**	(4.400)
Lucro bruto		**–**	–	**158.971**	299.970
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	**(385)**	(1.618)	**(15.230)**	(13.714)
Outras receitas/(despesas)	19	**–**	–	**8.589**	–
Resultado de equivalência patrimonial	10	**90.461**	264.113	**–**	–
Lucro antes do resultado financeiro		**90.076**	262.495	**152.330**	286.256
Receitas financeiras	20	**450**	967	**4.683**	6.870
Despesas financeiras	20	**(97.192)**	(67.920)	**(157.337)**	(68.824)
Resultado financeiro líquido		**(96.742)**	(66.953)	**(152.654)**	(61.954)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**(6.666)**	195.542	**(324)**	224.302
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	**–**	–	**(4.384)**	(2.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	**–**	–	**(1.958)**	(26.543)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(6.666)**	195.542	**(6.666)**	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(6.666)**	195.542	**(6.666)**	195.542
Total de resultados abrangentes	**(6.666)**	195.542	**(6.666)**	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	- (*)	–	–	**(3.071)**	**(3.071)**	**100**	**(2.971)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 11 de fevereiro de 2022	447.016	–	–	–	447.016	(100)	446.916
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	2.170	–	–	–	2.170	–	2.170
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2022	25.000	–	–	–	25.000	–	25.000
Aumento de capital conforme AGE de 01 de setembro de 2022	1.634	–	–	–	1.634	–	1.634
Lucro líquido do exercício	–	–	–	195.542	195.542	–	195.542
Constituição de reserva legal	–	9.624	–	(9.624)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.828)	(1.828)	–	(1.828)
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	181.019	(181.019)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**475.820**	**9.624**	**181.019**	**–**	**666.463**	**–**	**666.463**
Prejuízo do exercício	–	–	–	**(6.666)**	**(6.666)**	–	**(6.666)**
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	**(6.666)**	**6.666**	**–**	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**475.820**	**9.624**	**174.353**	**–**	**659.797**	**–**	**659.797**

(*) O Capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 100 reais, constituídos em 23 de agosto de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**(6.666)**	**195.542**	**(324)**	**224.302**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(90.461)	(264.113)	–	–
PIS e COFINS diferidos	–	–	11.296	30.414
Constituição de provisão para contingências	–	–	4.513	13.213
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.850	–	39.337	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	45.289	54.412	79.451	89.139
Apropriação dos custo de captação de debêntures	2.635	4.000	2.706	4.000
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Ativo de concessão	–	–	(156.474)	(847.493)
Concessionárias e permissionárias	–	–	(7.009)	(7.189)
Tributos a compensar	690	(981)	401	(916)
Prêmio de seguro	–	–	(89)	13
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(353)	94	39.872	88.269
Partes relacionadas	(812)	(679)	(812)	(679)
Outros	4.366	(5.793)	4.366	(5.509)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	4.625	539	(58.992)	(114.642)
Tributos e contribuições sociais	(8)	(249)	(655)	(3.392)
Salários e encargos sociais	–	–	(3.393)	7.466
Encargos setoriais	–	–	691	–
Outros	–	–	1.673	(2.688)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(3.522)	1.037
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(11.845)**	**(17.228)**	**(46.964)**	**(524.655)**
Aportes de capital em controladas	–	(400.229)	–	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(7.656)	(19.500)	–	–
Caixa proveniente de controlada adquirida	–	–	–	49.094
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(7.656)**	**(419.729)**	**–**	**49.094**
Redução de capital social	–	30.231	–	30.231
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	600.000	61.207	828.736
Custo de captação de debêntures	–	(32.757)	–	(33.256)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.266)	(58.435)	(15.584)	(171.918)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.103)	(20.851)	(76.621)	(30.461)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(53.369)**	**518.188**	**(30.998)**	**623.332**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(72.870)**	**81.231**	**(77.962)**	**147.771**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**81.236**	**5**	**147.776**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**8.366**	**81.236**	**69.814**	**147.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social

A GBS Participações S.A. ("Companhia" ou "GBS"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, andar 12 - Sala E - Cidade Monções, no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela Companhia, por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. Os saldos das controladas na data base da transferência do controle estão mencionados na Nota 4.
1.2. Das Concessões: As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24 R$	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24 Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	47.235	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	58.636	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	34.227	02/2018

Borborema: O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Goyaz: O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Solaris: O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente

continua→★

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Borborema: O contrato de concessão assegura RAP no montante de R$25.700 (R$47.235 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados. Em 09 de setembro de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

Tabela 1 - investimento (R$), O$M (%) e RAP (R$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/ 2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II Instalação do 2° banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1° banco de transformadores.	**87.713.179,14**	**2,0**	**10.759.038,21**	**4.1, a.**	**12.021.203,90**
Total	**87.713.179,14**	**–**	**10.759.038,21**	**–**	**12.021.203,90**

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A.. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados. Goyaz: O contrato de concessão assegura RAP no montante de R$25.320 (R$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. Solaris: Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R$), O$M (%) e RAP (R$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3 Instalação dos 3° e 4° bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	**94.973.138,65**	**2,0**	**12.869.730,48**	**4.1, a.**
Total	**94.973.138,65**	**–**	**12.869.730,48**	**–**

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.. O contrato de concessão assegura RAP no montante de R$31.430 (R$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, 50% do elemento 2 SE 500/230 kV Janaúba 3 com Parcela RAP de 26,64% da Solaris foi energizado, e em 9 de julho 100% do elemento 2 foi concluído. A Solaris em setembro de 2022, encontra-se 100% em operação, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e, ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023. A Solaris, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. Em 31 de dezembro de 2023, a Solaris se encontra 100% em operação. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 12 de abril de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 564.709 na controladora e R$ 410.949 no consolidado (positivo em R$ 138.531 na controladora e positivo em R$ 236.821 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R$ 599.745 na controladora e consolidado, respectivamente correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures, que ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado da dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 12. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44% Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviços. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	**100**	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	**100**	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	**100**	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionarias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda

continua→★

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real. As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil, o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023
A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e depósitos bancários	**766**	62.519	**16.488**	76.879
Aplicações financeiras (i)	**7.600**	18.717	**53.326**	70.897
	8.366	81.236	**69.814**	147.776

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas em 2023 pelo CDI, entre 70% e 98% (97% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade na controladora foi de R$ 450 e no consolidado foi de R$ 4.608 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 967 na controladora e R$ 6.870 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Concessionárias e permissionárias	**14.198**	7.189
	14.198	7.189

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**1.747.326**	–
Ativo adquirido com a aquisição das Controladas	–	899.833
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**98.755**	766.125
Remuneração do ativo de concessão	**169.806**	107.700
Receita de operação e manutenção	**9.892**	6.581
(-) Faturamento	**(121.979)**	(32.913)
Saldo final	**1.903.800**	1.747.326
Circulante	**148.314**	134.086
Não circulante	**1.755.486**	1.613.240

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamento a funcionários	–	–	**8**	8
Adiantamento a fornecedores	**353**	–	**6.105**	45.977
	353	–	**6.113**	45.985
Circulante	–	–	**8**	502
Não circulante	**353**	–	**6.105**	45.483

Os saldos de adiantamentos a fornecedores consolidados serão realizados conforme apresentação dos custos finais das obras dos projetos das transmissoras.

9. PARTES RELACIONADAS

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Sterlite Brazil Participações S.A.	51.282	50.470	51.282	50.470
Total	**51.282**	**50.470**	**51.282**	**50.470**

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):

31/12/2023

Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (*)
Borborema	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739
Total			**1.987.562**	**763.409**	**1.224.153**	**90.461**

31/12/2022

Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (*)
Borborema	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	72.392
Goyaz	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	38.884
Solaris	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	152.837
Total			**1.869.016**	**742.120**	**1.126.896**	**264.113**

(*) Resultado do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, data em que as investidas passaram a ser Controladas pela Companhia.

b) Movimentação dos investimentos:

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/22	Aquisição de investimento	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/23
Borborema	311.825	–	–	41.652	(396)	7.656	360.737
Goyaz	407.131	–	–	16.070	(153)	–	423.048
Solaris	407.940	–	–	32.739	(311)	–	440.368
Total	**1.126.896**	–	–	**90.461**	**(860)**	**7.656**	**1.224.153**

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/21	Aquisição de investimento	Aportes de capital	Equivalência patrimonial (*)	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/22
Borborema	–	178.701	41.958	72.392	(726)	19.500	311.825
Goyaz	–	99.137	269.498	38.884	(388)	–	407.131
Solaris	–	167.843	88.773	152.837	(1.513)	–	407.940
Total	–	**445.681**	**400.229**	**264.113**	**(2.627)**	**19.500**	**1.126.896**

(*) As investidas passaram a ser controladas pela Companhia a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

c) Dividendos a receber:

Investida	**2023**	**2022**
Borborema	1.576	1.180
Goyaz	712	559
Solaris	2.434	2.123
Total	**4.722**	**3.862**

11. FORNECEDORES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de materiais e serviços (i)	**5.164**	539	**11.887**	539
Relacionados a implementação da infraestrutura	–	–	**9.151**	76.445
Retenções contratuais (ii)	–	–	**7.399**	10.446
	5.164	539	**28.437**	87.429

(i) O saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	–	–	17.336	9.379
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	–	–	41.216	26.885
Total Banco Banco do Brasil				–	–	**58.552**	**36.264**
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	–	–	85.193	74.134
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	–	–	62.130	54.064
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	–	–	114.154	102.677
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	–	–	17.604	15.836
Total BNB				–	–	**279.081**	**246.711**
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	622.369	598.964	622.369	598.964
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	–	–	59.739	55.268
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	–	–	177.904	169.942
Total debêntures				**622.369**	**598.964**	**860.012**	**824.174**
Total				**622.369**	**598.964**	**1.197.645**	**1.107.149**
Circulante				622.369	–	651.873	6.030
Não circulante				–	598.964	545.772	1.101.119

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Controladora

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	GBS	598.964	–	–	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		**598.964**	–	–	**2.635**	**28.850**	**45.289**	**(8.266)**	**(45.103)**	**622.369**

Controladora

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022
CCB Banco Modal, Ponte)	GBS	52.595	–	–	4.000	–	1.840	(58.435)	–	–
Debêntures	GBS	–	600.000	(32.757)	–	19.002	33.570	–	(20.851)	598.964
Total		**52.595**	**600.000**	**(32.757)**	**4.000**	**19.002**	**35.410**	**(58.435)**	**(20.851)**	**598.964**

Consolidado

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	–	16	–	6.599	(4.131)	(6.665)	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	15.836	2.415	–	–	–	1.065	(637)	(1.075)	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	–	1	–	844	(721)	(571)	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	–	54	–	2.656	(1.829)	(1.882)	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	–	–	–	2.685	3.534	–	(1.748)	59.739
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	–	–	–	4.895	–	(5.056)	85.193
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	–	–	–	3.759	–	(3.871)	62.130
Debêntures	Solaris	169.942	–	–	–	7.802	10.810	–	(10.650)	177.904
Debêntures	GBS	598.964	–	–	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		**1.107.149**	**61.207**	–	**2.706**	**39.337**	**79.451**	**(15.584)**	**(76.621)**	**1.197.645**

Consolidado

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Aquisições de investimentos	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	–	85.285	18.035	–	–	–	6.251	–	(6.894)	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	–	13.014	2.781	–	–	–	1.147	–	(1.106)	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	–	–	9.379	–	–	–	–	–	–	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	–	–	26.885	–	–	–	–	–	–	26.885
Debêntures	Borborema	–	50.145	–	(499)	–	2.616	3.008	–	–	55.268
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	–	–	73.852	–	–	–	1.201	–	(919)	74.134
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Solaris	–	–	53.804	–	–	–	951	–	(691)	54.064
Debêntures	Solaris	–	152.763	–	–	–	7.355	9.824	–	–	169.942
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	–	67.109	–	–	–	–	1.492	(68.601)	–	–
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	–	–	44.000	–	–	–	882	(44.882)	–	–
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	–	–	–	4.000	–	1.840	(58.435)	–	–
Debêntures	GBS	–	–	600.000	(32.757)	–	19.002	33.570	–	(20.851)	598.964
Total		**52.595**	**368.316**	**828.736**	**(33.256)**	**4.000**	**28.973**	**60.166**	**(171.918)**	**(30.461)**	**1.107.149**

continua→★

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

c) Por vencimento:

	Consolidado
2025	16.429
2026	17.436
2027	18.993
2028	20.563
2029	22.135
2030	23.670
2031	24.167
Após 2032	402.379
Total das obrigações	**545.772**

GBS Participações: A Companhia GBS Participações realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731% a.a. Em março de 2022 a Companhia assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R$600.000 referente a Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembléia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. Borborema: A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Boborema recebeu o montante de R$136.238, sendo R$118.036 destinados a áreas prioritárias e R$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Borborema ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. Solaris: A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R$150.056, sendo aproximadamente R$87.000 destinados a áreas prioritárias e R$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$75.390, sendo R$43.664 destinados a áreas prioritárias e R$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$52.266, sendo R$30.188 destinados a áreas prioritárias e R$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$19.398, sendo R$11.220 destinados a áreas prioritárias e R$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. Goyaz: Em fevereiro de 2022 a Goyaz firmou um empréstimo ponte no montante total de R$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. Em março de 2022 a Goyaz quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R$68.601 e R$44.882.

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ	**38.075**	37.289
CSLL	**20.563**	19.394
IR e CS diferidos	**58.638**	56.683
PIS	**13.277**	11.266
COFINS	**61.276**	51.991
PIS e COFINS diferidos	**74.553**	63.257
Tributos passivos	**133.191**	119.940
Circulante	**5.808**	4.894
Não circulante	**127.383**	115.046

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado 2023		Consolidado 2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	260.522	260.522	849.136	849.136
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	(20.842)	(31.263)	(67.931)	(101.896)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.210)	(2.814)	(16.983)	(9.171)
Outros ajustes	4.447	1.619	(327)	(62)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	**(764)**	**(1.194)**	**(17.310)**	**(9.233)**
Receita realizada	115.012	115.012	39.913	39.913
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	9.201	13.801	2.633	2.633
Receitas financeiras	2.687	2.687	1.838	1.838
Base de cálculo total	**11.888**	**16.488**	**4.471**	**5.788**
Outros ajustes	24	48	249	329
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.948)**	**(1.436)**	**(1.367)**	**(850)**

Impostos diferidos: (i) o saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	31/12/2022	Outros movimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(37.381)	70	(764)	(38.075)
Contribuição social	(19.302)	(67)	(1.194)	(20.563)
Não circulante	**(56.683)**	**3**	**(1.958)**	**(58.638)**

Consolidado	31/12/2021	Aquisição de investimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo/passivo				
Imposto de renda	–	(20.071)	(17.310)	(37.381)
Contribuição social	–	(10.069)	(9.233)	(19.302)
Não circulante	**–**	**(30.140)**	**(26.543)**	**(56.683)**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$475.820, representado por 475.820.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R$1 real cada. b) Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R$ 9.624 em 31 de dezembro de 2023 e 2022).

c) Destinação do lucro líquido do exercício:

Destinação dos lucros	2023	2022
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	(6.666)	195.542
Absorção de prejuízos acumulados	–	(3.071)
Constituição da reserva legal (i)	–	(9.624)
Base de cálculo de dividendos	**–**	**182.847**
Dividendos mínimos obrigatórios (iii)	–	(1.828)
Reserva de retenção de lucros (ii)	–	(181.019)
Absorção de prejuízo do exercício	**(6.666)**	**–**

(i) Reserva legal constituído com base em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Mínimo obrigatório previsto no estatuto social de 1% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**98.755**	766.125
Remuneração do ativo de concessão	**169.806**	107.700
Receita de operação e manutenção	**9.892**	6.581
Total da receita bruta	**278.453**	880.406
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	**(1.125)**	(4.035)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(1.351)**	–
PIS diferido sobre operação e manutenção	**(443)**	(1.534)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**(4.665)**	(7.487)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(6.940)**	(18.214)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	**(1.866)**	–
Total de deduções	**(16.390)**	(31.270)
Encargos setoriais	**(1.541)**	–
Receita operacional líquida	**260.522**	849.136
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	**(90.931)**	544.766
Margem de implementação da infraestrutura	**3.938**	200.702
Margem de implementação de infraestrutura%	**4,33%**	36,84%

16. CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	**(41)**	(29.172)
Serviços de terceiros	**(1.530)**	(79.821)
Gastos ambientais	**–**	(2.837)
Terrenos	**(12.406)**	(3.493)
Edificações, máquinas e equipamentos	**(77.923)**	(365.167)
Servidão	**6.926**	(8.653)
Capitalização de juros	**(2.986)**	(34.819)
Outros	**(2.971)**	(20.804
Total	**(90.931)**	**(544.766)**

17. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	**(355)**	(1.597)
Serviços de terceiros	**(7.224)**	(2.343)
Outros	**(3.041)**	(460)
Total	**(10.620)**	(4.400)

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal e encargos	**–**	–	**(7.333)**	(1.564)
Serviços de terceiros	**(419)**	(1.617)	**(4.421)**	(9.354)
Material	**–**	–		(22)
Aluguéis	**–**	–	**(275)**	(88)
Tributos	**(1)**	(1)	**(116)**	(42)
Seguros	**–**	–	**(2.753)**	(2.577)
Tarifas bancárias	**–**	–	**–**	(18)
Outros	**35**	–	**(332)**	(49)
	(385)	(1.618)	**(15.230)**	(13.714)

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	**8.589**	–
	8.589	–

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**450**	967	**4.608**	6.870
Outras receitas financeiras	**–**	–	**75**	–
	450	967	**4.683**	6.870
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	**(74.137)**	(54.412)	**(115.799)**	(54.452)
Despesas bancárias	**(307)**	(345)	**(1.283)**	(429)
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	**(21)**	(45)	**(21)**	(45)
Comissões, taxas e fianças (a)	**(22.594)**	(12.939)	**(39.407)**	(13.187)
Multas e juros	**(18)**	–	**(609)**	–
IOF	**(12)**	(179)	**(24)**	(711)
Outras despesas financeiras	**(103)**	–	**(194)**	–
	(97.192)	(67.920)	**(157.337)**	(68.824)
Resultado financeiro líquido	**(96.742)**	(66.953)	**(152.654)**	(61.954)

(a) Corresponde à apropriação do custo de comissão ao banco Modal referente à estruturação do empréstimo ponte via Cédula de Crédito Bancário (CCB).

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Consolidado	
Processos judiciais - Cíveis	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2021	–	–
Adições	144	13.213
Saldo em 31/12/2022	**144**	**13.213**
Adições	(10)	4.513
Saldo em 31/12/2023	**134**	**17.726**

Em 31 de dezembro de 2023, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário. A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado 2023	
Processos judiciais	Quantidade	Valor
Cíveis	1	52
	1	**52**

	Consolidado 2022	
Processos judiciais	Quantidade	Valor
Cíveis	1	46
	1	**46**

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

		Controladora		Consolidado	
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e depósitos bancários		766	62.519	16.488	76.879
Partes relacionadas		51.282	50.470	51.282	50.470
Dividendos a receber		4.722	3.862	–	–
Concessionárias e permissionárias		–	–	14.198	7.189
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	7.600	18.717	53.326	70.897
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		5.164	539	28.437	87.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures		622.369	598.964	1.197.645	1.107.149

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão

continua →★

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados às taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

							Controladora 2023
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		7.600	885	443	664	1.328	1.107
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	5,95%	8,92%	17,84%	14,87%
Empréstimos, financiamentos e debêntures		622.369	74.019	37.009	55.514	111.028	92.524

							Consolidado 2023
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		53.326	6.212	3.106	4.659	9.319	7.766
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	4,10%	6,15%	12,30%	10,25%
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.197.644	122.111	61.055	91.583	183.166	152.637

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **22.3 Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Solaris	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R$ 20.156
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R$ 30.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R$ 345.091
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R$ 377.331
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R$ 83.078
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R$ 283.282
Borborema	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R$ 30.000
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R$ 410.315
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R$ 40.000

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2024, a Companhia não atingiu o saldo mínimo em contas de garantia previsto no Instrumento particular de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças. Esse não atingimento pode levar ao vencimento antecipado da dívida, conforme previsto na cláusula 6.1.1 item (i) da escritura da 1ª emissão de debêntures. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das referidas debêntures.

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **GBS Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 564.709 mil na controladora e R$ 410.949 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, no montante de R$ 599.645 mil para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 1.903.800 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE026317/O

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz")**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Goyaz Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 12 do Leilão ANEEL nº 02/2018, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R$ 34.227.230,29.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km;
- Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV;
- Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto;
- Implementação de trecho de linha de transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão em 345 kV Samambaia - Bandeirantes e a subestação Pirineus 345 kV;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formada pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**9.394**	15.691
Concessionaria e permissionárias	6	**2.661**	1.132
Tributos e contribuições a compensar		**263**	99
Prêmio de seguro		**638**	374
Adiantamento a fornecedores e funcionários	7	**–**	137
Ativo da concessão	8	**36.234**	30.467
Total do ativo circulante		**49.190**	47.900
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	**423.534**	402.528
Prêmio de seguro		**28**	68
Adiantamento a fornecedores	7	**1.297**	12.618
Total do ativo não circulante		**424.859**	415.214
Total do ativo		**474.049**	463.114

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**5.392**	16.868
Salários e encargos sociais		**826**	1.842
Tributos e contribuições sociais		**246**	212
Imposto de renda e contribuição social		**206**	199
Encargos setoriais		**195**	67
PIS e COFINS diferido	10	**1.393**	1.112
Dividendos a pagar		**712**	559
Outros passivos		**1.673**	–
Total do passivo circulante		**10.643**	20.859
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**14.161**	13.473
PIS e COFINS diferidos	10	**16.288**	14.537
Provisões para contingências	12	**9.909**	7.114
Total do passivo não circulante		**40.358**	35.124
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	**348.870**	348.870
Reservas de lucros	13.b	**74.178**	58.261
		423.048	407.131
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	–
Total do patrimônio líquido		**423.048**	407.131
Total do passivo e patrimônio líquido		**474.049**	463.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		**7.671**	222.524
Remuneração do ativo de concessão líquido		**36.485**	27.762
Receita de operação e manutenção		**2.976**	1.583
Receita operacional líquida	14	**47.132**	251.869
Custo de implementação de infraestrutura	15	**(21.965)**	(196.363)
Custo de operação e manutenção	16	**(3.252)**	(1.350)
Lucro bruto		**21.915**	54.156
Despesas gerais e administrativas	17	**(3.685)**	(5.692)
Outras receitas (despesas)		**1.540**	–
Lucro antes do resultado financeiro		**19.770**	48.464
Receitas financeiras	18	**631**	3.302
Despesas financeiras	18	**(2.633)**	(2.407)
		(2.002)	895
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**17.768**	49.359
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	**(1.010)**	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	**(688)**	(7.639)
Lucro líquido do exercício		**16.070**	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**16.070**	40.702
Total de resultados abrangentes	**16.070**	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**77.089**	**906**	**17.040**	**–**	**95.035**	**2.283**	**97.318**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	2.283	–	–	–	2.283	(2.283)	–
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	1.230	–	–	–	1.230	–	1.230
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	268.268	–	–	–	268.268	–	268.268
Lucro líquido do exercício	–	–	–	40.702	40.702	–	40.702
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(387)	(387)	–	(387)
Constituição de reserva legal	–	2.035	–	(2.035)	–	–	–
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	38.280	(38.280)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**348.870**	**2.941**	**55.320**	**–**	**407.131**	**–**	**407.131**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**16.070**	**16.070**	**–**	**16.070**
Constituição de reserva legal	**–**	**804**	**–**	**(804)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(153)**	**(153)**	**–**	**(153)**
Constituição das reservas de retenção de lucros	**–**	**–**	**15.113**	**(15.113)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**348.870**	**3.745**	**70.433**	**–**	**423.048**	**–**	**423.048**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**17.768**	49.359
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**2.032**	9.163
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	**–**	3.106
Provisões para contingências	**2.795**	7.114
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(26.773)**	(255.302)
Concessionárias e permissionárias	**(1.529)**	(1.132)
Impostos e contribuições a compensar	**(164)**	(20)
Prêmio de seguro	**(224)**	137
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	**11.458**	(12.477)
Partes Relacionadas	**–**	250
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(11.476)**	(9.989)
Tributos e contribuições sociais	**34**	(1.179)
Salários e encargos sociais	**(1.016)**	1.735
Encargos setoriais	**128**	67
Partes Relacionadas	**–**	(699)
Outros passivos	**1.673**	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(1.003)**	(826)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(6.297)**	(210.693)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**–**	269.498
Captação de empréstimos, debêntures e financiamentos	**–**	44.000
Amortização de principal e juros de debêntures e financiamentos	**–**	(113.483)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**–**	200.015
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(6.297)**	(10.678)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**15.691**	26.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**9.394**	15.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"). **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R$25.320 (R$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade Operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8): Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características

continua →★

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e passivos financeiros estão relacionados aos fornecedores. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação; **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**2.570**	1.096
Aplicações financeiras	**6.824**	14.595
	9.394	15.691

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, entre 70% a 98% em 31 de dezembro 2023 (75% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 556 (R$ 3.302 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	**2.661**	1.132

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (i)	**1.297**	12.747
Adiantamento a funcionários	**–**	8
	1.297	12.755
Circulante	**–**	137
Não circulante	**1.297**	12.618

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**432.995**	177.693
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	**9.025**	230.954
Remuneração do ativo de concessão	**37.933**	28.814
Receita de operação e manutenção	**3.449**	1.487
(–) Faturamento	**(23.634)**	(5.953)
	459.768	432.995
Circulante	**36.234**	30.467
Não circulante	**423.534**	402.528

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	**443**	13.550
Retenções contratuais (i)	**3.444**	1.609
Materiais e serviços não faturados	**1.505**	1.709
	5.392	16.868

(i) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que deverá ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	**9.195**	8.878
Contribuição social diferida	**4.966**	4.646
IR e CS diferidos	**14.161**	13.473
PIS diferido	**3.149**	2.787
COFINS diferida	**14.532**	12.862
PIS e COFINS diferidos (i)	**17.681**	15.649
Tributos passivos	**31.842**	29.122
Circulante	**1.393**	1.112
Não circulante	**30.449**	28.010

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

continua→★

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	47.132	47.132
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	3.771	5.656
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(943)	(509)
Outros	575	189
Impostos de renda e contribuição social diferido	**(368)**	**(320)**

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	251.869	251.869
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(20.150)	(30.224)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.037)	(2.720)
Outros	83	35
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.954)	(2.685)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	(3.873)	(4.954)	(8.827)	**(368)**	**(9.195)**
Contribuição social	(1.961)	(2.685)	(4.646)	**(320)**	**(4.966)**
Não circulante	(5.834)	(7.639)	(13.473)	**(688)**	**(14.161)**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Movimentação 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações	Juros Incorridos	Pagamento de juros/principal	Saldo em 31/12/2022
CCB Banco Modal (Ponte)	66.377	–	2.224	(68.601)	–
CCB Banco Modal (Ponte)	–	44.000	882	(44.882)	–
	66.377	**44.000**	**3.106**	**(113.483)**	**–**

A Companhia em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. A Companhia em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R$68.601 e R$44.882.

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Cíveis	36	7.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**36**	**7.114**
Cíveis	(1)	2.795
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35**	**9.909**

Em 31 de dezembro de 2023 todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se à Ação de Constituição de Servidão, Ação de Consignação em Pagamento e Ação de Desapropriação - Fundiário.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$348.870 dividido em 348.870.449 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta reservas de lucros conforme abaixo: b) Reservas de lucros:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**16.070**	40.702
Constituição da reserva legal (i)	**(804)**	(2.035)
Base de cálculo de dividendos	**15.266**	38.667
Dividendos mínimos obrigatórios	**(153)**	(387)
Reserva de retenção de lucros (ii)	**(15.113)**	(38.280)
Saldo de lucros acumulados	**–**	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R$153 (R$387 em 2022).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**9.025**	230.954
Remuneração do ativo de concessão	**37.933**	28.814
Receita de operação e manutenção	**3.449**	1.487
Total da receita bruta	**50.407**	261.255
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	**(241)**	(334)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(258)**	(1.325)
PIS diferido sobre operação e manutenção	**(34)**	–
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**(1.113)**	(1.545)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(1.190)**	(6.114)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	**(154)**	–
Total de deduções	**(2.990)**	(9.318)
Encargos setoriais	**(285)**	(68)
Receita operacional líquida	**47.132**	251.869
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	**(21.965)**	196.363
Margem de implementação da infraestrutura	**(13.131)**	26.324
Margem %	**59,78%**	13,41%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	**(769)**	(21.691)
Pessoal	**(10)**	(7.875)
Máquinas e equipamentos	**(5.213)**	(136.079)
Terrenos	**(12.406)**	–
Gastos ambientais	**–**	(1.066)
Edificação	**(13.239)**	(13.522)
Servidão	**7.070**	(7.638)
Capitalização de Juros	**–**	(3.106)
Outros	**2.602**	(5.386)
	(21.965)	(196.363)

Custos referentes ao final da construção do projeto e os gastos de desmobilização da obra.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	**(111)**	(1)
Serviços de terceiros	**(183)**	(643)
Outros	**(2.958)**	(706)
	(3.252)	(1.350)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	**(1.797)**	(473)
Serviços de terceiros	**(1.052)**	(4.178)
Aluguéis	**(65)**	(21)
Tributos	**(17)**	(12)
Seguros	**(792)**	(929)
Outros	**38**	(79)
	(3.685)	(5.692)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**556**	3.302
Outras receitas financeiras	**75**	–
	631	3.302
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	**–**	(26)
Despesas bancárias	**(160)**	
Comissões e taxas (a)	**(2.216)**	(267)
Multas	**(257)**	(3)
IOF	**–**	(409)
Outros	**–**	(1.702)
	(2.633)	(2.407)
	(2.002)	895

(a) Corresponde ao pagamento de tarifa junto às debêntures referentes ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional recebida	22.059	22.059	4.267	4.267
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.765	**2.647**	**341**	**512**
Receitas financeiras	1.043	1.043	2.677	2.677
Base de cálculo	**2.808**	**3.690**	**3.019**	**3.189**
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	702	**332**	**755**	**287**
Outros	(24)	–	(24)	–
Impostos de renda e contribuição social corrente	**678**	**332**	**731**	**287**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		**2.570**	1.096
Concessionárias e permissionárias		**2.661**	1.132
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Aplicações financeiras	2	**6.824**	14.595
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Fornecedores		**5.392**	16.868

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **20.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria da Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e impactos nos ativos da Companhia, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções do indexador. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

				2023			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
			11,65%	8,74%	5,83%	14,56%	17,48%
Equivalentes de caixa	CDI	6.824	795	596	397	994	1.192

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R$ 40.000

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Goyaz Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Borborema")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Borborema")**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cujas acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 04 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 03/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, bem como recebeu autorização para implantação de reforço, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, que conjuntamente asseguram uma Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R$ 47.235.247,12.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA;
- Implantação dos trechos de linhas de transmissão em 230 kV, circuitos duplos, com extensões aproximadas de 0,5 km, compreendidos entre a subestação João Pessoa II e os pontos de seccionamentos das linhas de transmissão em 230 kV Goianinha - Mussuré II, Goianinha - Santa Rita II e Santa Rita II - Mussuré II;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- Implantação de reforços autorizados na SE João Pessoa II, quais sejam: segundo banco de autotransformadores monofásicos TR2 500/230- 13,8 KV - 3x150 MVA e adequações no módulo geral em 500 kV.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**16.398**	11.240
Concessionárias e permissionárias	6	**5.831**	2.099
Tributos e contribuições a compensar		**64**	79
Prêmio de seguro		**441**	578
Adiantamento a fornecedores	7	**8**	215
Ativo da concessão	8	**50.005**	46.032
Total do ativo circulante		**72.747**	60.243
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	**601.453**	512.689
Prêmio de seguro		**–**	64
Adiantamentos a fornecedores	7	**1.451**	17.078
Total do ativo não circulante		**602.904**	529.831
Total do ativo		**675.651**	590.074

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**9.022**	19.003
Empréstimos e financiamentos	10	**11.347**	6.030
Salários e encargos sociais		**1.561**	2.940
Tributos e contribuições sociais		**353**	806
Imposto de renda e contribuição social		**370**	–
Encargos setoriais		**371**	114
Dividendos a pagar		**1.622**	1.226
PIS e COFINS diferido	11	**1.963**	1.680
Total do passivo circulante		**26.609**	31.799
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	**238.702**	204.015
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**20.065**	18.527
PIS e COFINS diferidos	11	**23.608**	18.719
Provisões para contingências	12	**5.930**	5.189
Total do passivo não circulante		**288.305**	246.450
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	**164.458**	164.458
Reservas de lucros	13c	**169.123**	127.867
		333.581	292.325
Adiantamento para futuro aumento de capital	13b	**27.156**	19.500
Total do patrimônio líquido		**360.737**	311.825
Total do passivo e patrimônio líquido		**675.651**	590.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		**72.767**	184.881
Remuneração do ativo de concessão líquido		**53.845**	39.339
Receita de operação e manutenção		**1.484**	1.848
Receita operacional líquida	14	**128.096**	226.068
Custo de implementação de infraestrutura	15	**(58.031)**	(137.771)
Custo de operação e manutenção	16	**(3.470)**	(1.746)
Lucro bruto		**66.595**	86.551
Despesas gerais e administrativas	17	**(4.832)**	(2.734)
Outras receitas/(despesas)	18	**2.362**	–
Lucro antes do resultado financeiro		**64.125**	83.817
Receitas financeiras	19	**814**	1.044
Despesas financeiras	19	**(20.515)**	(690)
		(19.701)	354
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**44.424**	84.171
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	**(1.234)**	(493)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	**(1.538)**	(7.176)
Lucro líquido do exercício		**41.652**	76.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**41.652**	76.502
Total de resultados abrangentes	**41.652**	76.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito	(–) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucro a realizar	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**139.019**	**(16.519)**	**2.629**	**49.463**	**–**	**–**	**174.592**	**3**	**174.595**
Integralização de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	–	570	–	–	–	–	570	(3)	567
Integralização de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	–	15.949	–	–	–	–	15.949	–	15.949
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	25.439	–	–	–	–	–	25.439	–	25.439
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	19.500	19.500
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	76.502	76.502	–	76.502
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(727)	(727)	–	(727)
Constituição de reserva legal	–	–	3.825	–	–	(3.825)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucro	–	–	–	71.950	–	(71.950)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**164.458**	**–**	**6.454**	**121.413**	**–**	**–**	**292.325**	**19.500**	**311.825**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.656**	**7.656**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**41.652**	**41.652**	**–**	**41.652**
Constituição de reserva legal	**–**	**–**	**2.083**	**–**	**–**	**(2.083)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(396)**	**(396)**	**–**	**(396)**
Constituição de lucros a realizar	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.173**	**(39.173)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**164.458**	**–**	**8.537**	**121.413**	**39.173**	**–**	**333.581**	**27.156**	**360.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**44.424**	84.171
PIS e COFINS diferidos	**5.172**	8.134
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	**14.698**	14.517
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**2.685**	–
Apropriação custo de captação de debêntures	**71**	–
Provisões para contingências	**741**	5.189
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(92.737)**	(222.692)
Concessionárias e permissionárias	**(3.732)**	(2.099)
Impostos e contribuições a compensar	**15**	(13)
Prêmio de seguro	**201**	(122)
Adiantamentos a fornecedores	**15.834**	(17.056)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(9.981)**	(10.726)
Tributos e contribuições sociais	**(453)**	(1.603)
Salários e encargos sociais	**(1.379)**	2.779
Encargos setoriais	**257**	114
Outros passivos circulantes	**–**	(788)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(864)**	(158)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(25.048)**	(140.353)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**–**	41.955
Adiantamento para futuro aumento de capital	**7.656**	19.500
Custos de captação de debêntures	**–**	(499)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**41.809**	57.080
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	**(7.318)**	–
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(11.941)**	(8.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**30.206**	110.036
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**5.158**	(30.317)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.240**	41.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**16.398**	11.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Borborema"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia em junho de 2022 entrou parcialmente em operação comercial com parcela de RAP de 89,57%. Em novembro de 2022 as demais instalações foram concluídas e entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um reforço para implantação de novo transformador de 500/230-13.8 kV na SE João Pessoa II, que foi concluído em maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está 100% operacional e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"). **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão foi assinado em 21 de setembro de 2018, apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$25.700 (R$47.235 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em 09 de setembro de 2021 a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente à instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

Tabela 1 - investimento (R$), O$M (%) e RAP (R$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II					
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	**87.713.179,14**	**2,0**	**10.759.038,21**	**4.1, a.**	**12.021.203,90**
Total	**87.713.179,14**	**–**	**10.759.038,21**	**–**	**12.021.203,90**

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da Companhia. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

continua →★

Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionarias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**9.021**	7.142
Aplicações financeiras	**7.377**	4.098
	16.398	11.240

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 70% a 98% em 2023, (CDI, 98% a 100% em 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 814 (R$ 1.044 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	**5.831**	2.099
	5.831	2.099

A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	**8**	–
Adiantamentos a fornecedores (i)	**1.451**	17.293
	1.459	17.293
Circulante	**8**	215
Não Circulante	**1.451**	17.078

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

Com a aceleração das obras em 2022 foi necessário intensificar a contratação de serviços e materiais, o que justifica a relevante variação entre os anos em questão.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**558.721**	336.029
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**75.989**	191.885
Remuneração do ativo de concessão	**55.854**	40.829
Receita de O&M	**3.697**	1.962
(–) Faturamento	**(42.803)**	(11.984)
	651.458	558.721
Circulante	**50.005**	46.032
Não circulante	**601.453**	512.689

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	**3.304**	13.497
Retenções contratuais (ii)	**2.359**	3.166
Materiais e serviços não faturados (iii)	**3.359**	2.340
	9.022	19.003

(i) Custos finais dos projetos e gastos de desmobilização de obras. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimento das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.

continua→★

Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,4541%	**114.154**	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,7772%	**17.604**	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	01/09/2041	IPCA + 2,1512%	**17.336**	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	01/09/2041	IPCA + 3,1635%	**41.216**	26.885
1ª emissão de debêntures	16/01/2045	IPCA + 6,10%	**59.739**	55.268
Total de empréstimos e financiamentos			**250.049**	210.045
Circulante			**11.347**	6.030
Não circulante			**238.702**	204.015
			250.049	210.045

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Pagamento de principal	Amortização dos custos de captação	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	102.677	**15.658**	**6.599**	**–**	**(6.665)**	**(4.131)**	**16**	**114.154**
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15.836	**2.415**	**1.065**	**–**	**(1.075)**	**(637)**	**–**	**17.604**
Banco do Brasil - FDNE I	9.379	**8.404**	**844**	**–**	**(571)**	**(721)**	**1**	**17.336**
Banco do Brasil - FDNE II	26.885	**15.332**	**2.656**	**–**	**(1.882)**	**(1.829)**	**54**	**41.216**
Debêntures	55.268	**–**	**3.534**	**2.685**	**(1.748)**	**–**	**–**	**59.739**
Total	210.045	**41.809**	**14.698**	**2.685**	**(11.941)**	**(7.318)**	**71**	**250.049**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	84.382	18.035	7.154	–	(6.894)	–	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	13.014	2.781	1.147	–	(1.106)	–	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	–	9.379	–	–	–	–	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	–	26.885	–	–	–	–	26.885
Debêntures	49.551	–	3.291	2.925	–	(499)	55.268
Total	146.947	57.080	11.592	2.925	(8.000)	(499)	210.045

A Companhia realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Companhia firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R$136.238, sendo R$118.036 destinados a áreas prioritárias e R$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Companhia firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021, a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023, as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Companhia ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no minimo 1,20, indíce que foi atingido em 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	**–**	6.477
2025	**9.529**	7.487
2026	**9.678**	7.627
2027	**10.569**	8.463
2028	**11.607**	9.390
2029	**12.586**	10.262
2030	**13.418**	11.043
2031	**13.223**	10.837
Após 2032	**158.092**	132.429
	238.702	204.015

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	**13.029**	12.246
Contribuição social diferida	**7.036**	6.281
IR e CS diferidos (Não circulante)	**20.065**	18.527
PIS diferido	**4.544**	3.633
COFINS diferida	**21.017**	16.766
PIS e COFINS diferidos	**25.571**	20.399
	45.636	38.926
Circulante	**1.963**	1.680
Não circulante	**43.673**	37.246

Os tributos diferidos sobre o lucro são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	**128.096**	**128.096**
Alíquotas	**8%**	**12%**
Imposto de renda e contribuição social esperada	**10.248**	**15.372**
Alíquota utilizada para o cálculo	**25%**	**9%**
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**(2.562)**	**(1.383)**
Outros ajustes (*)	**1.777**	**630**
Impostos de renda e contribuição social diferido	**(785)**	**(753)**

(*) Refere-se basicamente aos ajustes de IR e CS diferido sobre o saldo total do ativo de concessão.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	226.068	226.068
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(18.085)	(27.128)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(4.521)	(2.442)
Outros	(163)	(50)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.684)	(2.492)

d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	(7.561)	(4.684)	(12.244)	**(785)**	**(13.029)**
Contribuição social	(3.791)	(2.492)	(6.283)	**(753)**	**(7.036)**
Não circulante	(11.352)	(7.176)	(18.527)	**(1.538)**	**(20.065)**

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Cíveis	65	5.189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**65**	**5.189**
Cíveis	**(4)**	**741**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**61**	**5.930**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e processos fundiários. **b) Contingências passivas - risco de perda possível:** A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia estão representados conforme segue:

	31/12/2023	
Processos judiciais	**Quantidade**	**Valor**
Cíveis	1	52
	1	**52**

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia referia-se a processos fundiários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R$164.458, representado por 164.458.647 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional no valor nominal de R$1 cada. b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: A Companhia recebeu da sua única acionista GBS durante o exercício, valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital no montante de R$ 7.656, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 27.156 (R$ 19.500 em 31 de dezembro de 2022) e a Companhia tem a intenção de integralizar ao longo dos próximos 12 meses. c) Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**41.652**	76.502
Constituição da reserva legal (i)	**(2.083)**	(3.825)
Base de cálculo de dividendos	**39.569**	72.677
Dividendos mínimos obrigatórios	**(396)**	(727)
Reserva de lucros a realizar (ii)	**(39.173)**	(71.950)
Saldo de lucros acumulados	**–**	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R$ 396 (R$ 727 em 2022).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**75.989**	191.885
Remuneração do ativo de concessão	**55.854**	40.829
Receita de operação e manutenção	**3.697**	1.962
Total da receita bruta	**135.540**	234.676
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	**(574)**	(1.247)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(358)**	(265)
PIS diferido sobre operação e manutenção	**(297)**	–
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	**(2.648)**	(5.757)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(1.651)**	(1.225)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	**(1.375)**	–
Total de deduções	**(6.903)**	(8.494)
Encargos setoriais	**(541)**	(114)
Receita operacional líquida	**128.096**	226.068
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	**(58.031)**	137.771
Margem de implementação da infraestrutura	**15.478**	47.110
Margem %	**26,67%**	34,19%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**–**	(10.431)
Máquinas e equipamentos	**(42.723)**	(54.980)
Serviços de terceiros	**(100)**	(29.627)
Gastos ambientais	**–**	(577)
Edificação	**(8.546)**	(14.164)
Servidão	**(42)**	(645)
Juros capitalizados	**(2.986)**	(14.517)
Outros	**(3.634)**	(12.830)
	(58.031)	(137.771)

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(126)**	–
Serviços de terceiros	**(3.279)**	(1.700)
Outros	**(65)**	(46)
	(3.470)	(1.746)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	**(2.431)**	(489)
Serviços de terceiros	**(1.031)**	(1.113)
Aluguéis	**(95)**	(45)
Tributos	**(32)**	(16)
Seguros	**(935)**	(823)
Outros	**(308)**	(248)
	(4.832)	(2.734)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	**2.362**	–
	2.362	–

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**814**	1.044
	814	1.044
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	**(14.397)**	–
Comissões e taxas	**(5.552)**	–
Despesas bancárias	**(475)**	–
Multa	**(45)**	(127)
IOF	**(9)**	–
Outros	**(37)**	(563)
	(20.515)	(690)
	(19.701)	354

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional recebida	38.731	38.731	9.862	9.862
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.098	**4.648**	**789**	**1.183**
Receitas financeiras	191	191	630	630
Base de cálculo	**3.289**	**4.839**	**1.419**	**1.813**
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	822	**436**	**355**	**453**
Outros	(24)	1	(25)	(290)
Impostos de renda e contribuição social corrente	**798**	**436**	**330**	**163**

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R$ 283.282
Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R$ 30.000
Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R$ 410.315

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023	2022
Bancos		**9.021**	7.142
Concessionárias e permissionárias		**5.831**	2.099
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Aplicações financeiras	2	**7.377**	4.098
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos		**190.310**	154.777
Debêntures		**59.739**	55.268
Fornecedores		**9.022**	19.003

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia

continua→★

Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

							2023
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		7.377	859	430	645	1.289	1.074
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	3,77%	5,66%	11,32%	9,44%
Empréstimos e financiamentos		250.049	18.848	9.424	14.136	28.272	23.560

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários.

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, diretores e Acionistas da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo de contrato: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 651.458 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris")**, foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cujas acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Solaris Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 24 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 20 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018 e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, bem como recebeu autorização para implantação de reforço, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, que conjuntamente asseguram Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R$ 58.636.119,49.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km;
- Subestação Jaíba com pátio de 230/138-13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA;
- Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculada e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;
- Implantação de reforços autorizados na SE Janaúba 3, quais sejam: terceiro e quarto bancos de autotransformadores monofásicos TR3 500/230- 13,8 KV - 3x100 MVA e TR4 500/230- 13,8 KV - 3x100 MVA.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**35.656**	39.608
Concessionarias e permissionárias	6	**5.706**	3.958
Tributos e contribuições a compensar		**302**	161
Prêmio de seguro		**612**	390
Adiantamento a fornecedores	7	**–**	148
Ativo da concessão	8	**62.075**	57.587
Total do ativo circulante		**104.351**	101.852
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	**730.499**	698.024
Prêmio de seguro		**8**	166
Adiantamento a fornecedores	7	**3.004**	15.786
Total do ativo não circulante		**733.511**	713.976
Total do ativo		**837.862**	815.828

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**8.859**	51.019
Empréstimos e financiamentos	10	**18.157**	–
Salários e encargos sociais		**2.032**	3.027
Tributos e contribuições sociais		**402**	633
Imposto de renda e contribuição social		**488**	–
Encargos setoriais		**452**	146
Dividendos a pagar		**2.434**	2.123
PIS e COFINS diferido	11	**2.452**	2.102
Partes relacionadas		**–**	–
Total do passivo circulante		**35.276**	59.050
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	**307.070**	298.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**24.412**	24.680
PIS e COFINS diferidos	11	**28.849**	25.108
Provisões para contingências	12	**1.887**	910
Total do passivo não circulante		**362.218**	348.838
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	**186.491**	186.491
Reservas de lucros	13.b	**253.877**	221.449
		440.368	407.940
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	–
Total do patrimônio líquido		**440.368**	407.940
Total do passivo e patrimônio líquido		**837.862**	815.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**12.526**	399.899
Remuneração do ativo de concessão líquido		**71.185**	41.541
Receita de operação e manutenção		**1.583**	3.483
Receita operacional líquida	14	**85.294**	444.923
Custo de implementação de infraestrutura	15	**(10.935)**	(266.821)
Custo de operação e manutenção	16	**(3.898)**	(1.656)
Lucro bruto		**70.461**	176.446
Despesas gerais e administrativas	17	**(6.328)**	(4.035)
Outras receitas/(despesas)	18	**4.687**	–
Lucro antes do resultado financeiro		**68.820**	172.411
Receitas financeiras	19	**2.788**	2.060
Despesas financeiras	19	**(36.997)**	(203)
		(34.209)	1.857
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**34.611**	174.268
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	**(2.140)**	(912)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	**268**	(14.017)
Lucro líquido do exercício		**32.739**	159.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**32.739**	159.339
Total de resultados abrangentes	**32.739**	159.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**97.553**	**3.221**	**60.403**	**–**	**–**	**161.177**	**165**	**161.342**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	165	–	–	–	–	165	(165)	–
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	88.773	–	–	–	–	88.773	–	88.773
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	159.339	159.339	–	159.339
Dividendo mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.514)	(1.514)	–	(1.514)
Constituição de reserva legal	–	7.967	–	–	(7.967)	–	–	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	149.858	(149.858)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**186.491**	**11.188**	**60.403**	**149.858**	**–**	**407.940**	**–**	**407.940**
Lucro líquido do período	**–**	**–**	**–**	**–**	**32.739**	**32.739**	**–**	**32.739**
Constituição de reserva legal	**–**	**1.637**	**–**	**–**	**(1.637)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**(311)**	**(311)**	**–**	**(311)**
Reserva de retenção de lucros	**–**	**–**	**30.791**	**–**	**(30.791)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**186.491**	**12.825**	**91.194**	**149.858**	**–**	**440.368**	**–**	**440.368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	**34.611**	174.268
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**4.091**	15.910
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	**19.464**	21.133
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**7.802**	–
Provisões para contingências	**977**	910
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	**(36.963)**	(446.032)
Adiantamentos a fornecedores	**12.930**	(11.111)
Prêmio de seguro	**(64)**	114
Concessionarias e permissionárias	**(1.748)**	(3.958)
Tributos e contribuições a compensar	**(141)**	(26)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**(42.160)**	10.070
Tributos e contribuições sociais	**(231)**	(902)
Salários e encargos sociais	**(995)**	2.916
Encargos setoriais	**306**	146
Partes Relacionadas	**–**	(1.109)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(1.652)**	(661)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(3.773)**	(238.332)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**–**	88.773
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**19.398**	127.656
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(19.577)**	(1.610)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(179)**	214.819
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(3.952)**	(23.513)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**39.608**	63.121
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**35.656**	39.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaiba resta pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia se encontra 100% em operação incluído o reforço desde 25 de janeiro de 2023 e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e até 2021 é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 LImited ("Grid 5"), ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 2/2018. O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$31.430 (R$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023 - 2024), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em 18 de marco de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R$), O$M (%) e RAP (R$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3 Instalação dos 3° e 4° bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48	4.1, a.
Total	**94.973.138,65**	**–**	**12.869.730,48**	**–**

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.

continua→★

Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade de dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação; **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**4.131**	6.121
Aplicações financeiras	**31.525**	33.487
	35.656	39.608

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo entre 70% a 98% em 2023 e 100,50% em 2022, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2.788 e 31 de dezembro 2022 R$ 2.060.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	**5.706**	3.958
	5.706	3.958

A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação.

A Companhia tem um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original.

A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (i)	**3.004**	15.934
	3.004	**15.934**
Circulante	–	148
Não circulante	**3.004**	15.786

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**755.611**	309.579
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**13.741**	414.764
Remuneração do ativo de concessão	**76.019**	43.316
Receita de operação e manutenção	**2.746**	3.134
(–) Faturamento	**(55.543)**	(15.182)
	792.574	755.611
Circulante	**62.075**	57.587
Não circulante	**730.499**	698.024

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	**5.403**	43.806
Retenções contratuais (ii)	**1.597**	5.671
Materiais e serviços não faturados (iii)	**1.859**	1.542
	8.859	51.019

(i) Saldos referente à construção do projeto principalmente com aquisições de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.

continua→★

Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	**85.193**	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	**62.130**	54.064
1ª emissão de debêntures	IPCA + 6,40%	15/01/2045	**177.904**	169.942
			325.227	298.140
	Circulante		**18.157**	–
	Não circulante		**307.070**	298.140

b) Movimentação de debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Apropriação custos de captação	Pagamentos de juros	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	74.134	**11.220**	**4.895**	–	–	**(5.056)**	**85.193**
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	54.064	**8.178**	**3.759**	–	–	**(3.871)**	**62.130**
Debêntures	169.942	**–**	**10.810**	**7.802**	–	**(10.650)**	**177.904**
Total	298.140	**19.398**	**19.464**	**7.802**	–	**(19.577)**	**325.227**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamentos de juros	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	–	73.852	1.201	–	(919)	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	–	53.804	951	–	(691)	54.064
Debêntures	150.961	–	10.704	8.277	–	169.942
Total	150.961	127.656	12.856	8.277	(1.610)	298.140

A Companhia realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R$150.056, sendo aproximadamente R$87.000 destinados a áreas prioritárias e R$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$75.390, sendo R$43.664 destinados a áreas prioritárias e R$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Companhia recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$52.266, sendo R$30.188 destinados a áreas prioritárias e R$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R$19.398, sendo R$11.220 destinados a áreas prioritárias e R$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os palores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021, a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	–	6.379
2025	6.900	6.813
2026	7.758	7.600
2027	8.424	8.181
2028	8.956	8.612
2029	9.549	9.097
2030	10.252	9.677
2031	10.944	10.248
Após 2032	244.287	231.533
	307.070	**298.140**

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	**15.851**	16.240
Contribuição social diferida	**8.561**	8.440
IR e CS diferidos (Não circulante)	**24.412**	24.680
PIS diferido	**5.574**	4.846
COFINS diferida	**25.727**	22.364
PIS e COFINS diferidos (i)	**31.301**	27.210
	55.713	51.890
Circulante	**2.452**	2.102
Não circulante	**53.261**	49.788

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL
Receita operacional líquida	85.294	85.294
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	6.824	10.235
Alíquotas utilizadas para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.706)	(921)
Outros	2.095	800
Impostos de renda e contribuição social diferidos	**389**	**(121)**

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Receita operacional líquida	444.923	444.923
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	(35.594)	(53.391)
Alíquotas utilizada para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(8.898)	(4.805)
Outros	(239)	(75)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(9.137)	(4.880)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Impostos Diferidos	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	(7.103)	(9.137)	(16.240)	**389**	**(15.851)**
Contribuição social	(3.559)	(4.880)	(8.440)	**(121)**	**(8.561)**
Não circulante	(10.662)	(14.017)	(24.680)	**268**	**(24.412)**

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Cíveis	43	910
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**43**	**910**
Cíveis	(5)	977
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38**	**1.887**

Em 31 de dezembro de 2023, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e fundiários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$186.491 dividido em 186.491.109 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada. b) Movimentação em Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**32.739**	159.339
Constituição da reserva legal (i)	**(1.637)**	(7.967)
Base de cálculo de dividendos	**31.102**	151.372
Dividendos mínimos obrigatórios	**(311)**	(1.514)
Reserva de retenção de lucros (ii)	**(30.791)**	(149.858)
Saldo de lucros acumulados	**–**	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazos de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foi constituído R$ 311 (R$ 1.514 em 2022).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**13.741**	414.898
Remuneração do ativo de concessão	**76.019**	43.316
Receita de operação e manutenção	**2.746**	3.134
Total da receita bruta	**92.506**	461.348
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	**(310)**	(2.670)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(735)**	(316)
PIS sobre o faturamento	**–**	88
PIS diferido sobre operação e manutenção	**(112)**	–
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**(904)**	(12.327)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(4.099)**	(1.460)
COFINS sobre o faturamento	**–**	407
COFINS diferido sobre operação e manutenção	**(337)**	–
Total de deduções	**(6.497)**	(16.278)
Encargos setoriais	**(715)**	(147)
Receita operacional líquida	**85.294**	444.923
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	**(10.935)**	266.821
Margem de implementação da infraestrutura	**1.591**	133.078
Margem %	**14,55%**	49,88%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	**(661)**	(28.503)
Terrenos	**–**	(3.493)
Pessoal	**(31)**	(10.866)
Máquinas e equipamentos	**(4.465)**	(152.105)
Gastos ambientais	**–**	(1.194)
Edificações	**(3.737)**	(42.169)
Servidão	**(102)**	(370)
Capitalização de juros	**–**	(21.133)
Outros	**(1.939)**	(6.988)
	(10.935)	(266.821)

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	**(3.762)**	(1.596)
Pessoal	**(118)**	–
Outros	**(18)**	(60)
	(3.898)	(1.656)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	**(3.105)**	(603)
Serviços de terceiros	**(1.919)**	(2.447)
Materiais	**–**	(22)
Aluguéis	**(115)**	(22)
Tributos	**(66)**	(13)
Seguros	**(1.026)**	(827)
Outros	**(97)**	(101)
	(6.328)	(4.035)

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	**4.687**	–
	4.687	–

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**2.788**	2.060
	2.788	2.060
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	**(27.266)**	–
Comissão e taxas (i)	**(9.045)**	221
Despesas bancárias	**(341)**	–
Multas	**(289)**	(1)
IOF	**(3)**	(74)
Outros	**(53)**	(349)
	(36.997)	(203)
	(34.209)	1.857

(i) Corresponde a Comissões Fianças atreladas as dívidas e também corresponde a pagamento de tarifa junto ao banco do Nordeste (BNB) referente ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro presumido, pela competência de caixa e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Receita operacional recebida	54.222	54.222	10.151	10.151
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	(4.338)	**(6.507)**	**(812)**	**(1.218)**
Receitas financeiras	(1.453)	(1.453)	(1.834)	(1.834)
Base de cálculo	**(5.791)**	**(7.960)**	**(2.646)**	**(3.052)**
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
	(1.448)	**(716)**	**(661)**	**(275)**
Outros	24	–	24	–
Impostos de renda e contribuição social corrente	**(1.424)**	**(716)**	**(637)**	**(275)**

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R$ 20.156
Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R$ 30.000
Operacional	Riscos Operacionais	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R$ 345.091
Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R$ 377.331
Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R$ 83.078

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		**4.131**	6.121
Concessionárias e permissionárias		**5.706**	3.958
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Aplicações financeiras	2	**31.525**	33.487
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Empréstimos, financiamentos e debêntures		**325.227**	298.140
Fornecedores		**8.859**	51.019

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

2023	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução: Cenário I (-50%)	Risco de redução: Cenário II (-25%)	Risco de aumento: Cenário III (50%)	Risco de aumento: Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		31.525	3.673	1,836	2.754	5.509	4.591
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	4,03%	6,04%	12,08%	10,07
Empréstimos e financiamentos		325.226	29.243	14.622	21.933	43.865	36.554

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices.

continua→★

Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Solaris Transmissão de Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo de contrato: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 792.574 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custos - incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba")**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Power Transmission Limited — **74,92%**

Sterlite Grid 5 Limited — **25,08%**

Sterlite Brazil Participações S.A.

100,00%

Marituba Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 15 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R$ 83.310.592,92.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km;
- Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**85.391**	122.831
Concessionárias e permissionárias	6	**10.697**	–
Ativo da concessão	8	**93.638**	53.290
Tributos e contribuições a compensar	9	**2.142**	288
Prêmio de seguro		**1.325**	750
Adiantamentos a fornecedores	7	**4**	474
Partes relacionadas	14	**30**	–
Total do ativo circulante		**193.227**	177.633
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	**1.172.581**	939.496
Prêmio de seguro		**183**	566
Adiantamentos a fornecedores	7	**5.476**	17.257
Total do ativo não circulante		**1.178.240**	957.319
Total do ativo		**1.371.467**	1.134.952

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante			
Fornecedores	10	**119.257**	80.145
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	**11.554**	1.979
Salários e encargos sociais	11	**3.155**	1.239
Tributos e contribuições sociais	12	**1.156**	3.727
Imposto de renda e contribuição social		**14**	–
Encargos setoriais		**368**	–
Dividendos a pagar		**1.055**	1.055
PIS e COFINS diferidos	15	**8.925**	4.929
Total do passivo circulante		**145.484**	93.074
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	**696.724**	548.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**61.476**	57.393
PIS e COFINS diferidos	15	**111.767**	86.904
Provisão para contingências	23	**16.599**	–
Total do passivo não circulante		**886.566**	692.298
Patrimônio líquido			
Capital social	16	**239.143**	239.143
Reservas de lucros	16	**100.274**	110.317
		339.417	349.460
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	120
Total do patrimônio líquido		**339.417**	349.580
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.371.467**	1.134.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		**194.471**	805.002
Remuneração do ativo de concessão líquido		**84.761**	33.684
Receita de operação e manutenção		**2.314**	–
Receita operacional líquida	17	**281.546**	838.686
Custo de implementação de infraestrutura	18	**(231.523)**	(679.122)
Custo de operação e manutenção	19	**(2.303)**	–
Lucro bruto		**47.720**	159.564
Despesas gerais e administrativas	20	**(23.601)**	(2.663)
Outras receitas/(despesas)	21	**1.781**	–
Lucro antes do resultado financeiro		**25.900**	156.901
Receitas financeiras	22	**3.821**	1.402
Despesas financeiras	22	**(35.681)**	(702)
		(31.860)	700
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(5.960)**	157.601
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	**(4.083)**	(53.594)
Prejuízo líquido do exercício		**(10.043)**	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(10.043)**	104.007
Total de resultados abrangentes	**(10.043)**	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**54.154**	**388**	**6.910**	**–**	**61.452**	**36.383**	**97.835**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	36.383	–	–	–	36.383	(36.383)	–
Aumento de capital conforme AGE de 31 de março de 2022	140.000	–	–	–	140.000	–	140.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de junho de 2022	8.606	–	–	–	8.606	–	8.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	120	120
Lucro líquido do exercício	–	–	–	104.007	104.007	–	104.007
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(988)	(988)	–	(988)
Constituição de reserva legal	–	5.200	–	(5.200)	–	–	–
Constituição de reservas de retenção de lucros	–	–	97.819	(97.819)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**239.143**	**5.588**	**104.729**	**–**	**349.460**	**120**	**349.580**
Estorno adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(120)**	**(120)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(10.043)**	**(10.043)**	**–**	**(10.043)**
Absorção de prejuízos acumulados	**–**	**–**	**(10.043)**	**10.043**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**239.143**	**5.588**	**94.686**	**–**	**339.417**	**–**	**339.417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro o antes dos impostos de renda e contribuição social	**(5.960)**	157.601
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**28.859**	85.486
Provisão para contingências	**16.599**	–
Apropriação de custos de captação de debêntures	**8**	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**28.115**	9.604
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**28.162**	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	**(10.697)**	–
Ativo de concessão	**(273.433)**	(924.172)
Adiantamentos a fornecedores	**12.251**	27.336
Impostos e contribuições a compensar	**(1.854)**	(103)
Prêmio de seguro	**(192)**	(1.068)
Partes relacionadas	**(30)**	–
Outros	**–**	499
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**39.112**	74.875
Tributos e contribuições sociais	**(2.571)**	3.545
Encargos setoriais	**368**	–
Salários e encargos sociais	**1.916**	1.239
Partes relacionadas	**–**	(1.133)
Outros	**14**	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(139.333)**	(566.291)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**–**	148.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(120)**	120
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**142.161**	624.259
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**–**	(500)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(2.687)**	(80.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(37.461)**	(3.383)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**101.893**	689.102
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(37.440)**	122.811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**122.831**	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**85.391**	122.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber, a partir de agosto de 2023, 100% da sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.05 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Power Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 de setembro 2018, tem duração de 30 anos a partir da data da assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km; (ii) Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$61.630, (R$83.310 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 15); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual. A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:

continua →★

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado*: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionarias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro real para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**5.130**	71
Aplicações financeiras (i)	**80.261**	122.760
	85.391	122.831

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 98% - 101% em 2023 e 2022, cuja rentabilidade foi de R$ 3.821 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.402 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS:

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	**10.697**	–
	10.697	–

A Companhia entrou 100% em operação comercial em 05 de julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

No exercício findo 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	**4**	–
Adiantamento a fornecedores (i)	**5.476**	17.731
	5.480	17.731
Circulante	**4**	474
Não circulante	**5.476**	17.257

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**992.786**	68.614
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	**217.287**	887.055
Remuneração do ativo de concessão	**94.706**	37.117
Receita de O&M	**2.585**	–
(–) Faturamento	**(41.145)**	–
	1.266.219	992.786
Circulante	**93.638**	53.290
Não circulante	**1.172.581**	939.496

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	**81.749**	42.618
Materiais e serviços não faturados	**37.508**	37.527
	119.257	80.145

No início de 2023 ocorreu intensificação ainda maior nas atividades de construção gerando o incremento nos saldos com recebimento de notas fiscais a pagar de serviços realizados para finalização de mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados. A Companhia tem aproximadamente 90% do seu saldo de Fornecedores referente a valores retidos do fornecedor EPC que estão em discussão em um processo de arbitragem.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
BASA - Banco Amazônia	IPCA + 3,73%	15/06/2044	**535.089**	395.678
Emissão de debêntures	IPCA + 7,24%	15/06/2044	**173.189**	154.302
			708.278	549.980
Circulante			**11.554**	1.979
Não circulante			**696.724**	548.001

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Amortização de principal	Amortização de juros	Amortização do custo de captação	Saldo em 31/12/2023
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	395.678	**142.161**	**16.340**	**21.058**	**(2.687)**	**(37.461)**	**–**	**535.089**
Debêntures	154.302	**–**	**11.775**	**7.104**	**–**	**–**	**8**	**173.189**
Total	549.980	**142.161**	**28.115**	**28.162**	**(2.687)**	**(37.461)**	**8**	**708.278**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Custos de captação	Amortização de principal e juros	Saldo em 31/12/2022
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	–	394.242	3.768	–	–	(2.332)	395.678
Debêntures	–	150.017	3.843	942	(500)	–	154.302
CCB (Ponte)	–	80.000	1.051	–	–	(81.051)	–
Total	–	624.259	8.662	942	(500)	(83.383)	549.980

A Companhia realizou a primeira emissão 150.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, no valor nominal de R$ 1.000,00, em agosto de 2022 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,242% a.a. A Companhia assinou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o Banco da Amazônia ("BASA") no valor de R$536.403, com recursos advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") ("Financiamento BASA-FNO"). Em dezembro de 2023 o volume total do financiamento já havia sido desembolsado. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG") com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R$150 milhões, referente às Debêntures. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R$535 milhões, referente ao Financiamento BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do projeto, e de 1,35% após. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil penhorou as ações da Marituba aos Credores. c) Condições restritivas: s empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

continua

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
2024	–	7.696
2025	**11.982**	9.061
2026	**14.353**	10.822
2027	**16.544**	12.978
2028	**18.838**	14.135
2029	**21.107**	16.808
2030	**22.204**	17.888
2031	**22.674**	18.351
Após 2032	**569.022**	440.262
Total das obrigações	**696.724**	548.001

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) em 31 de dezembro 2023 no montante de R$ 30 com a empresa Sterlite Brasil Participações S.A. (não havia saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022).

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	**11.195**	–
Contribuição social diferida	**4.030**	–
IR e CS diferidos ativos	**15.225**	–
Imposto de renda diferido	**(56.398)**	(42.201)
Contribuição social diferida	**(20.303)**	(15.192)
IR e CS diferidos passivos	**(76.701)**	(57.393)
PIS diferido	**(21.529)**	(16.381)
COFINS diferida	**(99.163)**	(75.452)
PIS e COFINS diferidos	**(120.692)**	(91.833)
Tributos passivos	**(182.168)**	(149.226)
Passivo circulante	**8.925**	4.929
Passivo não circulante	**173.243**	144.297

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IR e CS	**(5.960)**	157.601
Alíquotas nominais vigentes	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**2.026**	(53.584)
Outras diferenças temporárias	**(6.109)**	(10)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**(4.083)**	(53.594)
Diferido	**(4.083)**	(53.594)
Alíquota efetiva	**68%**	34%

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	(2.794)	(39.407)	(42.201)	**(3.002)**	**(45.203)**
Contribuição social	(1.006)	(14.187)	(15.192)	**(1.081)**	**(16.273)**
Não circulante	(3.800)	(53.594)	(57.393)	**(4.083)**	**(61.476)**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$239.143 dividido em 239.143.400 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada. b) Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	**(10.042)**	104.007
Constituição da reserva legal (i)	–	(5.200)
Base de cálculo de dividendos	–	98.807
Dividendos mínimos obrigatórios	–	(988)
Reserva de retenção de lucros (ii)	–	97.819
Saldo de lucros acumulados	–	–

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 não foram distribuídos dividendos (R$ 988 em 31 de dezembro de 2022), uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	**217.287**	887.055
Remuneração do ativo de concessão	**94.706**	37.117
Receita de operação e manutenção	**2.585**	–
Total da receita bruta	**314.578**	924.172
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	**(3.586)**	(14.637)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(1.563)**	(612)
PIS diferido sobre operação e manutenção	**(679)**	–
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	**(16.514)**	(67.416)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(7.198)**	(2.821)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	**(3.124)**	–
Total de deduções	**(32.664)**	(85.486)
Encargos setoriais	**(368)**	–
Receita operacional líquida	**281.546**	838.686
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	**(231.523)**	679.122
Margem de implementação da infraestrutura	**34.335**	125.880
Margem %	**14,83%**	18,54%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	**(111)**	(158.890)
Pessoal (i)	**(13.253)**	(3.287)
Máquinas e equipamentos	**(78.906)**	(285.468)
Terrenos	**(16.599)**	–
Gastos ambientais	**(65)**	(9.707)
Servidão	**(1.077)**	(9.461)
Edificação	**(87.105)**	(185.979)
Capitalização de juros	**(31.427)**	(9.604)
Outros	**(2.980)**	(16.726)
	(231.523)	(679.122)

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante o ano de 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços. Os custos de 2023 são referentes ao final da construção do projeto e os gastos de desmobilização da obra.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(242)**	–
Serviços de terceiros	**(2.042)**	–
Outros	**(19)**	–
	(2.303)	–

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(13.233)**	–
Serviços de terceiros	**(1.190)**	(1.741)
Aluguéis	**(168)**	(14)
Tributos	**(75)**	(36)
Seguros	**(1.255)**	(800)
Outros	**(7.680)**	(72)
	(23.601)	(2.663)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	**1.781**	–
	1.781	–

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**3.821**	1.402
	3.821	1.402
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária	**(24.850)**	–
Despesas bancárias	**(48)**	–
PIS e COFINS sobre rendimentos financeiros	**(108)**	–
Comissões e taxas	**(9.574)**	–
Multas	**(1.072)**	(33)
IOF	**(2)**	(319)
Outros	**(27)**	(350)
	(35.681)	(702)
	(31.860)	700

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–
Cíveis	1	**16.599**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1**	**16.599**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e processos fundiários. **b) Contingências passivas - risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também possui um processo de arbitragem com o fornecedor EPC. As causas possíveis estão relacionadas ao valor incontroverso relativa a medição final no valor de R$15.522, bem como a cobrança de encargos moratórios, que representam R$ 4.413.

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	15/08/2024	31/03/2024	R$28.025
Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	04/07/2023	04/07/2024	R$40.000
Construção	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	21/05/2023	30/06/2025	R$736.794

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		**5.130**	71
Concessionárias e permissionárias		**10.697**	–
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Aplicações financeiras	2	**80.261**	122.760
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos e debêntures		**708.278**	549.980
Fornecedores		**119.257**	80.145

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 - Mensuração do valor justo e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

				2023			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Aplicações financeiras		80.261	9.350	4.675	7.013	14.026	11.688
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	5,05%	7,58%	15,16%	12,63%
Empréstimos e financiamentos		708.278	65.220	32.610	48.915	97.830	81.525

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Marituba Transmissão de Energia S.A.,** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Marituba Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo de contrato: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 1.226.219 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo

continua →★

Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC - SP034519/O
Francisco F. A Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Sterlite Power

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Olindina Participações S.A. ("Olindina Participações" ou "Olindina" ou "Controladora")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Olindina Participações S.A. ("Olindina Participações" ou "Olindina" ou "Controladora")**, é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 01 de fevereiro de 2022, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Transmission Limited ("SPTL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada.

Sterlite Brazil Participações S.A.

Olindina Participações S.A.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (*)	6	222	–	49.505
Ativo da concessão	8	–	–	64.401
Prêmio de seguro		–	–	643
Tributos e contribuições a compensar		–	–	901
Concessionárias e permissionárias		–	–	35
Total do ativo circulante		**222**	**–**	**115.485**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	7	–	–	6.958
Ativo da concessão	8	–	–	847.160
Prêmio de seguro		–	–	417
Adiantamentos a fornecedores	9	149	–	46.975
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	3.633
		149	**–**	**905.143**
Investimentos	13	483.717	–	–
Total do ativo não circulante		**483.866**	**–**	**898.185**
Total do ativo		**484.088**	**–**	**1.020.628**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	10	–	–	45.906
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	–	57.960
Tributos e contribuições sociais	11	–	–	11.883
Imposto de renda e contribuição social		–	–	85
PIS e COFINS diferidos	15	–	–	5.957
Dividendos a pagar		–	–	18
Partes relacionadas	12	–	–	1.877
Total do passivo circulante		**–**	**–**	**123.686**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	153.272	–	487.764
PIS e COFINS diferidos	15	–	–	78.362
Total do passivo não circulante		**153.272**	**–**	**566.126**
Patrimônio líquido				
Capital social (**)	17	344.126	–	344.126
Prejuízos acumulados		(13.310)	–	(13.310)
Total do patrimônio líquido		**330.816**	**–**	**330.816**
Total do passivo e patrimônio líquido		**484.088**	**–**	**1.020.628**

(*) O saldo de Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 100,00 (cem reais).

(**) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Total
Constituição e integralização de capital social em 08 de junho de 2022 (*)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (*)	**–**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital conforme AGE de 23 de agosto de 2023	**322.972**	**–**	**322.972**	**322.972**
Aumento de capital conforme AGE de 22 de setembro de 2023	**21.154**	**–**	**21.154**	**21.154**
Prejuízo do exercício	**–**	**(13.310)**	**(13.310)**	**(13.310)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**344.126**	**(13.310)**	**330.816**	**330.816**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Olindina Participações S.A. ("Companhia" ou "Olindina"), foi constituída em 08 de junho de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico de investir e desenvolver o projeto de transmissão de energia: São Francisco (a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 7 do Leilão de Transmissão n° 002/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, composto por instalações de transmissão de energia localizadas no estado de Sergipe e Bahia). A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, sala "J", na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited ("SPTL") e Sterlite Grid 5 Limited ("Grid 5") ambas sediadas na Índia. A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada. O saldo da controlada na data-base da transferência do controle está mencionado na Nota 5. **1.2. Da Concessão:** A controlada da Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica – Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica – Próxima	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24 – R$	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24 – Mês Base
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	52.510	12/2018

A São Francisco encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação comercial integral em maio de 2024. São Francisco: Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 18/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após a entrada em operação comercial. O projeto da controlada São Francisco consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e Bahia: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, em circuito simples, com extensão aproximada de 180 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Olindina e Sapeaçu, em circuito simples, com extensão aproximada de 207 km; (iii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km; Entradas de linha, interligações de barramentos, compensações, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. O contrato de concessão firmado com a controlada São Francisco assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$52.510 (R$70.982 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui despesas ou receitas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo assim, não há resultados e nem outros resultados abrangentes. A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 24 de abril de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 8.201 no consolidado, decorrente principalmente de saldos de fornecedores e empréstimos-ponte com vencimento no curto prazo de sua controlada. A administração não entende que esta situação é um risco, uma vez que ainda há saldos do financiamento de longo prazo de sua controlada pendentes de liberação durante o exercício de 2024 e a Companhia poderá receber aportes de suas controladoras. É importante destacar que, em dia 28 de março de 2024 o Banco do Nordeste do Brasil desembolsou a parcela restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE para a controlada da Companhia São Francisco, no montante de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida		–	356.935
Remuneração do ativo de concessão líquido		–	26.027
Receita operacional líquida	18	–	382.962
Custo de implementação de infraestrutura	19		(392.331)
		–	–
Lucro (prejuízo) bruto		–	(9.369)
Despesas gerais e administrativas	20	(123)	(1.534)
Outras receitas (despesas)		–	55
Resultado de equivalência patrimonial	13	(9.309)	–
			(10.848)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(9.432)	–
Receitas financeiras	21	–	–
Despesas financeiras	21	(3.878)	(6.620)
		(3.878)	(6.620)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.310)	(17.468)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	–	4.158
Prejuízo do exercício		(13.310)	(13.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo do exercício	(13.310)	(13.310)
Total de resultados abrangentes	**(13.310)**	**(13.310)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(13.310)	–	(17.468)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	9.309	–	–
PIS e COFINS diferidos	–	–	39.034
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.641	–	20.784
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.231	–	1.231
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais			
Ativo de concessão	–	–	(421.998)
Impostos e contribuições a compensar	–	–	110
Prêmio de seguro	–	–	255
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(149)	–	46.723
Outros ativos	–	–	(35)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores	–	–	30.315
Tributos e contribuições sociais	–	–	2.245
Outros	–	–	(1.098)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(278)**	**–**	**(299.902)**
Atividades de investimento			
Investimento em controladas	(198.946)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	28.892		
Caixa proveniente de controlada adquirida	–	–	105.198
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**(170.054)**	**–**	**105.198**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital (*)	21.154	–	21.154
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	
Caixa restrito	–	–	(6.958)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	149.400	–	544.136
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(7.811)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(280.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	(26.312)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**170.554**	**–**	**244.209**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**222**	**–**	**49.505**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (**)	**–**	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**222**	**–**	**49.505**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$100,00 (cem reais).

(**) O saldo de Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

Sterlite Power

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

R$ 43.503, sendo R$ 40.458 para municípios prioritários e R$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso previsto no contrato de financiamento., Para maiores detalhes, vide Nota 14. Adicionalmente, conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista Sterlite Brazil Participações S.A. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 15); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da controlada da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia e sua controlada tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada. A controlada é a Companhia na qual a Olindina Participações S.A. detém o controle e, é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2023, a participação na controlada se apresentava da seguinte forma:

Controladas	Data do início do controle	Participação % 31/12/2023
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco")	01/07/2023	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social da controlada coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido da controlada; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e sua controlada apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e os passivos financeiros referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da controlada da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora sua controlada reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da controlada da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a controlada da Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e sua controlada classificam, seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia e sua controlada optaram pelo regime de tributação com base no Lucro Real. A Companhia e sua controlada não apresentam saldos de tributos correntes. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e sua controlada classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e sua controlada ainda não concluíram as análises sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 01 de julho de 2023, a Olindina Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da São Francisco Transmissão de Energia S.A., tornando-se sua controladora direta. Como essa transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da São Francisco, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são apresentados a seguir:

	São Francisco 01/07/2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	105.198
Ativo de concessão	489.563
Tributos e contribuições a compensar	926
Adiantamentos a fornecedores e empregados	93.705
Prêmios de seguros	1.315
	690.707
Passivo	
Fornecedores	15.598
Tributos e contribuições sociais	9.638
Imposto de renda e contribuição social	131
Empréstimos, financiamentos e debêntures	293.696
Partes relacionadas	1.877
Dividendos a pagar	18
PIS e COFINS diferidos	45.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	525
Outros	967
Total dos ativos líquidos identificáveis	**367.735**
Total da contraprestação	**322.972**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Bancos	222	14.690
Aplicações financeiras	–	34.815
	222	**49.505**

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e

continua →★

Sterlite Power

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 70% e 98% em 2023, para o qual houve rentabilidade de R$ 1.973 em 31 de dezembro de 2023.

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado 31/12/2023
Aplicações financeiras (caixa restrito)	6.958
	6.958

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 dezembro de 2023. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 14.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado 31/12/2023
Saldo inicial	–
Ativo adquirido com a aquisição de controlada	489.563
Receita de implementação e margem da infraestrutura	393.317
Remuneração do ativo de concessão	28.681
	911.561
Circulante	**64.401**
Não circulante	**847.160**

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	149	149
Adiantamentos a fornecedores (i)	–	46.826
	149	**46.975**
Circulante	–	–
Não Circulante	149	46.975

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

10. FORNECEDORES

	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços (*)	42.209
Retenções contratuais e	3.697
	45.906

(*) Saldo referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado 31/12/2023
PIS e COFINS	**347**
ISS	**2.507**
INSS terceiros	**1.476**
Imposto de renda retido na fonte	**80**
ICMS	**7.473**
	11.883

12. PARTES RELACIONADAS

A controlada São Francisco possui operações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$1.877 a pagar para a empresa Sterlite Brazil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

13. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):

Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo do período (*)
	31/12/2023					
São Francisco	491.129.494	100	1.020.257	536.540	483.717	(9.309)
Total	**491.129.494**	**–**	**1.020.257**	**536.540**	**483.717**	**(9.309)**

(*) Resultado do período compreendido entre 01 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2023, data em que a investida passou a ser Controlada pela Companhia.

b) Movimentação do investimento:

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/22	Aquisição de investimento	Aportes de capital	Equivalência patrimonial (*)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/23
São Francisco	–	322.972	198.946	(9.309)	(28.892)	483.717
Total	**–**	**322.972**	**198.946**	**(9.309)**	**(28.892)**	**483.717**

(*) A investida passou a ser controlada pela Companhia a partir de 01 de julho de 2023, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado da investida do período compreendido entre 01 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras	Companhia	Vencimento	Encargos	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Nota promissória	São Francisco	14/09/2023	CDI + 4,00%	–	–
CCB (BB)	São Francisco	24/05/2024	CDI + 3,0416%	–	49.969
BNB	São Francisco	15/02/2045	IPCA + 1,5380%	–	245.533
Banco do Brasil - FNDE (Prioritário)	São Francisco	01/09/2042	IPCA + 3,0747%	–	80.581
Banco do Brasil - FNDE (Não prioritário)	São Francisco	01/09/2042	IPCA + 4,5216%		16.369
Debêntures	Olindina	15/01/2046	IPCA + 8,1349	153.272	153.272
Total de empréstimos e financiamentos				**153.272**	**545.724**
Circulante				–	57.960
Não circulante				153.272	487.764
				153.272	**545.724**

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Companhia	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Atualização monetária	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
		Controladora							
Debêntures	Olindina	–	149.400	1.231	2.641	–	–	–	153.272
Total		**–**	**149.400**	**1.231**	**2.641**	**–**	**–**	**–**	**153.272**

Instituições financeiras	Companhia	Saldo em 31/12/2022	Aquisições de investimentos	Captações e adições	Atualização monetária	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
		Consolidado								
Nota promissória	São Francisco	–	91.229	–	–	3.217	(80.000)	(14.446)	–	–
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	São Francisco	–	151.322	–	–	7.467	(150.000)	(8.789)	–	–
CCB Alfa	São Francisco	–	51.145	–	–	1.932	(50.000)	(3.077)	–	–
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	São Francisco	–	–	81.635	–	22	–	–	(1.076)	80.581
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	São Francisco		–	16.582	–	5	–	–	(218)	16.369
BNB (Novo)	São Francisco	–	–	246.519	–	2.046	–	–	(3.032)	245.533
Banco do Brasil - CCB	São Francisco	–	–	50.000	–	3.454	–	–	(3.485)	49.969
Debêntures	Olindina	–	–	149.400	1.231	2.641	–	–	–	153.272
Total		**–**	**293.696**	**544.136**	**1.231**	**20.784**	**(280.000)**	**(26.312)**	**(7.811)**	**545.724**

Olindina: A Companhia realizou a primeira emissão de 149.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R$1.000,00, em setembro de 2023 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo o vencimento da parcela em julho de 2025 e o vencimento em janeiro de 2046, remunerada à taxa de IPCA + 8,1349 % a.a. Em setembro de 2023, a Companhia, juntamente com sua controladora, Sterlite Brazil Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023, foram emitidas cartas de fiança, em benefício dos debenturistas, no valor de R$149.400 a fim de garantir as Debêntures. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e *pro rata temporis,* até a conclusão físico-financeira do Projeto. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do CPG, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018, bem como dos dividendos de sua investida São Francisco. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da São Francisco da Olindina Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. São Francisco: A São Francisco realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A São Francisco realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a São Francisco aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Sterlite Brazil Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A São Francisco realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85 % a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato. Em 17 de julho de 2023, o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2023.194.21455 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BNB") no valor de R$ 150.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 0,25% a.m. (equivalente a CDI + 3,0416% a.a.). A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 0,25% a.m. considera os dias corridos em uma base mensal de 30 dias. Os juros são exigidos mensalmente desde a partir de abril de 2023. O Empréstimo-Ponte BNB foi totalmente liquidado no dia 25 de outubro de 2023 com os recursos do primeiro desembolso do Financiamento BNB-FNE. A São Francisco emitiu o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2019.890.20153 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Financiamento BNB-FNE") no valor de R$ 290.024 em 13 de março de 2020, cujas taxas de juros são 1,4805% a.a. para municípios prioritários (R$ 269.718) e 1,8095% a.a. para municípios não prioritários (R$ 20.304), corrigidas pelo IPCA, de acordo com as regras da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais ("TFC"). O pagamento de principal e juros ocorrerá mensalmente a partir do dia 14 de abril de 2024 até o vencimento do contrato, em 15 de março de 2044. No dia 25 de outubro de 2023, o BNB desembolsou R$ 246.519, sendo R$ 229.261 para municípios prioritários e R$ 17.258 para municípios não prioritários. Como garantia, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva de R$6.755. Em setembro de 2023, a São Francisco, juntamente com sua controladora, Olindina Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023, foram emitidas cartas de fiança, em benefício do BNB, no valor de R$290.022 a fim de garantir Financiamento BNB-FNE. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e *pro rata temporis,* até a conclusão físico-financeira do Projeto. Em janeiro de 2023, a Companhia firmou o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 20/00900-3 junto ao Banco do Brasil, como banco repassador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste ("Financiamento BB-FDNE"), nos termos da Resolução SUDENE nº 768, de 28 de dezembro de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2022. O valor do crédito é de R$ 150.000, sendo R$ 133.418 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a municípios não prioritários. Os pagamentos de principal e juros ocorrerão semestralmente, com carência até março de 2025 e vencimento em setembro de 2042. A taxa de juros para municípios prioritários é de 3,0747% e para municípios não prioritários é de 4,5216%, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2023, foram desembolsados R$ 98.217, sendo R$ 81.635 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a não prioritários. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes do Financiamento BB-FDNE e do CPG, a São Francisco cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a Olindina Participações alienaram fiduciariamente as ações da São Francisco aos Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e por sua controlada exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado.

Adicionalmente não há índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a serem cumpridos para 31 de dezembro de 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
2025	–	9.452
2026	–	9.978
2027	–	10.194
2028	–	10.875
2029	–	11.741
2030	–	12.606
2031	–	13.100
Após 2032	153.272	409.818
Total das obrigações	**153.272**	**487.764**

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:

	Consolidado 31/12/2023
Imposto de renda diferido	**3.211**
Contribuição social diferida	**1.156**
IR e CS diferidos ativos	**4.367**
Imposto de renda diferido	**(540)**
Contribuição social diferida	**(194)**
IR e CS diferidos passivos	**(734)**
PIS diferido	**(15.041)**
COFINS diferida	**(69.278)**
PIS e COFINS diferidos	**(84.319)**
Tributos passivos	**(80.319)**
Ativo não circulante	**3.633**
Passivo circulante	**(5.957)**
Passivo não circulante	**(78.362)**

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. (ii) A companhia iniciará suas operações em 2024, e com isso realizará seus impostos diferidos ativos. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo antes do IR e da CS	(13.310)	(17.468)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**4.525**	**5.939**
Resultado de equivalência patrimonial	(3.165)	(3.165)
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.360)	
Outras diferenças permanentes	–	1.384
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**–**	**4.158**
Diferido	**–**	**4.158**
Alíquota efetiva	**0%**	**24%**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022	Aquisição de investimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2023
	Consolidado			
Ativo/passivo				
Imposto de renda	–	(386)	**3.057**	**2.671**
Contribuição social	–	(139)	**1.101**	**962**
Não circulante	**–**	**(525)**	**4.158**	**3.633**

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Perda possível: Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como "possível" em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Consolidado Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Saldo adiquirido com aquisição da controlada		**1.141**
Cível	–	214
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1**	**1.355**

A controlada São Francisco recebeu em 7 de dezembro de 2023 um Termo de Intimação de Penalidade Editalícia enviado pela ANEEL, indicando possíveis penalidades, estimadas no montante de R$ 46.358, em virtude do atraso na conclusão e entrada em operação comercial do empreendimento, a qual deveria ter ocorrida em 21 de setembro de 2023, conforme previsto no contrato de concessão. Este mesmo termo indica que a controlada da Companhia poderá eventualmente ter parte do valor da multa prevista coberta pelo Seguro Garantia firmado pela Companhia. A administração da controlada da Companhia enviou a Manifestação acerca do referido Termo de Intimação em 30 de janeiro de 2024, apresentando as suas justificativas para o atraso citado acima, que incluem dentre outras: a dificuldade na obtenção de determinadas licenças e as limitações administrativas impostas pelo período da Covid-19. Com base nas premissas destacadas acima, a administração da controlada da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão, é possível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 08 de junho de 2022, com capital social autorizado de R$100,00 (cem reais), divididas em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas R$1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 344.126, representado por 344.126.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R$1 real cada. Em 23 de agosto de 2023, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 322.972, com a subscrição particular de 322.972.062 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado nesta data (vide Nota 5 para maiores detalhes). Em 22 de setembro de 2023, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 21.154, com a subscrição particular de 21.154.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023
Receita operacional bruta	
Receita de implementação e margem da infraestrutura	393.317
Remuneração do ativo de concessão	28.681
Total da receita bruta	**421.998**
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(6.489)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(473)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(29.894)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.180)
Total de deduções	**(39.036)**
Receita operacional líquida	**382.962**
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	**(392.331)**
Margem de implementação da infraestrutura	**(32.926)**
Margem %	**(8,39%)**

continua →

OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

19. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	Consolidado 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(200.628)
Edificação	(171.370)
Servidão	(3.472)
Capitalização de juros	(18.143)
Outros	1.282
	(392.331)

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Pessoal e encargos	–	(1)
Serviços de terceiros	(122)	(850)
Aluguéis	–	(7)
Tributos	–	(142)
Seguros	–	(529)
Outros	(1)	(5)
	(123)	(1.534)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	–	–
	–	–
Despesas financeiras		
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(3.872)	(3.872)
Despesas bancárias	(1)	(356)
Comissões e taxas	(2)	(1.368)
Multas e juros	–	(1.019)
Outros	(3)	(5)
	(3.878)	(6.620)
	(3.878)	(6.620)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e sua controlada é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

	Nível	Controladora 2023	Consolidado 2023
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Bancos		222	14.690
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2023**
Caixa restrito	2	–	6.958
Aplicações financeiras	2		34.815
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2023**
Empréstimos, financiamentos e debêntures		153.272	545.724
Fornecedores		–	45.906

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.1 Gestão do capital:** A Companhia e sua controlada utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e de sua controlada são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e de sua controlada são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e sua controlada efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não se identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da controlada da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixos em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de sua controlada, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

Controladora 2023

	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução: Cenário I (-50%)	Risco de redução: Cenário II (-25%)	Risco de aumento: Cenário III (50%)	Risco de aumento: Cenário IV (25%)
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	6,38%	9,57%	19,13%	15,94%
Empréstimos e financiamentos		153.272	19.550	9.775	14.662	29.325	24.317

Consolidado 2023

	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução: Cenário I (-50%)	Risco de redução: Cenário II (-25%)	Risco de aumento: Cenário III (50%)	Risco de aumento: Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		34.815	4.056	2.028	3.042	6.084	5.070
Caixa restrito		6.958	811	405	608	1.216	1.013
Passivos							
	IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	3,54%	5,31%	10,62%	8,85%
Empréstimos e financiamentos		545.724	63.553	31.777	47.665	95.330	79.441

b) Riscos de preço: As receitas da controlada da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia e sua controlada fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia e sua controlada acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e de sua controlada é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e de sua controlada. A Administração da Companhia e de sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e de sua controlada são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

23. SEGUROS

A Companhia e sua controlada possuem contratos de seguros garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	17/06/2024	R$38.631
Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/09/2022	01/10/2023	R$30.000
Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/09/2022	01/10/2025	R$832.420

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Olindina: **a) Aumento de capital:** Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2024, a Companhia teve um aumento de capital social, efetuado pela sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A. no montante de R$ 40.000, mediante à subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista e em moeda corrente nacional. São Francisco: **a) Empréstimos e financiamentos:** No dia 28 de março de 2024, o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R$ 43.503, sendo R$ 40.458 para municípios prioritários e R$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso nesta data para a São Francisco. **b) Aumento de capital:** Conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social de São Francisco, efetuado pela sua controladora Olindina Participações S.A. no montante de R$ 40.000, mediante à subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Olindina Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Olindina Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a controlada da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R$ 911.561 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da controlada da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da controlada da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela controlada da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da controlada da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela controlada Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE026317/O

Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "São Francisco")** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "São Francisco")**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

Olindina Participações S.A.

100%

São Francisco Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 07 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 18/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo iniciar em julho de 2023 de R$ 70.982.301.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e Bahia:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, em circuito simples, com extensão aproximada de 180 km;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Olindina e Sapeaçu, em circuito simples, com extensão aproximada de 207 km;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km;
- Entradas de linha, interligações de barramentos, compensações, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**49.283**	18
Ativo da concessão	7	**64.401**	19.566
Prêmio de seguro		**643**	828
Adiantamento a fornecedores e funcionários		**–**	33
Tributos e contribuições a compensar		**901**	–
Outros ativos		**35**	–
Total do ativo circulante		**115.263**	20.445
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	**847.160**	139.219
Caixa restrito	6	**6.958**	–
Tributos e contribuições a compensar		**–**	551
Prêmio de seguro		**417**	927
Adiantamentos a fornecedores	8	**46.826**	57.785
Impostos de renda e contribuição social diferidos	13	**3.633**	83
Total do ativo não circulante		**904.994**	198.565
Total do ativo		**1.020.257**	219.010

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	**45.906**	18.016
Empréstimos e financiamentos	12	**57.960**	84.025
Tributos e contribuições sociais	10	**11.883**	2.923
Imposto de renda e contribuição social		**85**	–
PIS e COFINS diferidos	13	**5.957**	1.810
Dividendos a pagar		**18**	18
Partes relacionadas	11	**1.877**	1.877
Outros passivos		**–**	2.659
Total do passivo circulante		**123.686**	111.328
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	**334.492**	–
PIS e COFINS diferidos	13	**78.362**	12.841
Total do passivo não circulante		**412.854**	12.841
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	**491.129**	86.514
Prejuízos acumulados		**(7.412)**	(519)
		483.717	85.995
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.b	**–**	8.846
Total do patrimônio líquido		**483.717**	94.841
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.020.257**	219.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida		**645.484**	102.547
Remuneração do ativo de concessão líquido		**37.623**	3.644
Receita operacional líquida	16	**683.107**	106.191
Custo de implementação de infraestrutura	17	**(686.670)**	(108.223)
Prejuízo bruto		**(3.563)**	(2.032)
Despesas gerais e administrativas	18	**(3.172)**	(1.788)
Outras receitas (despesas)		**55**	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(6.680)**	(3.820)
Receitas financeiras	19	**–**	199
Despesas financeiras	19	**(3.763)**	(104)
		(3.763)	95
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(10.443)**	(3.725)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	**3.550**	1.282
Prejuízo do exercício		**(6.893)**	(2.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(6.893)**	(2.443)
Total de resultados abrangentes	**(6.893)**	(2.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	(–) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	292.183	(260.497)	97	1.827	–	33.610	1.747	35.357
Integralização de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	–	1.747	–	–	–	1.747	(1.747)	–
Integralização de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	–	3.011	–	–	–	3.011	–	3.011
Integralização de capital conforme AGE de 01 de dezembro de 2022	–	50.070	–	–	–	50.070	–	50.070
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	8.846	8.846
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(2.443)	(2.443)	–	(2.443)
Absorção do prejuízo reserva legal	–	–	(97)	–	97	–	–	–
Absorção do prejuízo retenção de lucros	–	–	–	(1.827)	1.827	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	292.183	(205.669)	–	–	(519)	85.995	8.846	94.841
Adiantamento para futuro aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**246.369**	**246.369**
Integralização de capital	**49.546**	**205.669**	**–**	**–**	**–**	**255.215**	**(255.215)**	**–**
Aumento de capital conforme AGE de 06 de outubro de 2023	**149.400**	**–**	**–**	**–**	**–**	**149.400**	**–**	**149.400**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.893)**	**(6.893)**	**–**	**(6.893)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**491.129**	**–**	**–**	**–**	**(7.412)**	**483.717**	**–**	**483.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	**(10.443)**	(3.725)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	**69.668**	10.783
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**34.477**	4.246
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	**(35)**	–
Ativo de concessão	**(752.776)**	(116.974)
Impostos e contribuições a compensar	**(265)**	(30)
Prêmio de seguro	**695**	(1.324)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	**10.992**	(56.655)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**27.890**	16.245
Tributos e contribuições sociais	**8.960**	2.904
Salários e encargos sociais	**–**	(234)
Partes relacionadas	**–**	327
Outros	**(2.659)**	2.658
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(613.496)**	(141.779)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**149.400**	53.081
Adiantamento para futuro aumento de capital	**246.369**	8.846
Caixa restrito	**(6.958)**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	**594.736**	86.000
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	**(7.811)**	–
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	**(280.000)**	–
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	**(32.975)**	(6.221)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**662.761**	141.706
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**49.265**	(73)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**18**	91
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**49.283**	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "São Francisco"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação comercial integral em maio de 2024. A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada. A Companhia tem sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A Companhia é controlada pela Olindina Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"). **1.2. Da Concessão:** Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 18/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após a entrada em operação comercial. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e Bahia: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, em circuito simples, com extensão aproximada de 180 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Olindina e Sapeaçu, em circuito simples, com extensão aproximada de 207 km; (iii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km; (iv) Entradas de linha, interligações de barramentos, compensações, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$52.510 (R$70.982 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 24 de abril de 2024. **2.3. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 8.423. Contudo, a administração não entende que esta situação é um risco, uma vez que para reverter esse ponto, sua nova controladora Olindina Participações S.A., bem como sua controladora indireta Sterlite Brasil Participações S.A. efetuaram aportes de capital no período, bem como já houve desembolso de financiamentos também. No dia 28 de março de 2024 o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R$ 43.503, sendo R$ 40.458 para municípios prioritários e R$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso restante, com desembolso de suas primeiras parcelas em 25 de outubro de 2023. Para mais detalhes, veja Nota 12. Adicionalmente, conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade

continua→★

Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual. A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. • Determinação das receitas de operação e manutenção: O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e caixa restrito e passivos financeiros referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 25% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**14.468**	18
Aplicações financeiras	**34.815**	–
	49.283	18

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 70% e 98% em 2023, para o qual houve rentabilidade de R$ 1.973 em 2023 (R$ 199 em 2022).

6. CAIXA RESTRITO

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (caixa restrito)	**6.958**	–
	6.958	–

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 dezembro de 2023. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 12.

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**158.785**	41.811
Receita de implementação e margem da infraestrutura	**711.318**	112.959
Remuneração do ativo de concessão	**41.458**	4.015
	911.561	158.785
Circulante	**64.401**	19.566
Não circulante	**847.160**	139.219

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a funcionários	**–**	19
Adiantamentos a fornecedores (i)	**46.826**	57.799
	46.826	57.818
Circulante	**–**	33
Não Circulante	**46.826**	57.785

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços (*)	**42.209**	16.285
Retenções contratuais e	**3.697**	–
Materiais e serviços não faturados	**–**	1.731
	45.906	18.016

(*) Saldo referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	**347**	–
ISS	**2.507**	399
INSS Terceiros	**1.476**	464
Contribuição social retida na fonte	**–**	85
Imposto de renda retido na fonte	**80**	15
ICMS	**7.473**	1.960
	11.883	2.923

11. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Sterlite Brazil Participações S.A.	**1.877**	1.877
Total	**1.877**	1.877

A Companhia possui operações com partes relacionadas em 30 de setembro 2023 no valor de R$1.877 a pagar para a empresa Sterlite Brazil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Nota promissória	14/09/2023	CDI + 4,00%	–	84.025
CCB (BB)	24/05/2024	CDI + 3,0416%	49.969	–
BNB	15/02/2045	IPCA + 1,5380%	245.533	–
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	01/09/2042	IPCA + 3,0747%	80.581	–
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	01/09/2042	IPCA + 4,5216%	16.369	–
Total de empréstimos e financiamentos			**392.452**	**84.025**
Circulante			57.960	84.025
Não circulante			334.492	–
			392.452	**84.025**

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
Nota promissória	84.025	–	10.421	(80.000)	(14.446)	–	–
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	–	150.000	14.225	(150.000)	(14.225)	–	–
CCB Alfa	–	50.000	4.304	(50.000)	(4.304)	–	–
Banco do Brasil - CCB	–	50.000	3.454	–	–	(3.485)	49.969
BNB - Banco do Nordeste	–	246.519	2.046	–	–	(3.032)	245.533
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)		81.635	22	–	–	(1.076)	80.581
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	–	16.582	5	–	–	(218)	16.369
Total	**84.025**	**594.736**	**34.477**	**(280.000)**	**(32.975)**	**(7.811)**	**392.452**

continua→★

Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2022
Nota promissória (Modal)	–	86.000	4.246	(6.221)	84.025
Total	–	**86.000**	**4.246**	**(6.221)**	**84.025**

A Companhia realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A Companhia realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Sterlite Brazil Participações S.A. A Companhia emitiu a CCB nº 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a Companhia aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Sterlite Brazil Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A Companhia realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A. A Companhia emitiu a CCB nº 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85 % a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato. Em 17 de julho de 2023 o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Sterlite Brazil Participações S.A. A Companhia emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2023.194.21455 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BNB") no valor de R$ 150.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 0,25% a.m. (equivalente a CDI + 3,0416% a.a.). A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 0,25% a.m. considera os dias corridos em uma base mensal de 30 dias. Os juros são exigidos mensalmente desde a partir de abril de 2023. O Empréstimo-Ponte BNB foi totalmente liquidado no dia 25 de outubro de 2023 com os recursos do primeiro desembolso do Financiamento BNB- FNE. A Companhia emitiu o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2019.890.20153 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Financiamento BNB- FNE") no valor de R$ 290.024 em 13 de março de 2020, cujas taxas de juros são 1,4805% a.a. para municípios prioritários (R$ 269.718) e 1,8095% a.a. para municípios não prioritários (R$ 20.304), corrigidas pelo IPCA, de acordo com as regras da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais ("TFC"). O pagamento de principal e juros ocorrerá mensalmente a partir do dia 14 de abril de 2024 até o vencimento do contrato, em 15 de março de 2044. No dia 25 de outubro de 2023 o BNB desembolsou R$ 246.519, sendo R$ 229.261 para municípios prioritários e R$ 17.258 para municípios não prioritários. Como garantia, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva de R$6.755. Em setembro de 2023 a Companhia, juntamente com sua controladora, Olindina Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023 foram emitidas cartas de fiança, em benefício do BNB, no valor de R$290.022 a fim de garantir Financiamento BNB-FNE. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do Projeto. Em janeiro de 2023 a Companhia firmou o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 20/00900-3 junto ao Banco do Brasil, como banco repassador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste ("Financiamento BB- FDNE"), nos termos da Resolução SUDENE nº 768, de 28 de dezembro de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2022. O valor do crédito é de R$ 150.000, sendo R$ 133.418 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a municípios não prioritários. Os pagamentos de principal e juros ocorrerão semestralmente, com carência até março de 2025 e vencimento em setembro de 2042. A taxa de juros para municípios prioritários é de 3,0747% e para municípios não prioritários é de 4,5216%, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2023 foram desembolsados R$ 98.217, sendo R$ 81.635 direcionados a municípios prioritários e R$ 16.582 a não prioritários. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes do Financiamento BB-FDNE e do CPG, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a Olindina Participações alienaram fiduciariamente as ações da São Francisco aos Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023
2025	9.452
2026	9.978
2027	10.194
2028	10.875
2029	11.741
2030	12.606
2031	13.100
Após 2032	256.546
Total das obrigações	**334.492**

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	**3.211**	1.491
Contribuição social diferida	**1.156**	537
IR e CS diferidos ativos	**4.367**	2.028
Imposto de renda diferido	**(540)**	(1.430)
Contribuição social diferida	**(194)**	(515)
IR e CS diferidos passivos	**(734)**	(1.945)
PIS diferido	**(15.041)**	(2.613)
COFINS diferida	**(69.278)**	(12.038)
PIS e COFINS diferidos (i)	**(84.319)**	**(14.651)**
Ativo não circulante(ii)	**3.633**	83
Passivo circulante	**5.957**	1.810
Passivo não circulante	**78.362**	12.841

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. (ii) A companhia iniciará suas operações em 2024, e com isso realizará seus impostos diferidos ativos até o exercício de 2025. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do IR e da CS	**(10.443)**	(3.725)
Alíquotas nominais vigentes	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	**3.551**	1.267
Outras diferenças permanentes	**(1)**	15
Imposto de renda e contribuição social efetiva	**3.550**	1.282
Diferido	**3.550**	1.282
Alíquota efetiva	**34%**	34%

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Impostos diferidos				
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo					
Imposto de renda	(881)	943	62	**2.609**	**2.671**
Contribuição social	(318)	339	21	**941**	**962**
Não circulante	(1.199)	1.282	83	**3.550**	**3.633**

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Perda possível: Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como "possível" em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1**	**1.141**
Cível	–	214
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1**	**1.355**

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Cível	1	1.141
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1**	**1.141**

A Companhia recebeu em 7 de dezembro de 2023 um Termo de Intimação de Penalidade Editalícia enviado pela ANEEL, indicando possíveis penalidades, estimadas no montante de R$ 46.358, em virtude do atraso na conclusão e entrada em operação comercial do empreendimento, a qual deveria ter ocorrida em 21 de setembro de 2023, conforme previsto no contrato de concessão. Este mesmo termo indica que a Companhia poderá eventualmente ter parte do valor da multa prevista coberta pelo Seguro Garantia firmado pela Companhia. A administração da Companhia enviou a Manifestação acerca do referido Termo de Intimação em 30 de janeiro de 2024, apresentando as suas justificativas para o atraso citado acima, que incluem dentre outras: a dificuldade na obtenção de determinadas licenças e as limitações administrativas impostas pelo período da Covid-19. Com base nas premissas destacadas acima, a administração da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão, é possível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R$1,00. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R$491.129 (R$ 86.514 em 31 de dezembro de 2022), representado por 491.129.494 ações ordinárias nominativas e no valor nominal de R$ 1 cada (86.514.000 em 31 de dezembro de 2022). Conforme ata de AGE do dia 26 de maio de 2023, a acionista Sterlite Brazil Participações S.A. aprovou a integralização de parcela do capital social subscrito da Companhia no montante R$79.610. Conforme ata de AGE do dia 22 de setembro de 2023, a acionista Olindina Participações S.A. aprovou a integralização de parcela do capital social subscrito da Companhia no montante R$126.059 e aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante R$49.546, os quais são totalmente subscritos e integralizados. Conforme ata de AGE do dia 06 de outubro de 2023, a acionista Olindina Participações S.A. aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante R$149.400, os quais foram totalmente subscritos e integralizados. b) Alteração de dividendos mínimos obrigatórios: Conforme ata de AGE do dia 06 de novembro de 2023, foi aprovado a alteração do percentual de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual da Companhia de pelo menos 1% para pelo menos 25% do lucro líquido do exercício.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura	**711.318**	112.959
Remuneração do ativo de concessão	**41.458**	4.015
Total da receita bruta	**752.776**	116.974
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	**(11.743)**	(1.857)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(684)**	(66)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	**(54.091)**	(8.555)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	**(3.151)**	(305)
Total de deduções	**(69.669)**	(10.783)
Receita operacional líquida	**683.107**	106.191
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	**686.670**	108.223
Margem de implementação da infraestrutura	**(41.186)**	(5.676)
Margem %	**(6,00)%**	(5,24)%

17. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	–	(29.035)
Pessoal	–	(2.084)
Máquinas e equipamentos	**(366.193)**	(59.706)
Gastos ambientais	–	(1.686)
Edificação	**(271.314)**	–
Servidão	**(11.529)**	(5.442)
Capitalização de juros	**(34.477)**	(4.246)
Outros	**(3.157)**	(6.024)
	(686.670)	(108.223)

Custos referentes à construção do projeto se intensificaram durante o ano de 2023 principalmente com as edificações e máquinas e equipamentos.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	**(3)**	(46)
Serviços de terceiros	**(2.042)**	(1.317)
Aluguéis	**(7)**	(5)
Tributos	**(151)**	(7)
Seguros	**(968)**	(374)
Outros	**(1)**	(39)
	(3.172)	(1.788)

Em 31 de dezembro de 2023 as despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	–	199
	–	199
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	**(682)**	–
Comissões e taxas	**(1.366)**	–
Multas e juros	**(1.713)**	–
IOF	–	(102)
Outros	**(2)**	(2)
	(3.763)	(104)
	(3.763)	95

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **20.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Bancos		**14.468**	18
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Caixa restrito	2	**6.958**	–
Aplicações financeiras	2	**34.815**	–
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos		**392.452**	84.025
Fornecedores		**45.906**	18.016

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **20.2 Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. *Análise de sensibilidade:* O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

				2023			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos							
	CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa		34.815	4.056	2.028	3.042	6.084	5.070
Caixa restrito		6.958	811	405	608	1.216	1.013
Passivos							
	IPCA/CDI		4,62% e 11,65% + taxas fixas do contrato	3,07%	4,60%	9,20%	7,67%
Empréstimos e financiamentos		392.452	44.003	22.002	33.003	66.005	55.004

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

21. SEGUROS

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	17/06/2024	R$38.631
Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/09/2022	30/01/2024	R$30.000
Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/09/2022	01/10/2025	R$832.420

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital: Conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista. Empréstimos e financiamentos: No dia 28 de março de 2024 o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R$ 43.503, sendo R$ 40.458 para municípios prioritários e R$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso nesta data.

continua →★

Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **São Francisco Transmissão de Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

BR PARTNERS

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2023 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2022. O *Outlet Premium* Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2023 com vendas de R$ 438,1 milhões, um aumento de 16,0% em relação a 2022 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2023 apenas 1,5% acima de 2022.
Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**
Circulante		**2.911**	**2.720**	**9.274**	**8.083**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.430	1.472	2.279	2.631
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6	1.713	1.515	8.138	6.695
Provisão para perdas esperadas	6	(243)	(282)	(1.206)	(1.318)
Tributos a recuperar		11	15	63	75
Não circulante		**46.653**	**38.691**	**91.618**	**93.209**
Realizável a longo prazo		**–**	**–**	**3.238**	**2.943**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6	–	–	3.238	2.943
Investimentos		**46.653**	**38.691**	**88.380**	**90.266**
Participações em controlada	8	33.224	25.037	–	–
Propriedade para investimento	7b	13.429	13.654	88.380	90.266
Total do ativo		**49.564**	**41.411**	**100.892**	**101.292**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**
Circulante		**449**	**432**	**17.187**	**15.572**
Fornecedores e outras contas a pagar	9	67	61	125	113
Tributos a recolher		226	230	789	443
Imposto diferidos	16b	156	141	156	141
Passivos financeiros	14	–	–	16.117	14.875
Não circulante		**–**	**–**	**34.590**	**44.741**
Passivos financeiros	14	–	–	34.590	44.741
Patrimônio líquido		**49.115**	**40.979**	**49.115**	**40.979**
Capital social	11	49.872	46.872	49.872	46.872
Reserva de capital		6.957	6.957	6.957	6.957
(-) Prejuízos acumulados		(7.714)	(12.850)	(7.714)	(12.850)
Total do passivo e patrimônio líquido		**49.564**	**41.411**	**100.892**	**101.292**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**
Receita operacional líquida	12	5.302	4.801	16.371	15.261
Custo com manutenção	13	(367)	(359)	(2.149)	(2.544)
Lucro bruto		**4.935**	**4.442**	**14.222**	**12.717**
Reversão/(Constituição) para perdas esperadas	6	39	45	111	672
Despesas administrativas	15	(566)	(567)	(2.955)	(2.956)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**4.408**	**3.920**	**11.378**	**10.433**
Receitas financeiras		176	181	706	602
Despesas financeiras		–	–	(5.996)	(6.774)
Resultado financeiro líquido de impostos		**176**	**181**	**(5.290)**	**(6.172)**
Resultado não operacional		1	(1)	2	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.186	159	–	–
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**5.771**	**4.259**	**6.090**	**4.259**
Imposto de renda e contribuição social	16a	(635)	(580)	(954)	(580)
Lucro líquido do exercício		**5.136**	**3.679**	**5.136**	**3.679**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

Consolidado	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	5.136	3.679
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**5.136**	**3.679**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	**Reservas de capital**	**Lucro/(Prejuízo) acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	**44.272**	**6.957**	**(16.529)**	**34.700**
Integralização de capital	2.600	–	–	2.600
Lucro líquido do exercício	–	–	3.679	3.679
Em 31 de dezembro de 2022	**46.872**	**6.957**	**(12.850)**	**40.979**
Integralização de capital	3.000	–	–	3.000
Lucro líquido do exercício	–	–	5.136	5.136
Em 31 de dezembro de 2023	**49.872**	**6.957**	**(7.714)**	**49.115**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2023**	**Saldo em 31/12/2022**
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido dos exercícios		**5.136**	**3.679**	**5.136**	**3.679**
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação	7b	330	330	2.115	2.113
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.186)	(159)	–	–
Apropriação de despesas com passivos financeiros		–	–	6.343	7.003
Constituição/(Reversão) de perdas esperadas	6	(39)	(46)	(112)	(671)
Impostos diferidos		15	10	15	10
Lucro ajustado		**4.256**	**3.814**	**13.497**	**12.134**
Variações em:					
(Aumento)/diminuição em ativos financeiros ao custo amortizado		(198)	(71)	(1.738)	(801)
(Aumento)/diminuição em outros ativos		15	41	75	45
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar		(11)	(5)	(63)	(38)
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar		6	(18)	12	(31)
Aumento/(diminuição) em tributos a recolher		572	531	922	440
Imposto de renda e contribuição social pagos		(575)	(584)	(575)	(584)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**4.065**	**3.708**	**12.130**	**11.165**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de participação societária	8	(7.000)	(7.000)	–	–
Aumento de investimento em edificações	7b	(107)	(41)	(231)	(381)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(7.107)**	**(7.041)**	**(231)**	**(381)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital integralizado		3.000	2.600	3.000	2.600
Pagamento de passivos financeiros		–	–	(15.251)	(13.692)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**3.000**	**2.600**	**(12.251)**	**(11.092)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(42)**	**(733)**	**(352)**	**(308)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.472	2.205	2.631	2.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.430	1.472	2.279	2.631
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(42)**	**(733)**	**(352)**	**(308)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais
A BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 17 de agosto de 2009, com sede em São Paulo, estado de São Paulo.
A Companhia participa como controladora direta na seguinte empresa:

			% Participação	
	Ramo de atividade	**País**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Controlada direta				
BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99	99,99

A Companhia e sua Controlada (conjuntamente denominada, "Grupo BR Partners") possuem por objetivo: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *shopping centers* e *outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresariais e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas ser exercidas diretamente ou por meio de controladas e coligadas.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de abril de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
a. Base para preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
c. Demonstrações financeiras individuais
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.
d. Demonstrações financeiras consolidadas
No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.
e. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.
Continuidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e sua controlada cumprirão com as obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.
No resultado, foi reconhecido um lucro líquido consolidado de R$ 5.136 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 3.679 em 31 de dezembro de 2022) e geração de caixa líquido consolidado nas atividades operacionais de R$ 12.130 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 11.165 em 2022), e nesta mesma data base o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R$ 7.913 (R$ 7.489 em 2022). Esse evento ocorreu, substancialmente, por conta das posições patrimoniais da controlada BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A..
A Companhia controlada acredita que o pagamento do empréstimo ocorrerá conforme o planejado, salientando que no exercício de 2023 e anteriores, os pagamentos foram realizados de acordo com o fluxo firmado em contrato, sem incorrer em atrasos. A Companhia controlada antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso a investimentos que podem ser realizados pelo seu controlador e acionista, bem como, planos de aporte de capital, se necessário. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia controlada possui junto ao seu controlador, bem como, a análise em conjunto das *Outlets*, a Companhia controlada conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar com a execução de seus planos de negócio. Deste modo, a Administração tem uma expectativa razoável de que conseguirá recursos financeiros suficientes para continuar operando seus negócios dentro dos próximos 12 meses.

3. Principais políticas contábeis
a. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
b. Ativos financeiros
i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado
Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.
Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis.
O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Valores a receber
Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis.
Sobre os valores de aluguéis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojista e a sua condição de atraso, efetua provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.
ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ("VJR") compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com o CPC 48, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.
c. Propriedade para investimentos
A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.
A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.
A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.
O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.
d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisao para perdas esperadas por *impairment* na data do balanço.
e. Passivos financeiros
Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
f. Capital Social
As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.
g. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.
Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
i. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro
A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:
I. Risco de crédito
Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.
A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações finan-

continua …

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ceiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Empresa encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Aplicações financeiras	2.276	2.630
Total	**2.276**	**2.630**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa (1)	2	1
Aplicações financeiras (2)	1.428	1.471
Total	**1.430**	**1.472**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa (1)	3	1
Aplicações financeiras (2)	2.276	2.630
Total	**2.279**	**2.631**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..

(2) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 109% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa e Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2023.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Composição

Referem-se a valores a receber de aluguéis das propriedades para investimento:

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Outlet Premium Brasília	1.691	1.487
General Shopping do Brasil	22	28
Total	**1.713**	**1.515**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Outlet Premium Rio de Janeiro	6.086	4.959
Outlet Premium Brasília	1.691	1.487
Aplicações financeiras (1)	3.238	2.943
General Shopping do Brasil	361	249
Total	**11.376**	**9.638**

(1) No consolidado, refere-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Controlada, mantida com o Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos (Nota explicativa nº14), remunerado a 97% do DI ao ano, com data de vencimento em 13 de dezembro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 3.238 (R$ 2.943 em 2022). O referido ativo foi registrado a custo amortizado em ambos exercícios.

A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Na Controladora foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 243 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 282 em 2022), no Consolidado R$ 1.206 em 2023 (R$ 1.318 em 2022).

No resultado da controladora o impacto da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2023 foi de reversão de R$ 39 (R$ 46 de constituição em 2022). Nos saldos consolidados o impacto da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2023 foi de reversão de R$ 112 (R$ 671 em 2022).

i. Abertura por prazo

Controladora – *Outlet Premium* Brasília	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	1.196	992
Vencidos		
1 a 30 dias	49	29
31 a 60 dias	–	–
61 a 90 dias	–	–
91 a 180 dias	130	111
Acima de 180 dias	370	355
Total	**1.745**	**1.487**

Consolidado – *Outlet Premium* Brasília e Rio de Janeiro	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	6.588	3.799
Vencidos		
1 a 30 dias	650	92
31 a 60 dias	–	41
61 a 90 dias	1	10
91 a 180 dias	143	140
Acima de 180 dias	395	2.364
Total	**7.777**	**6.446**

ii. Movimentação da provisão para perdas esperadas

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**282**	**328**
(-) Baixa	(39)	(46)
Saldo final	**243**	**282**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**1.318**	**1.989**
(-) Baixa	(112)	(671)
Saldo final	**1.206**	**1.318**

7. Propriedade para investimento

a. *Shopping Center Outlet Premium* Brasília

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Brasília ("*Shopping Center*").

O *Shopping Center Outlet Premium* Brasília, do Grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m² e um projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país. Em 11 de maio de 2012, foi celebrado o Acordo de Investimentos e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 18,77347% no montante de R$ 15.230. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto 2023 foi de R$ 60.838 (R$ 60.002 em 2022).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2023. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

b. *Shopping Outlet Premium* Rio de Janeiro

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*").

O *Shopping Center Outlet Premium* Rio de Janeiro, do grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall*, localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, tem fácil acesso aos aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, e as cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e está ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m².

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2023 foi de R$ 103.157 (R$ 92.262 em 2022).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2023. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

i. Controladora

	Terreno *Outlet* Brasília	Edificações *Outlet* Brasília	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**291**	**13.652**	**13.943**
Custo	–	41	41
Depreciação acumulada	–	(330)	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**291**	**13.363**	**13.654**
Custo	–	107	107
Depreciação acumulada	–	(330)	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**291**	**13.140**	**13.431**

ii. Consolidado

	Edificações *Outlet* Rio	Terreno *Outlet* Brasília	Edificações *Outlet* Brasília	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**78.055**	**291**	**13.652**	**91.998**
Custo	340	–	41	381
Depreciação acumulada	(1.782)	–	(331)	(2.113)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**76.613**	**291**	**13.362**	**90.266**
Custo	124	–	107	231
Depreciação acumulada	(1.785)	–	(330)	(2.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**74.952**	**291**	**13.139**	**88.382**

8. Participações em controladas

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o seguinte investimento na BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("BR Rio"):

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**25.037**	**17.878**
Aumento/integralização de capital em controlada (1)	7.000	7.000
Resultado de equivalência patrimonial	1.186	159
Saldo final	**33.223**	**25.037**

(1) A Companhia aumentou o capital social da Controlada em R$ 7.000 (R$ 7.000 em 2022).

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores	67	61	125	113
Total	**67**	**61**	**125**	**113**

10. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
Controladora	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesas)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesas)**
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários (1)	1.428	176	1.471	181
Valores a pagar (2)	–	(87)	–	(72)

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
Consolidado	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesas)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receita/ (Despesas)**
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários (1)	2.276	406	2.630	345
Valores a pagar (2)	–	(174)	–	(144)

(1) Refere-se ao Certificado de Depósito Bancário, vide nota explicativa 5.

(2) Referem-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.826 (milhares) por ações totalizando o montante de R$ 49.872 (R$ 6.872 em 2022). Houve integralização de capital social no valor de R$ 3.000 em 2023 (R$ 2.600 em 2022).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram distribuídos dividendos.

12. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Brasília	5.503	4.982
(-) PIS e COFINS	(201)	(181)
Total	**5.302**	**4.801**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Brasília e *Outlet Premium* Rio de Janeiro	17.518	16.328
(-) PIS e COFINS	(1.147)	(1.067)
Total	**16.371**	**15.261**

13. Custos com manutenção

O Consolidado, referem-se a custos operacionais com a manutenção dos *Shoppings Outlet Premium* Brasília e Rio de Janeiro, no valor de R$ 2.149 em 2023 (R$ 2.544 em 2022). Na Controladora, refere-se a custos com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Brasília no valor de R$ 367 em 2023 (R$ 359 em 2022).

14. Passivos financeiros

Os empréstimos bancários têm vencimento até 15 de abril de 2027 com encargos equivalentes à variação acumulada do índice de remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança livre (pessoa física) Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros remuneratórios à taxa fixa de 8,90% (oito inteiros e novecentos mil milionésimos por cento) ao ano, podendo a taxa variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato.

O total dos empréstimos no montante de R$ 80.300, preponderantemente obtidos junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília, cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial do *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.). O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 50.707 (R$ 59.616 em 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros.

15. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação	330	330
Despesas de publicações	1	44
Contrato de rateio de despesas administrativas (2)	87	72
Despesas de serviços técnicos especializados	22	26
Outras despesas	126	95
Total	**566**	**567**

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação	2.115	2.113
Despesas bancárias (1)	347	346
Despesas de publicações	6	78
Contrato de rateio de despesas administrativas (2)	174	144
Despesas de serviços técnicos especializados	44	45
Despesas tributárias	150	29
Outras despesas	119	201
Total	**2.955**	**2.956**

(1) Refere-se preponderantemente à despesa amortizada de comissão de estruturação de Cédula de Crédito Bancário do Banco Itaú BBA.

(2) Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 10).

16. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(623)	(573)
Total do imposto corrente	**(623)**	**(573)**
Imposto diferido		
Constituição/Utilização imposto diferido sobre receita	(12)	(7)
Total do imposto diferido	**(12)**	**(7)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(635)**	**(580)**

O montante de despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado foi de R$ 954 em 2023 (R$ 580 em 2022).

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	105	65	(53)	117
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	36	197	(194)	39
Total passivo fiscal diferido	**141**	**262**	**(247)**	**156**

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	98	57	(50)	105
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	33	182	(179)	36
Total passivo fiscal diferido	**131**	**239**	**(229)**	**141**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
Controladora	**PIS**	**COFINS**	**PIS**	**COFINS**
Receita tributável da atividade	**5.503**	**5.503**	**4.982**	**4.982**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% COFINS)	(36)	(165)	(31)	(149)
Despesa com PIS e COFINS	**(165)**	**(165)**	**(31)**	**(149)**

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
Consolidado	**PIS**	**COFINS**	**PIS**	**COFINS**
Receita tributável da atividade	16.371	16.371	16.328	16.328
Alíquota (0,65% de PIS e 3% COFINS)	(36)	(165)	(31)	(149)
Alíquota (1,65% de PIS e 7,6% COFINS)	(198)	(913)	(187)	(862)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	29	136	29	135
Total de PIS/COFINS sobre receitas da atividade	**(205)**	**(942)**	**(189)**	**(876)**
Receitas financeiras	**706**	**706**	**602**	**602**
Alíquota (0,65% de PIS e 4% COFINS)	(5)	(28)	(4)	(24)
Total de PIS/COFINS sobre receitas financeiras e outras rendas	**(28)**	**(28)**	**(158)**	**(732)**

No consolidado o montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 10.673 (R$ 10.820 em 2022), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

17. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria **Hideo Antonio Kawassaki** – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

continua …

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.115.212/0001-30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

www.brpartners.com.br

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2023 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2022. O *Outlet Premium* Rio de Janeiro se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2023 com vendas de R$ 391,8 milhões, um aumento de 10,9% em relação a 2022 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2023 apenas 1,5% acima de 2022. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**6.364**	**5.363**
Caixa e equivalentes de caixa	5	849	1.160
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		5.462	4.144
- Valores a receber	6b	6.425	5.180
- Provisão para perdas esperadas	6b	(963)	(1.036)
Tributos a recuperar		53	59
Não circulante		**78.189**	**79.555**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		3.238	2.943
- Aplicações financeiras	6a	3.238	2.943
Propriedade para Investimento	7	74.951	76.612
Total do ativo		**84.553**	**84.918**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**16.738**	**15.140**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	57	52
Tributos a recolher		564	213
Passivos financeiros	13	16.117	14.875
Não circulante		**34.591**	**44.741**
Passivos financeiros	13	34.591	44.741
Patrimônio líquido		**33.224**	**25.037**
Capital social	10a	66.350	59.350
Prejuízos acumulados		(33.126)	(34.313)
Total do passivo e patrimônio líquido		**84.553**	**84.918**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	(-) Capital a Integralizar	Lucro acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**54.850**	**(2.500)**	**(34.472)**	**17.878**
Integralização de capital	9.500	–	–	9.500
Capital a integralizar	–	(2.500)	–	(2.500)
Lucro líquido do exercício	–	–	159	159
Em 31 de dezembro de 2022	**64.350**	**(5.000)**	**(34.313)**	**25.037**
Integralização de capital	7.000	–	–	7.000
Lucro líquido do exercício	–	–	1.187	1.187
Em 31 de dezembro de 2023	**71.350**	**(5.000)**	**(33.126)**	**33.224**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Receita operacional líquida	11	11.068	10.460
Custos com manutenção	12	(1.782)	(2.185)
Lucro bruto		**9.286**	**8.275**
Despesas administrativas	14	(2.380)	(2.389)
Constituição/(Reversão) para perdas esperadas	6b	73	626
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos		**6.979**	**6.512**
Receitas financeiras		531	420
Despesas financeiras		(6.005)	(6.774)
Resultado financeiro líquido de impostos		**(5.474)**	**(6.354)**
Resultado não operacional		–	1
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.505**	**159**
Tributos sobre o lucro	15a	(318)	–
Lucro líquido do exercício		**1.187**	**159**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.187	159
Outros resultados abrangentes	–	–
Lucro abrangente do exercício	**1.187**	**159**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		1.187	159
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação	7	1.785	1.783
Apropriação de despesas com passivos financeiros		6.343	7.003
Constituição/(Reversão) para perdas esperadas	6b	(73)	(626)
Resultado líquido ajustado		**9.242**	**8.319**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição de instrumentos financeiros ao custo amortizado		(1.540)	(726)
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar		6	(32)
Aumento/(diminuição) de fornecedores e outras contas a pagar		5	(12)
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher		351	(91)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**8.064**	**7.458**
Atividades de investimento			
Aquisição de investimento em edificações	7	(124)	(340)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(124)**	**(340)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		7.000	9.500
Capital a integralizar		–	(2.500)
Pagamento de passivos financeiros		(15.251)	(13.692)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		**(8.251)**	**(6.692)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(311)**	**426**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.160	734
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	849	1.160
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(311)**	**426**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 11 de novembro de 2014, com a sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo. A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. é controlada diretamente pela BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., com 100% de participação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de abril de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$ 1.187 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 159 em 31 de dezembro de 2022) e geração de caixa liquido nas atividades operacionais de R$ 8.064 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 7.458 em 2022), e nesta mesma data base o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 10.374 em 2023 (R$ 9.777 em 2022).

A Companhia acredita que o pagamento do empréstimo ocorrerá conforme o planejado cabendo aqui salientar que no exercício de 2023 e anteriores, os pagamentos foram feitos de acordo com o fluxo firmado em contrato, sem haver histórico de atrasos. A Companhia antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso a investimentos que podem ser feito pelo seu controlador e acionista, bem como, planos de aumento de capital, se necessário.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o seu controlador, bem como, a análise em conjunto das *Outlets*, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Deste modo, a Administração tem uma expectativa razoável de que conseguirá recursos financeiros suficientes para continuar operando seus negócios dentro dos próximos 12 meses.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Ativos financeiros

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores a receber

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. Sobre os valores de aluguéis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojista e a sua condição de atraso, efetua provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado ("VJR") compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

f. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

g. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

i. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Aplicações financeiras	848	1.159
Total	**848**	**1.159**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa (1)	1	1
Aplicações financeiras (2)	848	1.159
Total	**849**	**1.160**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..

(2) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 109% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa e Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2023.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros referem-se à constituição de fundo de reserva, direcionada para conta vinculada de titularidade da Companhia, mantida com o Banco Itaú Unibanco S.A., equivalente a três parcelas da média de pagamento anual da Cédula de Crédito Bancário, objeto da concessão de empréstimos, remunerado a 97% do CDI ao ano, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2027. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 3.238 (R$ 2.943 em 2022). O referido ativo foi registrado a custo amortizado em ambos exercícios.

b. Valores a receber

Referem-se a valores a receber de aluguéis, no montante de R$ 6.086 em 2023 (R$ 4.959 em 2022) do *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*") e valores a receber da General *Shopping* do Brasil no montante de R$ 339 em 2023 (R$ 221 em 2022).

A Administração do *Shopping center* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 963 em 2023 (R$ 1.036 em 2022). No resultado do exercício houve reversão da

continua …

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 20.620.843/0001-06

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2023 de R$ 73 (em 2022 foi constituída provisão no montante de R$ 626).

i. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Rio de Janeiro

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	5.446	4.498
Vencidos		
1 a 30 dias	601	63
31 a 60 dias	–	41
61 a 90 dias	1	10
91 a 180 dias	13	29
Acima de 180 dias	364	539
Total	**6.425**	**5.180**

ii. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**1.036**	**1.662**
(-) Baixa	(73)	(626)
Saldo final	**963**	**1.036**

7. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center* denominado *Outlet Premium* Rio de Janeiro ("*Shopping Center*").

O *Outlet Premium* Rio de Janeiro, do grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se na Rodovia Washington Luiz (BR 040), km 109 – Rio de Janeiro-RJ, que liga o Rio de Janeiro à Juiz de Fora, fácil acesso a aeroportos Santos Dumont e Galeão/Tom Jobim, cidades serranas, como Petrópolis e Teresópolis, e ao lado do arco rodoviário metropolitano. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *Outlet Center* da região, com uma área bruta locável de 31.886 m².

Em 24 de fevereiro de 2015, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Controlada adquiriu 48% do empreendimento *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 11.940.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2023 foi de R$ 103.157 (R$ 96.262 em 2022).

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2023. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Custo	**Edificações**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	**78.055**	**78.055**
Custo	340	340
Depreciação acumulada	(1.783)	(1.783)
Em 31 de dezembro de 2022	**76.612**	**76.612**
Custo	124	124
Depreciação acumulada	(1.785)	(1.785)
Em 31 de dezembro de 2023	**74.951**	**74.951**

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fornecedores	57	52
Total	**57**	**52**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários [(1)]	848	230	1.159	165
Valores a pagar [(2)]	–	(87)	–	(72)

[(1)] Refere-se ao Certificado de Depósito Bancário, vide nota explicativa 5.

[(2)] Referem-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 79.717 milhares por ações (70.734 milhares por ação em 2022). O capital social integralizado é de R$ 66.350 (R$ 59.350 em 2022). Houve integralização de capital social no valor de R$ 7.000 em 2023 (R$ 7.000 em 2022).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram distribuídos dividendos.

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Rio de Janeiro	12.015	11.345
(-) PIS e COFINS	(947)	(885)
Total	**11.068**	**10.460**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 1.782 em 2023 (R$ 2.185 em 2022) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Rio de Janeiro.

13. Passivos financeiros

Os empréstimos bancários têm vencimento até 15 de abril de 2027 com encargos equivalentes à variação acumulada do índice de remuneração básica dos depósitos em caderneta de poupança livre (pessoa física) Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros remuneratórios à taxa fixa de 8,90% (oito inteiros e novecentos mil milionésimos por cento) ao ano, podendo a taxa variar de acordo com faixas da taxa Selic definidas em contrato.

O total dos empréstimos no montante de R$ 80.300 valor nominal, preponderantemente obtidos junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., incluem obrigações garantidas (hipoteca da fração ideal do imóvel *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília, cessão fiduciária das receitas advindas da exploração comercial do *Outlet* Salvador e *Outlet* Brasília e alienação fiduciária das ações emitidas pela BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.). O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 50.708 (R$ 59.616 em 2022), valores atualizados da dívida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros.

14. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação [(1)]	1.785	1.783
Despesas bancárias [(2)]	348	346
Despesas de publicidade	50	34
Contrato de rateio despesas administrativas [(3)]	87	72
Despesas de serviços técnicos especializados	23	22
Despesas tributárias	26	29
Outras despesas	61	103
Total	**2.380**	**2.389**

[(1)] Refere-se a depreciação de edificações *Outlet Premium* Rio de Janeiro (Nota explicativa 7).

[(2)] Refere-se preponderantemente à despesa amortizada de comissão de estruturação de Cédula de Crédito Bancário do Banco Itaú BBA.

[(3)] Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 9).

15. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**1.504**	**159**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(487)	(54)
Adições/Exclusões temporárias	22	217
Prejuízo fiscal	147	(163)
Despesa com IRPJ/CSLL	**(318)**	**–**

O montante de crédito tributário não registrado em 2023 foi de R$ 10.673 (R$ 10.820 em 2022), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	12.015	12.015	11.345	11.345
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(198)	(913)	(187)	(862)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	29	136	29	135
Total de PIS/COFINS sobre atividade principal	**(169)**	**(777)**	**(158)**	**(727)**
Receita tributável sobre receitas financeiras	531	531	420	420
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(3)	(21)	(3)	(17)
Total de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(3)**	**(21)**	**(3)**	**(17)**

16. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki

Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O ano de 2023 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2022. O *Outlet Premium* Salvador se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2023 com vendas de R$257,3 milhões, um aumento de 12,0% em relação a 2022 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2023 apenas 1,5% acima de 2022.

Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**5.608**	**6.096**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.982	2.882
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		3.608	3.164
- Valores a receber	6a	5.415	5.215
- Provisão para perdas esperadas	6c	(1.807)	(2.051)
Tributos a recuperar		18	50
Não circulante		**44.879**	**45.869**
Propriedade para Investimento	7	44.879	45.869
Total do ativo		**50.487**	**51.965**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**640**	**632**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	46	42
Tributos a recolher		299	316
Impostos diferidos	14b	295	274
Total do Passivo		**640**	**632**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	43.859	46.859
Reservas de lucros		5.988	4.474
Total do Patrimônio líquido		**49.847**	**51.333**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.487**	**51.965**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Receita operacional líquida	11	7.124	6.567
Custos com manutenção	12	(1.002)	(769)
Lucro bruto		**6.122**	**5.798**
(Constituição)/Reversão para perdas esperadas		244	559
Despesas administrativas	13	(1.210)	(1.324)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**5.156**	**5.033**
Receitas financeiras		224	387
Despesas financeiras		(9)	–
Resultado financeiro líquido de impostos		**215**	**387**
Resultado não operacional		–	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**5.371**	**5.420**
Imposto de renda e contribuição social	14a	(857)	(849)
Lucro líquido do exercício		**4.514**	**4.571**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva Legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**49.860**	**942**	**460**	**–**	**51.262**
Redução de capital social	(3.000)	–	–	–	(3.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.571	4.571
Constituição de reservas	–	229	2.842	(3.071)	–
Dividendos	–	–	–	(1.500)	(1.500)
Em 31 de dezembro de 2022	**46.860**	**1.171**	**3.302**	**–**	**51.333**
Redução de capital social	(3.000)	–	–	–	(3.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.514	4.514
Constituição de reservas	–	226	2.288	(2.514)	–
Dividendos	–	–	(1.000)	(2.000)	(3.000)
Em 31 de dezembro de 2023	**43.860**	**1.397**	**4.590**	**–**	**49.847**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	4.514	4.571
Outros resultados abrangentes	–	–
Lucro abrangente do exercício	**4.514**	**4.571**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		4.514	4.571
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Depreciação	7	990	981
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas esperadas	6c	(244)	(559)
Impostos diferidos		21	23
Lucro líquido ajustado		**5.281**	**5.016**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição de instrumentos financeiros ao custo amortizado		(200)	(389)
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar		32	(28)
Aumento/(diminuição) de fornecedores e outras contas a pagar		4	(15)
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher		705	769
Imposto de renda e contribuição social pagos		(722)	(861)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**5.100**	**4.492**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimento em edificações	7	–	(489)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**–**	**(489)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10b	(3.000)	(1.500)
Redução de capital social		(3.000)	(3.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(6.000)**	**(4.500)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(900)**	**(497)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		2.882	3.379
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	1.982	2.882
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(900)**	**(497)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2013 com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de abril de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que essa entidade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores a receber

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. Sobre os valores de aluguéis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojista e a sua condição de atraso, efetua provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

f. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

h. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Aplicações financeiras	1.981	2.881
Total	**1.981**	**2.881**

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:**

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	1.981	2.881
Total	**1.982**	**2.882**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A.

[2] Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 109% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa e Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2023.

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos valores a receber

Referem-se a valores a receber de aluguéis, no montante de R$ 5.415 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 5.215 em 2022), do *Outlet Premium* Salvador.

A Administração do *shopping center* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber no valor de R$ 1.807 em 2023 (R$ 2.051 em 2022). No resultado do exercício houve reversão da provisão para perdas esperadas referente aos aluguéis a receber em 2023 de R$ 244 (em 2022 foi constituída provisão no montante de R$ 559).

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Salvador

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	2.964	3.279
Vencidos		
1 a 30 dias	297	46
31 a 60 dias	8	46
61 a 90 dias	35	33
91 a 180 dias	265	353
Acima de 180 dias	1.846	1.458
Total	**5.415**	**5.215**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**2.051**	**2.610**
(-) Baixa	(244)	(559)
Saldo final	**1.807**	**2.051**

7. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado *Outlet Premium* Salvador ("*Shopping Center*").

O *Outlet Premium* Salvador, do grupo *General Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da Estrada do Coco, km 12,5, Vila de Abrantes, no município de Camaçari, situado a cerca de 41 km de Salvador. Dispõe de mais de 70 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área bruta locável de 14.964,41 m².

Em 18 de junho de 2013, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Parte Ideal de Imóvel e Outras Avenças, pelo qual a Companhia adquiriu 48% do *Shopping Center*. O investimento inicial no empreendimento foi de R$ 46.149.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi emitido laudo de avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2023 foi de R$ 85.533 (R$ 81.264 em 2022).

continua ...

BR PARTNERS

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.977.303/0001-61

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2023. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Depreciação	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**4.962**	**41.399**	**46.361**
Benfeitorias	–	489	489
Depreciação acumulada	–	(981)	(981)
Em 31 de dezembro de 2022	**4.962**	**40.907**	**45.869**
Depreciação acumulada	–	(990)	(990)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.962**	**39.917**	**44.879**

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fornecedores	46	42
Total	**46**	**42**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
- Certificados de depósitos bancários [(1)]	1.981	224	2.881	387
- Valores a pagar [(2)]	–	(87)	–	(72)

(1) Refere-se ao Certificado de Depósitos Bancários, vide nota explicativa nº 5.

(2) Referem-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 43.181 milhares de ações (46.134 milhares de ações em 2022), totalizando o montante de R$ 43.859 (R$ 46.859 em 2022).

Em 16 de junho de 2023 foi deliberada a redução de capital social no montante de R$ 3.000, correspondente a 2.953 (em milhares) de ações ordinárias de emissão da Companhia (R$ 3.000 em 2022 correspondente a 2.953 de milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 foram destinados dividendos no montante de R$ 2.000 relativos ao exercício de 2023 (R$ 1.500 em 2022) e R$ 1.000 relativo a períodos anteriores, deduzido da rubrica de "Outras reservas de lucros".

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Salvador	7.393	6.815
(-) PIS e COFINS	(269)	(248)
Total	**7.124**	**6.567**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 1.002 em 2023 (R$ 769 em 2022) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Salvador.

13. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação [(1)]	990	981
Contrato de rateio despesas administrativas [(2)]	87	72
Despesas de publicações	45	25
Despesas de serviços técnicos especializados	23	91
Outras despesas	65	155
Total	**1.210**	**1.324**

(1) Refere-se a depreciação das propriedades para investimentos (Nota explicativa 7).

(2) Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 9).

14. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(841)	(831)
Total do imposto corrente	**(841)**	**(831)**
Imposto diferido		
Constituição/(Utilização) imposto diferido sobre receita	(16)	(18)
Total do imposto diferido	**(16)**	**(18)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(857)**	**(849)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	205	96	(80)	221
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	69	270	(265)	74
Total passivo fiscal diferido	**274**	**366**	**(345)**	**295**

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	188	92	(75)	205
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	63	247	(241)	69
Total passivo fiscal diferido	**251**	**339**	**(316)**	**274**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**7.393**	**7.393**	**6.815**	**6.815**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(48)	(221)	(44)	(204)
Despesa com PIS/COFINS	**(48)**	**(221)**	**(44)**	**(204)**

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
O ano de 2023 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2022. O *Outlet Premium* Fortaleza se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2023 com vendas de R$ 166,7 milhões, um aumento de 11,6% em relação a 2022 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings* Centers, o setor teve um faturamento em 2023 apenas 1,5% acima de 2022. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado.

Política de distribuição de dividendos
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**4.607**	**2.953**
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.177	1.585
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		1.382	1.361
- Valores a receber	6a	1.766	2.115
- Provisao para perdas esperadas	6c	(384)	(754)
Outros ativos		22	–
Tributos a recuperar		26	7
Não Circulante		**12.643**	**12.677**
Propriedade para Investimento	7	12.643	12.677
Total do ativo		**17.250**	**15.630**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**1.181**	**439**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	46	42
Dividendos a pagar		700	–
Tributos a recolher		184	150
Impostos diferidos	14b	251	247
Total do Passivo		**1.181**	**439**
Patrimônio líquido			
Capital social	10a	13.900	13.900
Reservas de lucros		2.169	1.291
Total do Patrimônio líquido		16.069	15.191
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.250**	**15.630**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**15.100**	**(1.200)**	**31**	**66**	**–**	**13.997**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.194	1.194
Constituição de reservas	–	–	60	1.134	(1.194)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**15.100**	**(1.200)**	**91**	**1.200**	**–**	**15.191**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.577	1.577
Constituição de reservas	–	–	79	798	(877)	–
Dividendos	–	–	–	–	(700)	(700)
Em 31 de dezembro de 2023	**15.100**	**(1.200)**	**170**	**1.998**	**–**	**16.068**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Receita operacional líquida	11	3.765	3.622
Custos com manutenção	12	(1.646)	(1.641)
Lucro bruto		**2.119**	**1.981**
(Constituição)/Reversão para perdas esperadas	6c	370	41
Despesas administrativas	13	(721)	(522)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**1.768**	**1.500**
Receitas financeiras	8	341	135
Despesas financeiras		(6)	(10)
Resultado financeiro líquido de impostos		**335**	**125**
Resultado não operacional		(9)	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**2.094**	**1.625**
Imposto de renda e contribuição social	14a	(517)	(431)
Lucro líquido do exercício		**1.577**	**1.194**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.577	1.194
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.577**	**1.194**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.577	1.194
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Despesas com depreciação	7	274	273
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4	41
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas esperadas	6c	(370)	(41)
Lucro líquido ajustado		**1.485**	**1.467**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição em instrumentos financeiros ao custo amortizado		349	(61)
(Aumento)/diminuição em outros ativos		(22)	17
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar		(19)	7
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar		4	42
Aumento/(diminuição) em tributos a recolher		508	373
Imposto de renda e contribuição social pagos		(474)	(483)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.831**	**1.362**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimento em edificações	7	(240)	(136)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(240)**	**(136)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.591**	**1.226**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		1.585	359
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	3.177	1.585
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.591**	**1.226**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A BR Partners Outlet Fortaleza S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 24 de outubro de 2018, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de abril de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
a. Base de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.
c. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.
Continuidade
A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que essa entidade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

3. Principais políticas contábeis
a. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
b. Instrumentos financeiros
Ativos financeiros ao custo amortizado
Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possuem componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.
Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis.
Valores a receber
Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. Sobre os valores de aluguéis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojista e a sua condição de atraso, efetua provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.
c. Propriedade para investimentos
A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.
A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.
A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.
O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.
d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.
e. Capital social
As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.
f. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.
Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
h. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro
A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:
I. Risco de crédito
Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.
A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no Banco que está dentro do Grupo BR Partners, vide nota nº 5.
A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.
II. Risco de liquidez
Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.
A abordagem da administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.
III. Risco de mercado
Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.
Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Aplicações financeiras	3.176	1.584
Total	**3.176**	**1.584**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:
As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	3.176	1.584
Total	**3.177**	**1.585**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A..
[2] Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração média de 109% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras", a taxa de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2023.

6. Valores a receber
a. Composição dos valores a receber

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Outlet Premium Fortaleza [1]	1.666	2.115
General *Shopping* do Brasil	100	–
Total	**1.766**	**2.115**

[1] Referem-se a valores a receber de aluguéis do *Outlet Premium* Fortaleza ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2023 foi revertida provisão para perdas esperadas referente aos alugueis a receber no montante de R$ 370 e constituída provisão para perdas no montante de R$ 41 em 2022.

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Fortaleza

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	1.334	1.659
Vencidos		
1 a 30 dias	18	4
31 a 60 dias	4	–
61 a 90 dias	–	–
91 a 180 dias	4	6
Acima de 180 dias	406	446
Total	**1.766**	**2.115**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**754**	**795**
(-) Baixa	(370)	(41)
Saldo final	**384**	**754**

7. Propriedade para investimento
A propriedade para investimento é composta por empreendimento no *Shopping Center*, denominado *Outlet Premium* Fortaleza ("*Shopping Center*").
O *Outlet Premium* Fortaleza, do Grupo General *Shopping*, foi inaugurado em outubro de 2014, é o primeiro e único *outlet* do Estado do Ceará e é a maior referência do segmento na região Norte/Nordeste. Tem uma área bruta locável (ABL) de 15.137 m², com mais de 90 marcas nos setores de moda, acessórios, cama, mesa e banho, óticas, artigos esportivos, alimentação e um estacionamento gratuito para 1.300 veículos.
Em 1 de novembro de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 50% do montante de R$ 22.476.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2023 foi de R$ 51.381 (R$ 36.990 em 2022).
A Administração não identificou fatos e circunstâncias que indicassem alteração nesse valor para 31 de dezembro de 2023. Não obstante, a Administração definiu que tal propriedade para investimento permanecesse avaliada ao seu custo de aquisição, conforme facultado pelas práticas contábeis em vigor.

Depreciação	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**12.814**	**12.814**
Benfeitorias	136	136
Depreciação acumulada	(273)	(273)
Em 31 de dezembro de 2022	**12.677**	**12.677**
Benfeitorias	240	240
Depreciação acumulada	(274)	(274)
Em 31 de dezembro de 2023	**12.643**	**12.643**

continua ...

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.

CNPJ/MF nº 31.799.830/0001-54

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fornecedores	46	42
Total	**46**	**42**

9. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
BR Partners Banco de Investimento S.A.				
Certificados de depósitos bancários	3.176	341	1.584	135
Dividendos a pagar (1)	(700)	–	–	–
Valores a pagar (2)	–	(87)	–	(72)

(1) Dividendos a pagar ao controlador BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações.

(2) Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito é representado por 7.426 (milhares) por ações totalizando o montante de R$ 15.100 (R$ 15.100 em 2022). O montante de R$ 1.200 (R$ 1.200 em 2022) refere-se a parcela do capital a integralizar que é deduzida do patrimônio líquido.

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 foram destinados dividendos no montante de R$ 700 relativos ao exercício de 2023 (não foram distribuídos dividendos em 2022).

11. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Fortaleza	3.907	3.759
(-) PIS e COFINS	(142)	(137)
Total	**3.765**	**3.622**

12. Custos com manutenção

O valor de R$ 1.646 em 2023 (R$ 1.641 em 2022) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Fortaleza.

13. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação (1)	273	273
Despesas de publicações	46	83
Contrato de rateio de despesas administrativas (2)	87	72
Despesas de serviços técnicos especializados	21	19
Outras despesas	294	75
Total	**721**	**522**

(1) Refere-se a depreciação das propriedades para investimentos (Nota 7).

(2) Valores a pagar partes relacionadas (Nota 9).

14. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(514)	(400)
Total do imposto corrente	**(514)**	**(400)**
Imposto diferido		
Constituição/(Utilização) imposto diferido sobre receita	(3)	(31)
Total do imposto diferido	**(3)**	**(31)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(517)**	**(431)**

b. Passivo fiscal diferido

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	185	142	(139)	188
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	62	143	(142)	63
Total passivo fiscal diferido	**247**	**285**	**(281)**	**251**

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Baixa)	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre receitas no regime caixa	154	103	(72)	185
PIS e COFINS sobre receitas no regime caixa	52	137	(127)	62
Total passivo fiscal diferido	**206**	**240**	**(199)**	**247**

c. PIS e COFINS

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**3.908**	**3.908**	**3.759**	**3.759**
Alíquota (0,65% de PIS e 3,00% de COFINS)	(24)	(117)	(24)	(113)
Despesa com PIS/COFINS	**(24)**	**(117)**	**(24)**	**(113)**

15. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG

São Paulo, 26 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: O ano de 2023 deu continuidade à trajetória de crescimento que já havia sido observada em 2022. O *Outlet Premium* Brasília se mostrou resiliente ao cenário macro desafiador, terminando 2023 com um aumento nas vendas de 16,0% em relação a 2022 – de acordo com a Associação Brasileira de *Shoppings Centers*, o setor teve um faturamento em 2023 apenas 1,5% acima de 2022. Apesar do cenário atual de alta de juros e possível menor crescimento da economia, acreditamos que o modelo de *shoppings outlets* continuará seu ciclo de maturação, atraindo consumidores que procuram uma melhor proposta de valor em suas compras e apresentando taxas de crescimento mais altas que a média do mercado. **Política de distribuição de dividendos:** A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**5.348**	**13.422**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.501	1.651
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		3.804	11.740
- Valores a receber	6a	4.169	12.164
- Provisão para perdas esperadas	6c	(365)	(424)
Tributos a recuperar		43	31
Não circulante		**40.159**	**40.968**
Propriedade para Investimento	7	40.159	40.968
Total do ativo		**45.507**	**54.390**

Passivo	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Circulante		**211**	**639**
Fornecedores e outras contas a pagar	8	58	52
Impostos a recolher		153	587
Não circulante		**39.892**	**39.810**
Instrumentos financeiros passivo	9	39.892	39.810
Total do Passivo		**40.103**	**40.449**
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	6.501	15.000
Reservas de lucros		35	35
(-) Prejuízos acumulados		(1.132)	(1.094)
Total do Patrimônio líquido		**5.404**	**13.941**
Total do passivo e patrimônio líquido		**45.507**	**54.390**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Receita operacional líquida	12	7.573	7.199
Custos com manutenção	13	(550)	(539)
Lucro bruto		**7.023**	**6.660**
Reversão/(provisão) para perdas esperadas		59	68
Despesas administrativas	14	(1.140)	(1.157)
Outras despesas operacionais	15	(235)	(213)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas de impostos		**5.707**	**5.358**
Receitas financeiras		187	322
Despesas financeiras	9	(6.138)	(5.872)
Resultado financeiro líquido de impostos		**(5.951)**	**(5.550)**
Resultado não operacional		206	(3)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(38)**	**(195)**
Imposto de renda e contribuição social	16a	–	(899)
(Prejuízo) do exercício		**(38)**	**(1.094)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
(Prejuízo) do exercício	(38)	(1.094)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(38)**	**(1.094)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**15.000**	**35**	**–**	**15.035**
(Prejuízo) do exercício	–	–	(1.094)	(1.904)
Em 31 de dezembro de 2022	**15.000**	**35**	**(1.094)**	**13.941**
Redução de capital social	(8.499)	–	–	(8.499)
(Prejuízo) do exercício	–	–	(38)	(38)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.501**	**35**	**(1.132)**	**5.404**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(38)	(1.094)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo) do exercício			
Depreciação	7	880	879
Impostos diferidos		–	(212)
(Reversão)/Provisão para perdas esperadas	6c	(59)	(68)
Apropriação de despesas com juros sobre debêntures		6.339	6.069
Lucro líquido ajustado		**7.122**	**5.574**
Variações em:			
(Aumento)/diminuição em instrumentos financeiros ativo		7.995	(166)
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar		(12)	(6)
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar		6	(5)
Aumento/(diminuição) em impostos a recolher		13	1.049
Imposto de renda e contribuição social pagos		(447)	(904)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**14.677**	**5.542**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimentos em edificações/expansões	7	(71)	(62)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(71)**	**(62)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		(8.499)	–
Pagamento de juros sobre debêntures		(6.257)	(5.895)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(14.756)**	**(5.895)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(150)**	**(415)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		1.651	2.066
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	5	1.501	1.651
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(150)**	**(415)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 3 de junho de 2019, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Em 3 de junho de 2019, com a sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo: (a) realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em *Shopping Centers* e *Outlets* e em atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras sociedades empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou através de controladas e coligadas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de abril de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que essa entidade possui recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros

Para os valores a receber de clientes, a Empresa adotou a abordagem simplificada prevista no CPC 48 para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil, considerando que os valores não possui componente de financiamento significativo. A Empresa determina as perdas de crédito esperadas sobre esses recebíveis usando uma matriz de provisão, estimada com base na experiência de perda de crédito histórica, levando em consideração o *status* de vencimento dos devedores, ajustadas, se necessário e considerando também variáveis especificadas de cada cliente, para refletir as condições correntes e as estimativas das condições econômicas futuras. Portanto, o perfil do risco de crédito desses ativos é apresentado com base no seu *status* de vencimento na matriz de provisão.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas financeiras", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Valores a receber

Os valores a receber são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem contas a receber de aluguéis. Sobre os valores de aluguéis a receber a Administração do *Shopping* avalia individualmente cada lojista e a sua condição de atraso, efetuando provisão para perdas de 100% dos valores considerados duvidosos.

c. Propriedade para investimentos

A Companhia é proprietária de um edifício de lojas mantido para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo, deduzida a depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação da propriedade para investimento é calculada segundo o método linear à taxa de 2% ao ano para alocação do custo menos seu valor residual durante a vida útil estimada de 50 anos, conforme laudo de avaliação de empresa especializada contratada.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação em relação à propriedade para investimento da Companhia são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

d. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

e. Capital Social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

f. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais correntes do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

h. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para o acionista da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

I. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis.

A Companhia avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco e ou aplicações no BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira pertencente ao Grupo BR Partners (vide nota nº 5).

A Companhia não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos.

II. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade da Companhia encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da Companhia, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A Companhia vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos diariamente no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

III. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Aplicações financeiras	1.500	1.650
Total	**1.500**	**1.650**

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

As aplicações financeiras estão indexadas à variação do CDI. Os detalhes da aplicação financeira estão na nota explicativa nº 5. A Companhia entende que não há impacto nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Bancos, conta corrente e caixa [1]	1	1
Aplicações financeiras [2]	1.500	1.650
Total	**1.501**	**1.651**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A.

[2] Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificado de Depósito Bancário mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração de 100% do DI com liquidez imediata e estão registrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e "Receitas financeiras".

6. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos valores a receber

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Valores a receber de empresa ligada [1]	226	8.725
Outlet Premium Brasília [2]	2.088	1.782
Fundo de Reserva [3]	1.822	1.616
General *Shopping* Brasil [4]	33	41
Total	**4.169**	**12.164**

[1] Os valores a receber de empresa ligada refere se majoritariamente sobre a integralização de capital subscrito conforme boletim de subscrição datado em 3 de junho de 2019. Em 15 de dezembro de 2023 houve a baixa do montante de R$ 8.499 a título de redução de capital.

[2] Referem-se a valores a receber de aluguéis do *Outlet Premium* Brasília ("*Shopping Center*"). A Administração dos *shoppings centers* adota medidas administrativas e judiciais de cobrança dos contratos de aluguéis inadimplentes. Foi constituída provisão para perda referente aos alugueis a receber em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 365 (R$ 424 em 2022). No resultado do exercício o impacto da provisão para perdas esperadas referente aos alugueis a receber em 2023 foi de uma reversão em 2023 no montante de R$ 59 (R$ 68 de constituição em 2022). Inserimos abaixo o *aging list* dos valores a receber, bem como a movimentação da provisão para perdas esperadas.

[3] Refere-se ao Fundo de Reserva administrado pelo Habitasec Securitizadora S.A. constituído em garantia do cumprimento das obrigações garantidas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série única, para Colocação Privada.

[4] Valores a receber da General *Shopping* do Brasil relativo a ressarcimento de despesas.

b. Abertura por prazo – *Outlet Premium* Brasília

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
A vencer	1.631	1.189
Vencidos		
1 a 30 dias	143	35
31 a 60 dias	33	–
61 a 90 dias	21	–
91 a 180 dias	61	133
Acima de 180 dias	199	425
Total	**2.088**	**1.782**

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Saldo inicial	**424**	**492**
(-) Baixa	(59)	(68)
Saldo final	**365**	**424**

7. Investimentos

O *Shopping Center Outlet Premium* Brasília, do Grupo General *Shopping*, foi construído com concepção *open mall* e localiza-se às margens da BR-060, em Alexânia, município que integra a microrregião da capital federal. Dispõe de mais de 80 lojas nos segmentos de moda, alimentação, óptica e artigos para casa. É o primeiro *outlet center* da região, com uma área de 121 mil m² e um projeto arquitetônico inspirado na arquitetura do plano-piloto da capital do país. Em 18 de julho de 2019, foi celebrado o Instrumento Particular de Compromisso de Compra de Venda de Fração Ideal de Imóvel e Outras Avenças, no qual a Companhia adquiriu 28,23% no montante de R$ 40.677.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi emitido Laudo de Avaliação em fevereiro de 2024, por empresa especializada, com o objetivo de avaliar o valor de mercado do empreendimento. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação de tal valor. O valor de mercado proporcional à participação da Companhia apurado para a data-base de 31 de agosto de 2023 foi de R$ 53.049 (R$ 54.274 em 2022).

A Administração não identificou mudanças nos fatos e nas circunstâncias que indicassem alteração neste valor para 31 de dezembro de 2023.

Depreciação	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**41.785**	**41.785**
Benfeitorias	62	62
Depreciação	(879)	(879)
Em 31 de dezembro de 2022	**40.968**	**40.968**
Benfeitorias	71	71
Depreciação	(880)	(880)
Em 31 de dezembro de 2023	**40.159**	**40.159**

continua …

INÊS249

BR Partners Outlet Brasília S.A.

CNPJ/MF nº 31.961.265/0001-80

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores e outras contas a pagar

Custo	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Fornecedores	58	52
Total	**58**	**52**

9. Debêntures

Refere-se a emissão privada de debêntures no valor total de R$ 40.000 com vencimento para junho de 2025, destinados integralmente e exclusivamente para a aquisição da fração ideal de 28,23% do empreendimento imobiliário denominado *Outlet Premium* Brasília, conforme Instrumento Particular de Escritura de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R$ 39.892 (R$ 39.810 em 2022), sendo classificado ao custo amortizado.

Os juros acruados e não pagos representam R$ 134 em 31 de dezembro de 2023 a serem liquidados em janeiro de 2024 (R$ 201 em 31 de dezembro de 2022 a serem liquidados em janeiro de 2023).

Como garantia há: (i) um fundo de reserva, em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 1.822 (R$ 1.616 em 2022); (ii) alienação fiduciária das ações; e (iii) cessão fiduciária dos recebíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia esteve em conformidade com os *covenants* financeiros das debêntures. Ensejam no vencimento antecipado automático das debêntures o inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista (aproximadamente R$ 200 ao mês), e, desde que na hipótese de utilização do fundo de reserva (no valor de R$ 350) para o pagamento mensal do CRI ("Certificados de Recebíveis Imobiliários"), não haja recomposição do fundo.

As despesas financeiras registrada na demonstração do resultado refere-se, substancialmente, a despesa de captação de debêntures no valor de R$ 6.138 (R$ 5.872 em 2022).

10. Transações com partes relacionadas

As transações e saldos relacionados abaixo foram conduzidas com partes relacionadas no contexto usual de negócios da Companhia.

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesas)
Certificados de depósitos bancários				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	1.500	187	1.650	241
Valores a receber				
BR Partners *Outlet Premium* FIP [1]	226	–	8.725	–
Valores a pagar				
BR Partners Banco de Investimento S.A.[2]	–	(87)	–	(72)

(1) Refere-se a valores a receber de empresa ligada, sobre a integralização de capital subscrito conforme boletim de subscrição datado em 3 de junho de 2019. Em 15 de dezembro de 2023 houve a baixa do montante de R$ 8.499 a título de redução de capital.

(2) Refere-se ao pagamento de despesas administrativas rateadas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 6.501 (15.000 em 2022) de ações, totalizando o montante de R$ 6.501 em 2023 (R$ 15.000 em 2022).

b. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta total, a ser distribuídos ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei, podendo declarar dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram distribuídos dividendos.

12. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Rendas de aluguéis – *Outlet Premium* Brasília	8.255	7.475
(-) PIS e COFINS	(682)	(276)
Total	**7.573**	**7.199**

13. Custos com manutenção

O valor de R$ 550 em 2023 (R$ 539 em 2022) refere-se a custos operacionais com a manutenção do *Shopping Outlet Premium* Brasília.

14. Despesas administrativas

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Despesas de depreciação [1]	880	879
Despesas de publicações	54	46
Contrato de rateio de despesas administrativas [2]	87	72
Despesas de serviços técnicos especializados	22	19
Outras despesas	97	141
Total	**1.140**	**1.157**

(1) Refere-se a depreciação das propriedades para investimentos (Nota explicativa 7).

(2) Valores a pagar partes relacionadas (Nota explicativa 10).

15. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 foram registrado os valores de R$ 235 (R$ 213 em 2022), essas despesas refere-se a despesas com custos de securitização das debêntures emitidas.

16. Tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia alterou o regime de tributação no exercício de 2023, passando de lucro presumido para lucro real.

	Saldo em 31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(38)**
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(13)
Adições/Exclusões permanentes	7
Adições/Exclusões temporárias	–
Prejuízo fiscal	(7)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**–**

O montante de prejuízo fiscal não registrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 7 (não aplicável para 2022, considerando que o regime de tributação aplicado era o lucro presumido).

	Saldo em 31/12/2022
Imposto corrente	
Imposto corrente sobre o (prejuízo) do exercício	(1.058)
Total do imposto corrente	**(1.058)**
Imposto diferido	
Constituição/(utilização) de imposto diferido sobre receita	159
Total do imposto diferido	**159**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(899)**

b. PIS e COFINS

O regime de tributação da Companhia foi alterado em 2023 para lucro real, resultando em alterações de alíquotas para fins de apuração de PIS/COFINS sobre a receita tributável de sua atividade principal.

	Saldo em 31/12/2023	
	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	8.255	8.255
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(137)	(627)
Créditos de PIS/COFINS sobre depreciação	15	67
PIS/COFINS sobre atividade principal	**(122)**	**(560)**
Outras receitas tributáveis	226	226
Alíquota (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS)	(4)	(17)
PIS/COFINS sobre outras receitas	**(4)**	**(17)**
Receitas financeiras	187	187
Alíquota (0,65% de PIS e 4,00% de COFINS)	(1)	(7)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(1)**	**(7)**
Total de despesa com PIS/COFINS	**(127)**	**(584)**

	Saldo em 31/12/2022	
	PIS	COFINS
Receita tributável da atividade	**7.475**	**7.475**
Alíquota (0,65% de PIS e 3% de COFINS)	(49)	(227)
Despesa com PIS/COFINS	**(49)**	**(227)**

17. Outras informações

Contingências

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não foi parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

A DIRETORIA

Hideo Antonio Kawassaki Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
BR Partners Outlet Brasília S.A. I São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR Partners Outlet Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Outlet Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br